



Ernesto Gomes Imbroisi

**O Processo de Mercadificação da
Natureza como Estratégia de Reprodução
do Capital**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Alvaro Henrique de Souza Ferreira

Rio de Janeiro
Agosto de 2015



Ernesto Gomes Imbroisi

O Processo de Mercadificação da Natureza como Estratégia de Reprodução do Capital

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Geografia. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof. Alvaro Henrique de Souza Ferreira

Orientador

Departamento de Geografia – PUC-Rio

Prof. João Rua

Departamento de Geografia – PUC-Rio

Prof. Luciano Ximenes Aragão

Departamento de Geografia – UERJ/FEBF

Prof. Henri Acselrad

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e
Regional – UFRJ

Profª Mônica Herz

Vice-Decana de Pós-Graduação do Centro de
Ciências Sociais – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 13 de agosto de 2015

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização do autor, do orientador e da universidade.

Ernesto Gomes Imbroisi

Graduou-se em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 2007. Atualmente leciona Geografia na educação básica da rede pública municipal e estadual.

Ficha Catalográfica

Imbroisi, Ernesto Gomes

O processo de mercadificação da natureza como estratégia de reprodução do capital / Ernesto Gomes Imbroisi; orientador: Alvaro Henrique de Souza Ferreira. – 2015.

145 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Geografia e Meio Ambiente, 2015.

Inclui bibliografia

1. Geografia – Teses. 2. Produção do espaço. 3. Mercadificação da natureza. 4. Reprodução das relações sociais de produção. I. Ferreira, Alvaro Henrique de Souza. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Geografia e Meio Ambiente. III. Título.

CDD: 910

Ao meu belo e pequeno socialista,
Artur (Tuti)

Agradecimentos

Talvez esse seja o momento mais difícil da dissertação. Reconhecer a participação de amigos, parentes e professores na minha trajetória acadêmica até o presente momento. Com certeza incorrerei no esquecimento de pessoas queridas, amadas e importantes, por isso farei breves comentários sobre os contextos sócio-espaciais determinantes na trajetória da minha formação política e acadêmica, e o nome das principais partícipes desses processos. Espero que todas as pessoas não citadas envolvidas em cada contexto possam sentir-se contempladas de alguma forma. O arranjo familiar merece o primeiro destaque. Não por ser o mais importante, mas por representar as minhas primeiras experiências com as contradições do espaço que vivemos. De família suburbana - Piedade e Bonsucesso - e morador da Piedade, Tijuca e Grajaú pude circular, conhecer e vivenciar espaços com diferentes realidades, e, conseqüentemente perceber e me indignar com as injustiças que assolam as cidades capitalistas. Essa experiência que tive na infância e adolescência era estimulada por meus pais - Renato e Cristina. Os dois eram militantes comunistas do antigo Partidão (PCB). Me ensinaram os primeiros fundamentos do materialismo histórico, e a acreditar em uma sociedade socialista. Com eles tive uma maravilhosa infância: carnaval de rua, jogos do FLU no antigo Maraca, viagens e vários bons momentos juntos. Ainda nesse contexto, há primos e primas; tios e tias; avós e avôs; os agregados e agregadas; e amigos e amigas que fizeram parte dessa história e dessa geografia particular. Mas gostaria de dedicar mais algumas palavras para três pessoas: meu grande irmão, João; minha linda companheira de vida e de luta, Barbara (minha musa); e minha obra de arte, meu filho Artur (Tuti). Cada um, à sua maneira, contribuiu muito para que essa dissertação pudesse se realizar.

O outro contexto de extrema importância foi o ambiente da PUC-Rio. A vida acadêmica e social de uma verdadeira universidade - no sentido de um universo de diversidades - me possibilitou o encontro com o outro, com outras trajetórias diferentes da minha, colaborando na consolidação de uma visão de mundo plural e democrática. Isso se deu em diversos espaços: nas salas de aula,

na militância do Gnaisse (o centro acadêmico), na participação das chopadas; e nas conversas de bar (no Pires, padaria e depósito). Nesse processo fiz grandes amigos e companheiros. Sem esses momentos e amizades, com certeza minha formação estaria incompleta. A geografia da PUC-Rio - como aluno de graduação e mestrado e como bolsista do PET - me permitiu um intenso processo de reconstrução permanente das minhas concepções teóricas e políticas, no sentido que eu dava/e passei a dar para a Geografia, para a produção de conhecimento e para as práticas sociais (ou melhor, práticas espaciais), sempre ampliando os meus horizontes teóricos, políticos e ideológicos na perspectiva do pensamento crítico e do marxismo. Muitos professores participaram desse movimento: Edson Fialho, Marcelo Motta (Mancha), Luciano Ximenes, mas reservo para Rita Montezuma, Regina Célia, João Rua e Alvaro Ferreira um lugar especial. Esses quatro professores tiveram uma participação especial na minha formação de geógrafo, de um Geógrafo marxista. Rita, companheira de campo, de Maraca e parceira em muitos momentos de ócio produtivo (viagens, mesa de bar, etc); Regina, a grande agregadora da Geografia da PUC-Rio (nossa "mãezona"), amiga acolhedora, tutora acadêmica, parceira de muitos carnavais; João Rua, o "Mestre dos Magos" da Geografia, super professor (aquele cara que nasceu com o dom para dar aula), tutor acadêmico, carinhoso, divertido e amigo fraterno; e por último, o meu amigo, companheiro e orientador (da monografia e do mestrado), Alvaro. Obrigado pelas horas de orientação e pelas conversas no WhatsApp; pelas discussões e debates do NEPEM; pela liberdade e autonomia para o desenvolvimento da dissertação; pelo compromisso com a produção de conhecimento crítico e transformador; e pela confiança que sempre depositou na minha capacidade de realizar esta empreitada (mesmo nos momentos mais difíceis durante e após o mestrado inconcluso no IPPUR). Obrigado mais uma vez. Nos vemos no doutorado. Para finalizar, e não menos importante, um agradecimento especial para as secretárias e secretário do Departamento de Geografia, Márcia, Edna e Fabio, por todos os esclarecimentos, pela paciência e ajuda na superação dos entraves burocráticos e administrativos.

Resumo

Imbroisi, Ernesto Gomes; Ferreira, Alvaro Henrique de Souza. **O Processo de Mercadificação da Natureza como Estratégia de Reprodução do Capital**. Rio de Janeiro, 2015. 145p. Dissertação de Mestrado - Departamento de Geografia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O presente trabalho debruça-se sobre as políticas ambientais de mercadificação da natureza como modelo de acesso, uso e conservação da natureza sob o atual estágio de urbanização que estamos vivenciando, nomeado de metropolização do espaço. Essa conjuntura representa a emergência da questão ambiental como uma nova contradição da problemática urbana, relacionada diretamente à contradição sociedade e natureza no contexto do capitalismo neoliberal. Para tal, buscaremos construir algumas mediações necessárias entre a Geografia e o marxismo, com o objetivo de demonstrar o potencial epistemológico e metodológico da integração entre a Geografia e o materialismo histórico e dialético na interpretação dessas novas contradições, colaborando na constituição de uma teoria social do espaço fundamentada nos aportes teóricos da economia política do espaço. Esse modelo de conservação e de sustentabilidade baseada na expansão da lógica do mercado para a natureza esconde práticas de apropriação/dominação do espaço, que são estratégias de classe, que procuram garantir a reprodução das relações sociais de produção. Para isso, procuramos identificar e reconhecer a atual produção da natureza como uma nova estratégia espacial de acumulação e de reprodução do capital. A natureza, no neoliberalismo, tem a função de absorver parte do capital excedente, principalmente em um contexto de crise como estamos vivendo na atual conjuntura. Essa afirmação é o ponto de partida para compreendermos as relações íntimas sobre os novos mecanismos de uso e conservação da natureza (baseado em práticas de mercadificação, financeirização e privatização do ambiente) com os processos de acumulação por espoliação.

Palavras-chave

Produção do espaço; mercadificação da natureza; reprodução das relações sociais de produção.

Abstract

Imbroisi, Ernesto Gomes; Ferreira, Alvaro Henrique de Souza (Advisor).
The Commodification Process of Nature as the Capital Play Strategy.
Rio de Janeiro, 2015. 145p. MSc. Dissertation - Departamento de Geografia,
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This present dissertation focuses on environmental policy of nature's commoditization (commodification) like the model of access, use and conservation of nature under the current stage of urbanization that we are experiencing, named metropolization of the space. This conjuncture represents the emergence of environmental issue as a new contradiction of urban problems, related directly to the contradiction society and nature in the context of neoliberal capitalism. Aiming it, we will seek to build some necessary mediations between the Geography and Marxism, in order to demonstrate the epistemological and methodological potential of integration between Geography and the historical and dialectical materialism in the interpretation of these new contradictions, cooperating in a constitution of space's social theory based on the theoretical contributions of political space economy. This conservation and sustainable model based on the expansion of market logic to the nature hides practices of appropriation/space domination, which are class strategies, which seek to ensure the reproduction of the social relations of production. For that, we look forward to identify and recognize the current production of nature as a new space strategy of accumulation and reproduction of capital. The nature, in neoliberalism, has the function of absorbing part of the surplus capital, mainly in a context of crisis like we are living in the current conjuncture. This statement is the starting point so that we can understand the intimated relationships over the new mechanisms of use and conservation (based on practices of commoditization - commodification -, of process of financing and environmental's privatization) with the processes of accumulation by spoliation.

Keywords

Production of space; commodification of nature; reproduction of social relations of production.

Sumário

1. Introdução.	11
2. Notas teóricas sobre a economia política do espaço: uma possível interpretação crítica para a geografia das relações sociedade-natureza sob o capitalismo.....	21
3. Escalas (e jogos de escalas): a natureza das relações de poder nas políticas para a conservação da natureza	49
4. Da obra ao produto: a captura da natureza como condição para a (re)produção do capital	108
5. Considerações finais	135
6. Referências Bibliográficas	139

Presume-se que Isaura, cidade dos mil poços, esteja situada em cima de um profundo lago subterrâneo. A cidade se estendeu exclusivamente até os lugares em que os habitantes conseguiram extrair água escavando na terra longos buracos verticais: seu perímetro verdejante reproduz o das margens escuras do lago submerso, uma paisagem invisível condiciona a paisagem visível, tudo o que se move à luz do Sol é impelido pelas ondas enclausuradas que quebram sob o céu calcário das rochas.

Italo Calvino, *As cidades invisíveis*

1.

Introdução

Muito se tem discutido acerca dos problemas ambientais que assolam todos os povos e espaços do mundo. Não é de hoje que o debate ambiental ganhou notoriedade em todos os meios e espaços de divulgação, discussão e produção de conhecimento. Mídias impressas e virtuais, periódicos científicos e livros acadêmicos, e até nas famosas e informais conversas de bar, o tema do meio ambiente aparece com objeto de apreciação. Acreditamos que a problemática ambiental é o único assunto no qual há algum tipo de consenso universal, contudo trata-se de uma pseudo-conformidade, restringindo-se à ideia de que a ação do homem alterou tanto a natureza que pode afetar a existência da humanidade e limitar o crescimento econômico. Podemos perceber que para além de um certo catastrofismo, o consenso é muito restrito e simplista, e não abarca realmente o que se passa em torno da questão ambiental. O primeiro ponto importante para começar essa discussão, é identificar a relação entre sociedade e natureza como elemento central da problemática ambiental, e em seguida, reconhecer que há diversas formas da sociedade realizar essa relação. As comunidades tradicionais, como indígenas, quilombolas e ribeirinhos, por exemplo, fazem um tipo de uso do espaço natural totalmente diferente da maneira como nós executamos essa atividade. Nesse caso, o modelo de sociedade na qual estamos inseridos determinará as formas de uso dos recursos ecológicos bem como a maneira como os ecossistemas estarão inseridos nos processos produtivos. No nosso contexto, a problemática ambiental é o resultado do projeto civilizatório iniciado com o surgimento do mundo moderno e que se concretizou com a expansão e consolidação do capitalismo como modelo de produção e distribuição de riqueza (PORTO-GONÇALVES, 2006 e 2012). O desenvolvimento do capitalismo aguça e intensifica os processos de transformação da natureza para satisfazer as demandas de progresso material e a acumulação ilimitada de capital. Há uma infinidade de problemas ambientais, relativos à apropriação e à distribuição dos

bens da natureza, que passam a ficar em evidência e a ser debatidos principalmente após os anos de 1960-1970¹. É nesse período que as questões ambientais - e o próprio movimento ambientalista - emergem como problemática fundamental e fundante para a reprodutibilidade social e biológica da sociedade, e, principalmente para a sobrevivência do próprio capitalismo. Podemos citar, como exemplo, alguns desses problemas: i) aumento da concentração de gases poluentes e do efeito estufa devido a queima de combustíveis fósseis, ii) escassez de água potável e sua desigual distribuição, iii) degradação dos solos por erosão e salinização devido a expansão do agronegócio e iv) desmatamento e perda de biodiversidade. É notório, que vivemos um contexto histórico de profundas alterações no ambiente, provocando empecilhos para a reprodução social e biológica da humanidade e criando limites para o desenvolvimento capitalista.

Se estendermos essa reflexão para o espaço urbano, por exemplo, podemos observar um apanhado de situações decorrentes da problemática ambiental urbana: perda constante da qualidade de vida, principalmente para a classe trabalhadora mais vulnerabilizada; engarrafamentos e contaminação dos recursos hídricos com efluentes domésticos e industriais, elevando os custos com infraestrutura; deterioração da vegetação remanescente; perda de eficiência econômica, ocasionando a retração de investimentos; poluição climática, gerando problemas de saúde; etc. Porém, os debates e discussões que envolvem a problemática ambiental são tratados muitas vezes de forma restritiva e reducionista. Para essas perspectivas “(...) o homem aparece, sistematicamente, como o destruidor” (CARLOS, 1994, p. 75), sendo rotulado e marcado como o ser responsável por predação e degradar os elementos naturais. Nesse contexto era (e é) necessário afastar esse perigo da natureza, e se o perigo é o homem (sociedade) devemos afastá-lo do seu convívio e de qualquer contato com o que alguns autores chamam de natureza natural (MOREIRA, 2004). É evidente, que essa forma de uso e apropriação da natureza, expressa a dicotomia entre sociedade e

¹ Conferência de Estocolmo em 1972: encontro de caráter primeiro mundista, onde as preocupações giravam em torno de soluções técnicas para a poluição industrial, para o crescimento populacional e para os problemas derivados da urbanização; Relatório de Brundtland (1987): procura objetivar o desenvolvimento sustentável pela superação da pobreza com a implementação de uma nova matriz técnica/tecnológica e energética; e a Rio-92: de caráter técnico e político, compreendia que a degradação ambiental está intimamente relacionada com a pobreza (GUIMARÃES, 1997).

natureza inscrita na tradição do pensamento científico hegemônico inaugurado na modernidade – dessa forma a natureza passa a ser compreendida como algo exterior a sociedade e como palco passivo para as relações humanas. Essa construção ideológica do homem como predador/destruidor da natureza nega o espaço urbano como um constructo histórico e social, em outras palavras nega a cidade como sendo um espaço produzido conscientemente pela ação homem (CARLOS, 1994).

Dessa forma, os problemas que marcam os espaços urbanos são o produto das contradições decorrentes dos diferentes usos e sentidos dados ao espaço, pelos diversos atores sociais que disputam os espaços da cidade. A relação sociedade e natureza, nesse cenário, está submetida à lógica da racionalidade econômica. Há, nesse caso, uma contradição que fica evidente. E ela não se remete e não se restringe aos conflitos de classe inerentes a estrutura do capitalismo, mas à contradição entre o espaço como uso e o espaço como troca (LEFEBVRE *apud* GOTTDIENER, 1993). Podemos reafirmar essa tese a partir da forma como Carlos aborda as contradições do espaço urbano.

As condições de vida se deterioram. Mas não por causa única da poluição. Mas devido as relações sociais inerentes ao processo de reprodução do espaço urbano, que transforma a cidade cada vez mais em valor de troca em detrimento do valor de uso. A cidade perde o sentido da obra e é vendida aos pedaços (1994, p. 78).

Essa contradição cria simultaneamente injustiças sociais e degradação ambiental através da mercantilização da sociedade e da natureza. Há uma determinação dos processos de acumulação do capital sobre as ânsias, demandas e desejos do homem e os limites ecológicos da Terra. A organização capitalista do espaço é socialmente perversa e ambientalmente destrutiva, refletindo-se na distribuição desigual de proveitos e rejeitos em cada espaço da cidade. Esse fenômeno caracteriza-se pela concentração do bônus do desenvolvimento capitalista – capital, recursos, informação e tecnologia – em determinados lugares, e relegando o ônus – as conseqüências ambientais – desemprego, precarização do trabalho, contaminação industrial, perda de biodiversidade para outras regiões.

Como foi exposto acima, a racionalidade econômico-mercantil determina as relações que os homens estabelecem com outros homens no trabalho, e também as relações que os homens instituem com a natureza; e essas relações são a base para

distribuição desigual do produto social do capitalismo. É por isso, que o capitalismo produz simultaneamente desigualdade e deterioração dos recursos naturais. Porém, nosso foco nesse trabalho se restringirá à produção capitalista da natureza. Podemos perceber, que a lógica do mercado produz bens e mercadorias a partir da apropriação da natureza como fonte direta de recursos, ou seja, fonte de insumos para o processo produtivo. Esse movimento insere a natureza nos circuitos de valorização do capital como matéria-prima, principalmente para o setor industrial. No entanto, com a ascensão do neoliberalismo, além do uso produtivo da natureza, há mudanças no modo como o capital se valoriza a partir de um novo tipo de uso dos bens naturais. E esse é o ponto central da nossa pesquisa. Para esclarecer essa questão, apresentaremos rapidamente a política ambiental urbana que nos motivou e nos mobilizou a desenvolver esse trabalho.

No primeiro semestre de 2013 a Fundação SOS Mata Atlântica em parceria com Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio (responsável pela administração do Parque Nacional da Tijuca) visando os grandes eventos que estão por vir, criaram uma nova ferramenta para angariar recursos para projetos de manejo e conservação do parque, através da criação do Fundo Tijuca, que concentraria recursos de potenciais parceiros e patrocinadores da iniciativa privada. Isso se daria a partir da valoração (mercadificação) de áreas do parque para a adoção e o patrocínio de empresas. Essas instituições associariam a sua marca da logomarca do Parque Nacional da Tijuca em futuros eventos junto à sociedade e teriam o direito de expor suas marcas nas placas de sinalização, participando ativamente do cotidiano do parque²³. Podemos perceber que os mecanismos de mercado são os fundamentos para esse modelo de sustentabilidade. A natureza está sendo capitalizada e mercadificada com o discurso da sua própria proteção. Nesse caso, a relação sociedade e natureza ganha novos contornos na contemporaneidade do capitalismo neoliberal a partir dos novos processos de produção capitalista da natureza, que envolvem práticas

² Ver termo de referência: Estudo de Potencial de Captação de Recursos por meio da Adoção de Áreas e Patrocínio ao Parque Nacional da Tijuca, no Rio de Janeiro (RJ) (www.sosma.org.br).

³ O projeto inicial para essa dissertação tinha como objetivo analisar e compreender a política ambiental de mercadificação da natureza para o Parque Nacional da Tijuca como uma estratégia espacial e multiescalar de reprodução do capital. Porém, essa política ambiental não foi implementada, nos obrigando a abandonar o nosso recorte empírico durante a dissertação, e focar o trabalho em uma reflexão mais teórica sobre a mesma temática.

de capitalização e mercadificação da natureza a partir dos novos modelos de privatização da natureza, do mercado de carbono, do mercado de ativos ambientais, das políticas de compensação ambiental, entre outras, que ampliam os usos capitalistas para além do entendimento da natureza como matéria-prima. Sendo assim, urge aprofundar as reflexões acerca da relação sociedade e natureza sob o capitalismo, tendo como eixo condutor a seguinte questão: qual é a função da natureza-mercadoria na reprodução do capitalismo e das relações de produção na escala do urbano?

Partimos da lógica do urbano, pois é a expressão contemporânea da expansão da lógica do valor para todos os espaços e dimensões da vida, e como a tradução de uma nova etapa do processo de urbanização intitulada de metropolização do espaço (LENCIONI, 2014 e FERREIRA, 2014). Essa nossa posição é importante para contextualizar os novos processos de mercadificação da natureza. Na atual conjuntura, a mercadoria e a lógica do capital ampliam os seus tentáculos para todas as esferas, não se restringindo só ao chamado mundo do trabalho. Para visualizar essa questão, tomemos como referência as cidades contemporâneas. As cidades materializam essa lógica impondo

(...) novos padrões (assentados no desenvolvimento da sociedade de consumo e submetidos ao desenvolvimento do mundo da mercadoria) a partir dos quais vão se redefinindo as relações entre as pessoas numa sociedade fundada na necessidade de ampliação constante das formas de valorização do capital (CARLOS, 2011, p. 15).

A forma com que o capitalismo se manifesta concretamente sustenta-se na criação de um cotidiano normatizado e programado com o objetivo de construir as condições para a acumulação de capital e para a reprodução do modo de produção, em outras palavras, a lógica da reprodução do capital se amplia, sai da esfera *strictu sensu* da produção fabril e alcança o cotidiano das pessoas. Assim, a dimensão ambiental das nossas vidas – ou melhor, a forma como vamos nos relacionar com a natureza – passa a ser definida pelo mundo da mercadoria e pelo valor de troca.

A natureza nas cidades passará a ter um papel fundamental de coesão e legitimação para o projeto de cidade neoliberal que está em voga e para a reprodução das relações sociais de produção através do discurso da

sustentabilidade do ambiente urbano. As cidades são centrais para a construção e reprodução do neoliberalismo, como o lócus central para as novas estratégias locais de acumulação do capital, e a questão ambiental, através de processos de capitalização da natureza tem o papel de fazer durar no espaço-tempo da cidade a lógica do mercado. Esse processo de

(...) ‘ambientalização’ do urbano faz parte de uma construção discursiva que não remete somente a gestão material de ecossistemas, mas a um conjunto de condições ideológicas e materiais pelas quais se constroem os problemas e as formas de tratá-los. (BRAND *apud* ACSELRAD, 2010, p. 297).

No nosso ponto de vista, essa ideia reforça o papel protagonista do mercado na produção de novos espaços e na organização das cidades, e não ataca a fundo as questões estruturantes que produzem os problemas chamados de ambientais. Por trás desse discurso da sustentabilidade urbana fundamentada no modelo da mercadificação da natureza, se escondem práticas de apropriação/dominação do espaço, que são estratégias de classe, que procuram garantir a reprodução das relações sociais de produção. Nesse sentido, temos claramente definido o processo de mercadificação da natureza como estratégia para a reprodução do espaço urbano como reprodução do capital, sendo este o nosso foco de análise. Para isso, procuramos analisar e compreender a mercadificação da natureza como uma estratégia espacial e multiescalar de reprodução do capital.

Buscaremos alcançar o objetivo estabelecido a partir dos fundamentos teóricos e metodológicos da teoria social crítica de raiz marxista. Sendo assim, nos apoiaremos diretamente em parte das obras marxianas (MARX e ENGELS, 2002; MARX, 2003, 2004 e 2006), interpretando de forma heterodoxa o materialismo histórico e dialético. Esse esforço terá o auxílio de Foster (2005), Harvey (2004a, 2004b, 2005, 2011, 2013, 2014a, 2014b e 2014c), Fraser (2014), Castoriadis (1987 e 1987-1992) e Lefebvre (1977, 1981, 1986, 1991, 1995, 1999, 2001 e 2008), além de outros autores que serão citados ao longo da dissertação. Faremos também, uma leitura a partir da obra do filósofo francês Henri Lefebvre, que traz importantes contribuições para a geografia a partir da espacialização dos processos sociais tendo como principal contribuição a categoria e o conceito de produção do espaço (LEFEBVRE, 1991). Lefebvre também colabora - como fonte

inspiradora - na compreensão dos fenômenos relativos aos processos de metropolização do espaço (CARLOS, 2013; FERREIRA, 2014; LENCIONI, 2014), colaborando na compreensão de uma nova fase de acumulação do capital, baseada na generalização da lógica da mercadoria, a partir do espaço como local e meio para a realização do valor. Outras categorias de análise se fazem presente no corpo do trabalho, e que apresentam uma importância mais instrumental e operativa para nossa pesquisa, tais como: trabalho, natureza, ambiente, metabolismo, valor de uso e valor de troca, mercadoria, sustentabilidade, acumulação por espoliação, *green grabbing*, reprodução das relações de produção e subordinação formal e real da natureza ao capital, que reforçam e fundamentam nossa reflexão acerca da atual produção capitalista da natureza..

O trabalho está estruturado em três capítulos, onde cada capítulo estará diretamente correlacionado a um objetivo específico que será apresentado a seguir. O primeiro capítulo nomeado de “*Notas teóricas sobre a economia política do espaço: uma possível interpretação crítica para a geografia das relações sociedade-natureza sob o capitalismo*” tem como principal objetivo contribuir para uma possível interpretação da questão ambiental a luz da problemática urbana na contemporaneidade do capitalismo, tendo como suporte teórico a economia política do espaço. Para que isso ocorra de forma mais transparente e sem recorrer a muitos "saltos" epistemológicos, optamos por nesse capítulo construirmos algumas mediações necessárias entre a Geografia e o marxismo, que justifique e fundamente o uso desse encaminhamento teórico, a economia política do espaço; e ao mesmo tempo, apresentar alguns limites metodológicos, no caso da Geografia, e de interpretação, no caso do marxismo, no entendimento das contradições relativas a relação sociedade e natureza no atual contexto do capitalismo. Com isso o capítulo foi separado em três momentos: o primeiro faz um debate sobre os pilares da geografia como ciência, e a sua gênese fundada na relação sociedade e natureza, ainda que simultaneamente haja incapacidade metodológica de efetivar a fusão dessas duas dimensões; a segunda parte, onde tentaremos demonstrar o caráter ontológico da contradição entre a relação sociedade e natureza no materialismo histórico e dialético, buscando superar algumas leituras dogmáticas, simplistas e vulgarizadoras do marxismo; e por fim tentar construir, apresentar e demonstrar o potencial epistemológico e

metodológico da fusão da Geografia com o materialismo histórico e dialético na interpretação das novas contradições relativas à sociedade e natureza, tentando colaborar na instituição de uma teoria social do espaço baseada nos aportes teóricos da economia política do espaço.

O segundo capítulo intitulado de “*Escalas (e jogos de escalas): a natureza das relações de poder nas políticas para a conservação da natureza*” tem por objetivo identificar como as políticas de conservação da natureza fazem parte de um projeto político visando a criação de condições para a acumulação do capital a partir da produção do urbano como negócio. Para isso, iniciamos o capítulo apresentando de que modo as políticas ambientais urbanas, contextualizadas pelos processos de metropolização do espaço, reforçam a tese da natureza como uma nova estratégia de acumulação. A natureza na contemporaneidade do capitalismo neoliberal passa a ter uma importância fundamental como estratégia para absorver parte do capital excedente, principalmente em um contexto de crise como estamos vivendo na atual conjuntura. O capitalismo apresenta uma essência contraditória. O capital precisa continuamente transpor as barreiras que ele mesmo impõe para si. Essa afirmação é o ponto de partida para o começo de algumas reflexões acerca do papel da produção da natureza como mecanismo para superar - sempre parcialmente - as crises de sobreacumulação que marcam a história do capitalismo. Nessa lógica, a natureza torna-se a nova fronteira para a expansão do capital. Essa posição é de extrema relevância para compreendermos as relações íntimas entre os novos mecanismos de uso e conservação da natureza (baseado em práticas de mercadificação, financeirização e privatização do ambiente) com os processos de acumulação por espoliação.

Já o terceiro capítulo chamado “*Da obra ao produto: a captura da natureza como condição para a (re)produção do capital*” procura fazer uma reflexão crítica acerca da teoria do valor e da exploração da natureza resgatando ideias da economia política clássica e principalmente da literatura marxista. Para isto, o capítulo procura abordar o movimento de transformação da natureza em mercadoria no escopo da teoria do valor-trabalho marxista. Tendo como referência a seguinte questão: pensar uma teoria do valor capaz de incorporar (ou não) nos seus pressupostos o valor da natureza e/ou os custos pela degradação ambiental. Em um primeiro momento, procuramos demonstrar que a história do

desenvolvimento do capitalismo é marcada por um movimento de expansão do mundo da mercadoria, promovendo a transição de um espaço produzido como obra (valor de uso) para um espaço produzido como produto (valor de troca). Na atual conjuntura histórica, a lógica do valor de troca se impõe para todas as dimensões e esferas da vida, se tornando autônoma (relativamente) em relação ao valor de uso. Em outras palavras, há o domínio da lógica do valor, do valor de troca sobre o valor de uso. Assim, a natureza é sistematicamente e sucessivamente ressignificada e instrumentalizada pela racionalidade mercantil do mundo moderno, se tornando assim um produto em detrimento da obra. Em um segundo momento do capítulo, percebemos que a produção de conhecimento ganhou uma importância estruturante nas formas de uso, controle e apropriação capitalista da natureza. Porém, a ciência, a tecnologia e o conhecimento tradicional não são incorporados na produção do valor, o trabalho intelectual não foi sistematizado por Marx como um fator determinante do movimento de reprodução do capital. A teoria do valor-trabalho estrutura-se a partir do trabalho simples e direto, que é a base quantitativa para a produção do valor e do mais-valor. Nesse caso, Marx deixou para nós resolvermos esse impasse metodológico: o trabalho simples não se transforma diretamente em trabalho intelectual, há uma brecha na teoria do valor-trabalho. Por isso, procuramos junto com Leff apontar para a necessidade de desenvolver uma teoria qualitativa do valor, capaz de compor e integrar as dimensões da cultura, da economia e da ecologia através de uma multiplicidade epistemológica, que consiga expressar os novos usos e apropriações capitalistas da natureza para desenvolver as condições de sustentabilidade do processo produtivo (LEFF, 2006).

Não há nada mais tediosamente árido do que as fantasias do "locus communis".

Karl Marx, *Grundrisse*

O mundo recebe a ação do homem. O trabalho e seus instrumentos não são uma violência imposta à natureza. O homem permanece uma parte da natureza e, também, seu instrumento. E a natureza é recriada pelo homem, e toma uma forma humana sem deixar de ser a natureza. A poesia, como o sentido cósmico, deve ser restituída à dialética.

Henri Lefebvre e Norbert Guterman,
*Introdução ao Cadernos sobre a dialética de
Hegel*

A natureza sempre foi o celeiro do homem, ainda quando este se encontrava na sua fase pré-social. Mas, para que o animal homem se torne o homem social, é indispensável que ele também se torne o centro da natureza.

Milton Santos, *Por uma Geografia Nova*

2.

Notas teóricas sobre a economia política do espaço: uma possível interpretação crítica para a geografia das relações sociedade-natureza sob o capitalismo

Se partirmos do pressuposto de que a ação do homem sobre o mundo é o resultado das ideias que o próprio homem constrói sobre esse mundo (conscientemente ou não), podemos afirmar, então, o caráter estritamente político da produção de conhecimento. Nesse sentido, o método pelo qual optamos para compreender o real está diretamente relacionado com as soluções que damos para as transformações dessa mesma realidade. Quando as políticas ambientais preconizam a conservação a partir da mercadificação da natureza como modelo de sustentabilidade, fica claro que esta tentativa de solução para questões relacionadas a conservação e ao manejo dos ecossistemas está fundamentada em aportes teóricos da economia política clássica, a qual se baseia na supremacia do mercado. Ao final do capítulo, poderemos observar a incongruência dessa perspectiva como superação para as questões ligadas à degradação do meio ambiente. No nosso caso, a reflexão se apoiará no pensamento crítico dentro das ciências humanas, principalmente aquele vinculado à tradição marxista - chamado de crítica da economia política - como fundamento. Optamos assim pelo encaminhamento teórico intitulado por Henri Lefebvre de *economia política do espaço* (LEFEBVRE, 1991). A nossa escolha por essa teoria aponta para a tentativa de concretizar e consolidar a construção de uma "(...) *teoria social do espaço* nos marcos de uma *Geografia crítica radical*" (CARLOS, 2011, p. 102) tendo como centralidade a categoria de produção do espaço (CARLOS, 2011) fundamentada nas obras de Henri Lefebvre. Por isso, a nossa maior preocupação, como já foi indicado anteriormente na introdução, é compreender as novas contradições do espaço concernentes às relações entre sociedade-natureza na contemporaneidade do capitalismo. Mais especificamente, sobre o papel da natureza na reprodução do espaço urbano como reprodução do capital e, nesse sentido, partimos do pressuposto de que, o conflito entre sociedade e natureza no atual contexto de expansão da lógica do valor para outras esferas da vida, tem

como sentido principal a mercadificação da natureza. A princípio, essa afirmação não traz nada de novo, já que, no capitalismo, a natureza é vista como um recurso passível de ser comprado e vendido no mercado. Porém, o que tentaremos demonstrar, é que, na atual conjuntura histórica do capitalismo, dominada pela lógica urbana, a natureza ganha o estatuto de (nova) raridade passível de ser valorizada no mercado (SANTANA, 1999). Esse processo ocorre através da produção e comercialização desses espaços - a natureza - com o intuito de viabilizar a reprodução do capital e do capitalismo. Nesse contexto, o espaço passa a ter uma nova condição, visto que, através do seu domínio e da sua produção pelo mercado que o capital se viabiliza. Aqui podemos perceber que esse movimento descrito é atravessado, principalmente, pela contradição entre valor de uso e valor de troca (as duas dimensões intrínsecas da mercadoria), além de suas contradições correlatas como: público e privado; apropriação e dominação; qualidade e quantidade; e trabalho concreto e trabalho abstrato.

Não faremos uma exposição, *a priori*, dessa abordagem, no entanto, buscaremos construí-la ao longo do capítulo, na medida em que esta justifique nossas escolhas através de diálogos com o nosso objeto de pesquisa, e também esteja alinhada ao escopo conceitual da Geografia com os postulados teóricos do pensamento marxista. Partimos do pressuposto de que tanto a Geografia como o marxismo apresentam a relação sociedade e natureza como um caráter ontológico das suas abordagens. Tentaremos demonstrar que a Geografia e o marxismo - mas principalmente o marxismo, que foi acusado por muitos ambientalistas e estudiosos da natureza de ter relegado os problemas ambientais à questões de menor importância frente a exploração da classe trabalhadora e a revolução socialista - são importantes epistemologicamente e metodologicamente para compreender as novas estratégias de acumulação do capital resultantes da incorporação da natureza à lógica mercantil. E, ao final do capítulo, aproximaremos a Geografia e o marxismo a partir da economia política do espaço para auxiliar na compreensão das contradições do espaço que envolvem a relação sociedade e natureza na atual conjuntura do capitalismo. Começaremos pela Geografia.

No Dicionário de Geografia Humana organizado por Johnston, Gregory e Smith, o verbete Geografia é definido assim: "estudo da superfície da terra como

espaço em que se desenvolve a vida da população humana"⁴ (JOHNSTON *et al*, 1987, p. 198) e, com objetivo explicativo, os autores apresentam três características essenciais da geografia, i) "a primeira é a importância da localização. A geografia estuda as variações locais ou espaciais nos fenômenos sejam físicos ou humanos, que tem lugar sobre a superfície da terra"; ii) "a segunda característica é a ênfase de caráter ecológico que insere a geografia nas relações entre o homem e a terra"; iii) "o terceiro tema característico da geografia é a análise regional, em que se fundem os enfoques espacial e ecológico que acabamos de descrever"⁵ (JOHNSTON *et al*, 1987, p. 199). Fica claro para nós que, a partir deste verbete, a Geografia, enquanto campo do conhecimento apresenta a peculiaridade de tentar integrar duas grandes áreas do conhecimento, as ciências humanas e ciências naturais. Outros autores confirmam essa ousadia da Geografia em construir o seu objeto de estudo a partir das relações entre o homem e a natureza (ROSS, 2009; BAYLISS-SMITH e OWENS, 1995; MENDONÇA, 2001 e 2009).

Porém, a institucionalização da Geografia como ciência ocorre no final do século XIX, no esteio da construção do mundo moderno. Este, marcado pela fragmentação do conhecimento em pares binários e opostos, mutila o real através de separações imaginárias das diversas dimensões que compõem a realidade, que podem ser explicitadas pelos diversos pares dicotômicos que marcam a modernidade, exemplos destes são: sujeito e objeto, natureza e sociedade, matéria e espírito, entre outras⁶. Dentro desse contexto, cabe ressaltar que o sonho de ciência integradora, na origem, já nasce destinado ao fracasso. Dessa forma, a construção da Geografia como ciência segue o mesmo caminho do parcelamento do conhecimento instituído pela modernidade, nesse sentido, se consolidam as duas grandes correntes do pensamento geográfico: a geografia física e a geografia

⁴ Tradução sob nossa responsabilidade do seguinte trecho do original: "Estudio de la superficie de la tierra como espacio en el que se desenvuelve la vida da población humana" (JOHNSTON *et al*, 1987, p. 198).

⁵ Tradução sob nossa responsabilidade do seguinte trecho do original: i) "la primera es la importancia de la localización. La geografía estudia las variaciones locacionales o espaciales en los fenómenos, sean físicos o humanos, que tienen lugar sobre la superficie de la tierra"; ii) "la segunda característica es el énfasis de carácter ecológico que pone la geografía en las relaciones entre el hombre y la tierra"; e iii) "el tercer tema característico de la geografía es el análisis regional, en el que se fusionan los enfoques espacial y ecológico que acabamos de describir" (JOHNSTON *et al*, 1987, p. 199).

⁶ Henri Lefebvre chama de metafísica, "(...) aquele pensamento que separa o que é ligado" (LEFEBVRE, 1995, p. 53) na realidade.

humana. A efetiva integração - sociedade e natureza - pelo pensamento geográfico se mostrou de difícil realização devido a falta de um método que unificasse as dimensões sociais e naturais do espaço geográfico. Esse cenário de dualização da ciência geográfica ainda é hegemônico nos dias de hoje. Isso se agrava, ao levarmos em consideração que a conjuntura atual é marcada por intensos e graves problemas ambientais decorrentes de uma relação sociedade-natureza comandada pelo império do lucro; e, nesse sentido, urge tentar religar os laços epistemológicos entre as perspectivas humanas e físicas da Geografia (e também de outros campos do conhecimento), porém, nos parece, que ainda hoje, o problema do método persiste.

Os geógrafos, tanto físicos quanto humanos, nunca falaram tanto das relações entre sociedade e natureza quanto nos dias atuais. Na prática, porém, a geografia humana permanece alheia à dinâmica da natureza, tanto quanto a geografia física à dinâmica da sociedade. Os geógrafos físicos ou geomorfólogos se restringem a tentativas incipientes de incluir o ser humano ou a população (quase nunca a sociedade) nas suas interpretações. Os geógrafos humanos se limitam a ver o ambiente como substrato físico, que é passivamente transformado pela sociedade (COELHO, 2001, p. 19).

Parece-nos que a autora acima exagera na generalização, muitos geógrafos, físicos e humanos, fizeram esforços frutíferos em tentar, pelo menos, aproximar as dimensões sociais e naturais da realidade⁷. Alguns autores da geografia física, a partir da categoria da paisagem, vêm empreendendo esforços para tentar integrar as duas perspectivas no âmbito da Geografia. Como nosso foco nesse trabalho não passa por um estudo mais apurado da paisagem como categoria analítica da geografia, vamos nos ater a revelar algumas imaginações de espaço contidas nas formas como a geografia física conceitua paisagem, e como essas definições funcionam como barreiras epistemológicas para uma efetiva compreensão integradora das esferas física e humana da disciplina geográfica. Propomos o diálogo com dois autores: Ab'Sáber e Metzger. Em Ab'Sáber (2003) seu enfoque claramente descritivo reduz o espaço a um dado passivo e externo aos processos sociais e naturais. Além de optar pela ênfase em descrições das formas

⁷ Podemos citar vários autores de várias correntes do pensamento geográfico para exemplificar essa questão, mas citaremos somente um geógrafo como exemplo ilustrativo. o geógrafo e anarquista francês Élisée Reclus, chamava de Geografia Social os conhecimentos sobre a natureza, fundamentados em uma concepção dialética da sociedade e natureza (SOUZA, 2013).

fisiográficas e geoecológicas das paisagens em detrimento das econômicas, culturais e sociais. Essa imaginação de espaço inerte limita muito a compreensão e o desvelamento dos processos sociais que ajudaram a moldar as paisagens, restringindo o espaço a um tipo de inventário das formas espaciais (naturais ou sociais). Em uma outra abordagem, muito mais ecossistêmica, Metzger (2001) propõe um conceito de paisagem que revela uma imaginação do espaço bastante problemática. De inspiração neopositivista e essencialista, para o autor, a natureza e a dimensão humana são concebidas a partir das leis biofísicas, isso significa que o espaço se limitaria a um palco para o fluxo de matéria e energia. Esse fato reduziria a ação do homem aos chamados impactos antrópicos, impedindo ou dificultando a compreensão dos processos de (re)significação dos fenômenos naturais pela sociedade, esquecendo-se que a natureza só pode ser estudada como um plano imanente da cultura. Moreira chega ao extremo ao afirmar que as leis que regem os fenômenos naturais são construções sociais imaginárias (MOREIRA, 2004), e

(...) é nesse sentido profundo que a natureza é relacional e revela-se como um produto da cultura, havendo sempre um além imanente não perceptível, não observável pelos humanos, mesmo que esse não perceptível possa modificar-se sócio-historicamente (MOREIRA, 2004, p. 17).

Nos modelos metodológicos da geografia física o homem não tem rosto, cor, cultura, ideologia ou classe social. O humano é incorporado à análise reduzido às leis naturais.

Outros autores, como Francisco Mendonça (2001), tem uma extensa produção acadêmica, em que a sua principal contribuição é a construção de novas perspectivas metodológicas para a compreensão, do que chama de problemas socioambientais. Seu embasamento teórico fundamenta-se em perspectivas holísticas, concebe a interação sociedade e natureza de forma multi e interdisciplinar. Essa sua proposta, que parece-nos bastante pertinente, reconhece, pelo menos retoricamente, que os fenômenos naturais e os fenômenos sociais apresentam a mesma importância para a compreensão da realidade, que nenhum dos dois lados deveria ter um *status* fundante para o conhecimento. Nesse contexto, o estudioso adota uma posição de ecletismo metodológico (expressão

utilizada pelo próprio autor), com o objetivo de tentar viabilizar a multidimensionalidade do real. Esse suposto ecletismo se materializaria de acordo com cada objeto de estudo, que induziria o pesquisador a selecionar as técnicas e as metodologias de trabalho condizentes com a sua proposta de pesquisa. Essa postura, serviria para justificar que o ecletismo não é o *samba do crioulo doido* (ainda usando as palavras do autor), porém, apesar do esforço, essa perspectiva não constrói o rigor teórico-metodológico necessário para enfrentar a empreitada de integrar a geografia física e a geografia humana. Adotar a posição de que o real é complexo, e de que devemos, a todo o custo, dar conta dele, nos coloca frente à impossibilidade de nos apropriarmos inteiramente da realidade⁸. Lefebvre (1999) nos lembra que todo método apresenta simultaneamente e contraditoriamente um ponto cego. Isso significa que, toda posição metodológica ilumina uma face do real, e ao mesmo tempo, essa mesma luz, cega um outro lado do real (LEFEBVRE, 1999). O que precisamos ter é clareza dos limites e possibilidades que nossa opção metodológica nos oferece. Além do mais, Mendonça (2001) não consegue efetivamente integrar o social e o natural com a sua abordagem, pois mantém cada dimensão em separado, com seus próprios aportes teóricos e metodológicos. De alguma forma a dicotomia geografia humana e geografia física permanece.

Em um outro trabalho, Francisco Mendonça (2009), aprofunda a sua abordagem anterior criando um instrumento metodológico chamado de SAU - Sistema Socioambiental Urbano, que nada mais é do que um modelo teórico para ser aplicado aos problemas ambientais do espaço urbano. Esse recorte foi escolhido pelo autor por considerar que o espaço das cidades é o mais propício às vulnerabilidades socioambientais decorrentes da ação humana sobre a natureza. O SAU é um modelo teórico esquematizado de forma linear e hierarquizado em sistemas e subsistemas, que se inicia no sistema de *Input*, relacionado ao fluxo de matéria e energia derivado dos processos naturais e sociais; o sistema de

⁸ Henri Lefebvre nos deixa como herança o método da ritmanálise como possibilidade real e concreta de unificar a multidimensionalidade do real em uma única abordagem. "(...) Mesmo se a ritmanálise consegue isolar um ritmo inconcluso num conjunto de ritmos, mesmo se podemos desfazer o pacote de ritmos apresentando componentes naturais e ritmos com função mais social ou mental, não perdemos jamais de vista o movimento desse conjunto" (LEFEBVRE, 1981 *apud* MOREAUX, 2013, p. 180). Entendemos, que de alguma forma, Lefebvre, na abordagem da ritmanálise, propõe uma dialetização dos métodos. Algo bem diferente de uma abordagem eclética das diversas possibilidades de metodologias.

Atributos, são as instâncias sociais ligadas à economia, à política e à cultura, que determinam a dinâmica sobre o ambiente da cidade; o sistema de *output*, são os problemas resultantes dos sistemas anteriores; e por último o sistema *aplicações*, que é o lugar onde se pensam as soluções para os problemas socioambientais urbanos (MENDONÇA, 2009). Fica muito claro para nós o enorme esforço que o pesquisador faz para superar a dicotomia no pensamento geográfico e para a ciência como um todo, e, acreditamos que o autor deve encontrar resultados promissores com a metodologia do SAU. Isto porque, pelo menos, ele consegue estabelecer um diálogo e uma zona de contato entre os aspectos biofísicos e a produção humana. Porém, repetindo a crítica supracitada, não há superação na abordagem dicotômica, e sim uma abordagem, no máximo interdisciplinar entre os fenômenos físicos e sociais. Os estudos físicos permanecem independentes em relação aos estudos sociais, e vice-versa, visto que cada instância permanece com o seu método próprio de análise. Outro elemento importante a respeito do SAU, é que este acaba se tornando um modelo a ser aplicado em toda e qualquer realidade urbana, muito próximo da abordagem (neo)positivista, que o próprio autor critica em seus dois trabalhos abordados aqui (MENDONÇA, 2001 e 2009). Permanecemos assim com o mesmo impasse, o bloqueio metodológico.

Por último, Mendonça (2001) nos apresenta uma reflexão sobre a evolução do conceito de meio ambiente, e chega a conclusão de que, ao longo da sua história, ampliou-se o seu significado, incorporando a dimensão social, sentido que também compartilhamos. Assim, chegamos à conclusão de que a expressão *meio ambiente* e *ambiente* foram (e ainda são) usadas como sinônimos pela maior parte dos ambientalistas, ecologistas e pesquisadores. E de forma geral utilizada para se referir a questões ligadas à degradação da natureza. Optamos por trabalhar somente com o termo ambiente. Os termos *meio* e *ambiente* que compõe a palavra *meio ambiente* apresentam o mesmo significado no dicionário⁹, sendo redundante compor um conceito com duas palavras que apresentam o mesmo conteúdo. Em outro sentido, *meio* é metade¹⁰, *meio ambiente* é a metade do ambiente e não o ambiente por inteiro, nesse caso, há uma associação direta do termo *meio ambiente* com os aspectos físicos e biológicos da natureza, suprimindo toda e

⁹ Meio: ambiente em que se vive / Ambiente: meio em que se vive (www.dicionarioweb.com.br).

¹⁰ Meio: a metade de uma unidade (www.dicionarioweb.com.br).

qualquer relação do homem com a natureza, como ressaltou Porto-Gonçaves (PORTO-GONÇAVES, 2002). Historicamente o conceito de meio ambiente ficou preso no espectro das ciências naturais, sendo pensado e trabalhado como equivalente e sinônimo de substrato biofísico da terra (PORTO-GONÇALVES, 2012). Essa visão restritiva faz referência aos fatores bióticos e abióticos, como, por exemplo, rochas, relevo, solos, rios, formações vegetais, entre outros, e pode ser relacionada a tudo que se contrapõe aos espaços produzidos pelo homem. Portanto, e corroborando com João Rua (2007), demos um enfoque amplo para o conceito de ambiente, incluindo a dimensão social e natural. Porém, Mendonça (que compreende a questão ambiental da mesma forma que nós), estranhamente opta por usar o termo socioambiental. Sua justificativa se atrela ao fato de que a noção de (meio) ambiente está fortemente marcada por um sentido puramente físico, e que dificilmente perderia esse ranço (MENDONÇA, 2001). Essa opção, em si, é somente uma escolha terminológica, não há discordância com o sentido que é dado ao termo, como já afirmamos anteriormente. O problema consiste em o autor ter a ousadia de querer fundar uma nova corrente dentro do pensamento geográfico, chamada de geografia socioambiental, com a pretensão de superar a dicotomia entre geografia física e humana, porém dentro dos fundamentos epistemológicos que já foram discutidos em parágrafos acima, e constatado que a pretendida integração só acontece no campo da interdisciplinaridade. O que o autor não percebe, é que, com essa posição, não se elimina a dualidade da ciência geográfica, mas contraditoriamente reforça a sua compartimentação. A suposta nova corrente não abala em nada a tradicional bipartidarização da geografia, mantendo os dois campos, geografia física e geografia humana, inalterados em seus postulados teórico-metodológicos.

É importante ressaltar dentro dessa discussão, que Marcelo Lopes de Souza reforça a nossa interpretação, ao afirmar que cada polo da Geografia apresentaria a sua especificidade metodológica, e que seria, talvez, prudente e realista de nossa parte reconhecer que a ciência geográfica é epistemologicamente bipolarizada (SOUZA, 2013). Essa posição teórica, demonstra que na atual conjuntura, não há método que consiga integrar efetivamente as dimensões física e humana no pensamento geográfico. Ainda assim, o mesmo autor faz colocações importantes

sobre a natureza da geografia e sobre formas de entendimento e aproximações entre a geografia física e humana.

A Geografia é irremediável e estonteantemente plural. Na medida em que os geógrafos "físicos" admitam que a própria ideia de "natureza" é histórica e culturalmente construída (ou seja, compreendendo que o conhecimento ecogeográfico só adquire pleno sentido à luz da dinâmica social) e que a "natureza" que lhes interessa não deveria, em diversos níveis, ser entendida em um sentido "laboratorial" e "desumanizado" (no máximo recorrendo a conceitos-obstáculo como "fator antrópico"), e na medida em que os geógrafos "humanos", de sua parte, reconheçam que os conceitos, raciocínios e resultados empíricos da pesquisa ambiental (em sentido estrito) podem lhes ser muito úteis (articulando esses conhecimentos, sejam aqueles sobre ilhas de calor, poluição ou riscos de desmoronamentos/deslizamentos, aos seus estudos sobre segregação residencial ou problemas agrários) (...) (SOUZA, 2013, p. 28).

Dentro desse contexto, cabe colocar em evidência que Francisco Mendonça é um dos poucos geógrafos que consegue realizar de forma satisfatória as aproximações e os diálogos entre a geografia física e a humana presentes na citação acima. Porém, não supera, a partir do método, a dicotomia histórica entre as dimensões física e humana na Geografia.

Finalizamos essa primeira parte do capítulo, que pretendeu apresentar uma reflexão acerca de como tem se desenrolado o debate acerca da relação sociedade e natureza na Geografia. Tendo como pressuposto o fato de que essa relação fundou o pensamento geográfico. Podemos concluir que há um claro empecilho metodológico para se efetivar uma abordagem verdadeiramente crítica sobre a integração efetiva entre natureza e sociedade na Geografia. Para isso, nas páginas a seguir, quando o diálogo entre Geografia e marxismo começar a se fundar, tentaremos demonstrar que o pensamento crítico de base marxista é fundamental/fundante para compreender o papel da natureza hoje no capitalismo.

Há uma grande polêmica no seio do pensamento marxista e da militância de esquerda (em partidos políticos ou movimentos sociais), sobre a reflexão em torno do papel da natureza e das questões ecológicas na obra de Karl Marx (e Friedrich Engels) e nas produções dos marxistas posteriores. Aqui, cabe ressaltar um ponto muito importante: há uma certa autonomia no pensamento de Marx em relação aos marxismos, e isso se deve ao fato de que, muito do que se atribuiu ao próprio Marx, é derivado de distorções, equívocos e apropriações equivocadas dos seus escritos (POGREBINSCHI, 2009). Sob essa ótica, precisamos compreender que

certas críticas atribuídas a Marx e aos marxistas de forma geral, devem ser sempre contextualizadas, algo nem sempre feito pelos críticos. Devemos sempre nos perguntar de que marxismo estamos falando; de que escola e/ou corrente; de que período histórico; e de que autor. O marxismo não é um todo homogêneo e unificado, pelo contrário, é um amálgama de posições que vão desde o dogmático stalinista até o mais heterogêneo com nuances pós-modernas. A própria produção intelectual de Marx é repleta de contradições, desde perspectivas que reconhecem o progressismo do capitalismo até posições radicais e autonomísticas que negam qualquer tipo de estado moderno, seja o estado burguês ou o proletário (POGREBINSCHI, 2009). Por isso não devemos nos prender somente em uma de suas obras, mas buscar uma visão do conjunto para apropriar-nos das contradições e conseguir compreender o que é fundante e essencial da sua produção.

Há um vultoso número de posições acerca do debate e do entendimento das questões ecológicas e da natureza no marxismo. Começamos essa discussão a partir das constatações de Michael Löwy nessa polêmica. Para Löwy

(...) a) os temas ecológicos não ocupam um lugar central no dispositivo teórico marxiano; b) os escritos de Marx e Engels sobre a relação entre sociedades humanas e a natureza estão longe de serem unívocos, e podem portanto ser objeto de interpretações diferentes; c) a crítica do capitalismo de Marx e Engels é o fundamento indispensável de uma perspectiva ecológica radical (LÖWY, 2005, p. 19 e 20).

Esses pressupostos citados pelo autor giram em torno de três elementos indissociáveis, contraditórios e complementares, que podem se associar a cada tópico por ele assinalado; estamos falando de uma posição teórica, interpretativa e política frente ao tema ambiental na obra marxista. O primeiro deles, e o de maior controvérsia, é que a perspectiva ecológica não era central nos estudos de Marx. Veremos mais adiante posições de autores que contrariam essa assertiva. O segundo, diz respeito à diversidade de interpretações, no âmbito do marxismo, frente ao debate sobre a relação sociedade e natureza na obra do Marx. A questão interpretativa já foi, de alguma forma, trilhada por nós nos parágrafos anteriores e diz respeito à diversidade de correntes possíveis no pensamento marxista. Tentaremos, mais à frente, abordar mais profundamente esse tema. E por último,

urge ao materialismo histórico e dialético incorporar, de forma crítica, a ecologia em uma perspectiva anti-capitalista.

É importante também destacar algumas críticas, que são comumente associadas a Marx, localizadas em torno desse debate. Francisco Mendonça, ao referir-se especificamente à geografia crítica, afirma, categoricamente, que a natureza na abordagem marxista é somente um dado, reduzido à ideia de um recurso que é obtido a partir dos processos sociais para serem transformados em bens. Nessa abordagem, entende-se que a natureza é algo exterior aos homens. O autor conclui, então, que há uma incapacidade no método da geografia crítica em analisar os estudos físicos e as questões ambientais, permitindo somente estudos parciais sobre essas questões (MENDONÇA, 2001). Mendonça não está errado, mas também não está certo. Muitos marxistas realmente cometem esse equívoco, principalmente dentro de abordagens ortodoxas e dogmáticas que, em muitas situações, presta um desserviço ao pensamento crítico, ao vulgarizar conceitos, teorias e o próprio método. Com esse mesmo entendimento, Erick Swyngedouw, ressalta que

(...) concentrando-se no processo de trabalho *per se*, a análise marxista tendeu a reproduzir o próprio problema que pretendeu criticar. Em particular, ao tornar a natureza como substrato para o desenrolar das relações sociais, especialmente das relações de trabalho, essa análise concebeu a base material da vida social considerando os "processos naturais" como um domínio externo à vida social. Ironicamente, isto é quase exatamente idêntico à ideologia burguesa da natureza como algo externo a sociedade, ainda que universal em seu funcionamento (SWYNGEDOUW, 2001, p. 87).

Porém, se resgatarmos uma pequena passagem d'O Capital, de Marx, poderemos perceber que há um naturalismo ontológico no funcionamento das sociedades em qualquer tempo histórico, compreendendo o homem como um ser efetivamente natural.

O trabalho, como criador de valores-de-uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem - quaisquer que sejam as formas de sociedade -, é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza e, portanto, de manter a vida humana (MARX, 2003, p. 64 e 65)

Retomaremos essa discussão mais adiante. John Bellamy Foster (2005), no seu livro *A ecologia de Marx: materialismo e natureza*, enumera mais algumas críticas

comumente associadas a Marx: 1) as afirmações ecológicas dos seus escritos não tem relação alguma com a proposta e com o corpo da sua obra; 2) que esses trechos derivam de modo desproporcional da sua crítica à alienação, e são mais evidentes nas suas obras iniciais; 3) Marx não conseguiu incorporar na sua teoria de valor a exploração da natureza, adotando em vez disso uma visão produtivista e prometéica; 4) na visão de Marx, a tecnologia e o desenvolvimento econômico capitalista já haviam resolvido os problemas dos limites ecológicos; 5) faltava base científica para que Marx tivesse capacidade para analisar as questões ecológicas; 6) Marx separava radicalmente o ser humano das outras espécies animais, tomando partido da primeira (FOSTER, 2005). Esse autor, ao longo do seu livro, busca superar todas essas críticas em busca da reconstrução do pensamento ecológico em Marx. Porém, a colaboração de Carlos Frederico B. Loureiro (2007), procura reconstruir a contribuição que a tradição crítica do materialismo histórico dialético pode dar para à questão ambiental, e consegue, de uma forma mais objetiva, superar as críticas descritas acima. Suas posições a favor do pensamento marxista se mostraram mais adequadas para a nossa proposta de trabalho nesse capítulo. O autor começa sua defesa ao afirmar que a tradição marxista apresenta uma vigorosa compreensão das relações sociais dos homens com a natureza (ALTVATER, 2006 *apud* LOUREIRO, 2007) contribuindo para o entendimento de que essas relações pertencem à totalidade complexa da vida, e que a apropriação da natureza é relativa a cada modo de produção (LOUREIRO, 2007); que tem a capacidade de explicar as diferentes formas de uso e apropriação da natureza, a partir das características econômicas, políticas e culturais de existência social (CHAUÍ, 2006 *apud* LOUREIRO, 2007); o método dialético permite uma leitura não dicotômica dos temas da contemporaneidade; a natureza nas obras de Marx apresenta uma prioridade ontológica em relação a sociedade, há um *a priori* de que a natureza antecede a existência do homem, adotando uma postura filosófica materialista; algumas de suas insuficiências na questão dos limites ecossistêmicos, por exemplo, decorrem mais do contexto histórico de vida de Marx, do que de incapacidade teórico-metodológica nas questões ambientais (LOUREIRO, 2007). Com os argumentos desferidos pelo autor, fica claro para nós a enorme contribuição teórico-metodológica que o materialismo dialético, fundado por Marx, tem para refletir e

compreender as questões ambientais da atualidade. Sobretudo quando os complexos problemas relativos à sustentabilidade ganham centralidade nas grandes cidades, principalmente com modelos de gestão da natureza que priorizam mecanismos de mercado como forma de combate para a degradação da natureza, através da privatização, capitalização e financeirização. Isso é um sintoma claro de que entramos em um período perigoso da história humana, no qual todas as dimensões da sociedade estão reduzidas à lógica da mercadoria (JAPPE, s.d.). Nesse contexto, o real não nos deixa dúvida, e recuperar Marx e seu método é fundamental. Quem não se lembra do célebre primeiro capítulo d'O Capital, quando, dialeticamente, dissecar o modo de produção capitalista, tendo como ponto de partida a mercadoria (MARX, 2003). Diante disso, não nos resta dúvida de que, o método do materialismo histórico dialético é imprescindível para a compreensão da natureza-mercadoria.

O materialismo histórico e dialético é o método criado por Karl Marx e Friedrich Engels para a superação do idealismo hegeliano, esse tinha como pressuposto o primado do espírito e da idéia antes da natureza e do homem, do pensamento antes da matéria (LEFEBVRE, 1995). Marx procura demonstrar que “a produção das idéias, das representações e da consciência está, a princípio, direta e intimamente ligada à atividade material (...)” (MARX e ENGELS, 2002, p. 18); em outras palavras, eles invertem a concepção hegeliana de mundo. Para o materialismo “não existe conhecimento sem objeto a conhecer” (LEFEBVRE, 1995, p. 56), já que a natureza, a matéria aparecem como elementos primordiais, como fator primário, antes do espírito, das idéias e do pensamento (LEFEBVRE, 1995). Podemos dizer que, para o marxismo, o desenrolar da história se dá através das condições reais e materiais de existência dos homens. Ou seja, não parte do que os homens imaginam, pensam ou representam, mas parte do que eles são em carne e osso, das suas atividades reais e do modo de produção de que fazem parte, isso é o fundamento sobre o qual todas as sociedades se desenvolvem, o ponto de partida da história e da existência da vida humana (MARX e ENGELS, 2002). Ao partirmos do pressuposto de que no materialismo nada pode ser puramente abstrato, de que nada existe fora da matéria, inclusive a natureza; todo nível de conhecimento produzido, bem como o nosso desenvolvimento histórico e geográfico não desponta externo ao sujeito e nem é proveniente de algo pré-

estabelecido pela *cogito*, mas surge a partir do real que nos é apresentado, do objeto a que pretendemos conhecer.

Interpretações vulgares ou mecânicas do materialismo histórico e do pensamento marxista elaboraram máximas que são até hoje reproduzidas, como o binômio base-superestrutura: a base é a estrutura econômica da sociedade, o seu modo de produção, as suas relações materiais e econômicas; e essa base determinava todas as categorias econômicas, jurídicas, políticas, ideológicas da sociedade, que são reflexos dessa base econômica. Essa visão dogmática, ortodoxa e cartesiana do pensamento marxiano, suprime o principal elemento do marxismo, a contradição. Em uma visão mais heterodoxa do marxismo, podemos compreender a estrutura econômica como um forte condicionante das outras dimensões da sociedade, não as determina automaticamente e mecanicamente, pelo contrário, todas elas estão em interação dialética. Podemos dizer, então, que a dimensão econômica, em algumas situações, sobredetermina as demais, porém, depende de outras instâncias para fazer durar o capitalismo ao longo do tempo. O plano da cultura, da ideologia, das representações tem a função de reproduzir as relações sociais de produção, são elas que vão dar liga ao capital como relação social, e perpetuar, historicamente, esse modo de produção. Podemos concretamente afirmar que nos filiamos a um materialismo crítico, não-reducionista e não-mecanicista (FOSTER, 2005). Para isso, precisamos aprofundar um pouco mais essa discussão inserindo os aspectos biofísicos da existência humana.

Foster faz uma afirmação polêmica para muitos marxistas de orientação mais ortodoxa e dogmática sobre o materialismo nas obras do Marx. Ele afirma que "(...) não é possível entender plenamente a obra de Marx sem entender a sua concepção materialista de natureza e a sua concepção materialista de história" (FOSTER, 2005, p. 38). Essa citação tem como referência um famoso postulado teórico marxista, que pode ser encontrado, com o seu sentido filosófico pelo menos, em praticamente todas as obras de Marx, mas que, simbolicamente, citaremos uma passagem dos Manuscritos Econômicos e Filosóficos de 1844 (ou Manuscritos de Paris). Devido ao seu duplo caráter, filosófico e econômico, a obra foi rejeitada pela ortodoxia marxista sob o argumento de representar o período imaturo do jovem Marx, rótulo que colaborou para o engessamento

epistemológico do marxismo durante longas décadas, e que tem seus efeitos até os dias de hoje. Segue abaixo a passagem do manuscrito:

O homem é imediatamente ser *natural*. Como ser natural, e como ser natural vivo, está, por um lado, munido de *forças naturais*, de *forças vitais*, é um ser natural *ativo*; estas forças existem nele como possibilidades e capacidades (*Anlagen und Dähigkeiten*), como *pulsões*; por outro, enquanto ser natural, corpóreo, sensível, objetivo, ele é um ser que *sofre*, dependente e limitado, assim como o animal e a planta, isto é, os *objetos* de suas pulsões existem fora dele, como *objetos* independentes dele. Mas esses objetos são *objetos* de seu *carecimento* (*Bedürfnis*), *objetos* essenciais, indispensáveis para a atuação e confirmação de suas *forças essenciais*. Que o homem é um ser *corpóreo*, dotado de forças naturais, vivo, efetivo, objetivo, sensível significa que ele tem *objetos efetivos*, *sensíveis* como objeto de seu ser, de sua manifestação de vida (*Lebensäusserung*), ou que ele pode somente *manifestar* (*äussern*) sua vida em objetos sensíveis efetivos (*wirkliche sinnliche Gegenstände*). É idêntico: *ser* (*sein*) objetivo, natural, sensível e ao mesmo tempo ter fora de si objeto, natureza, sentido, ou ser objeto mesmo, natureza, sentido para um terceiro. A *fome* é uma *carência* natural, ela necessita por conseguinte, de uma *natureza* fora de si, de um *objeto* fora de si, para se satisfazer, para se saciar. A fome é a carência confessada de meu corpo por um *objeto* existente (*seienden*) fora dele, indispensável à sua integração e externalização essencial (MARX, 2004, p. 127).

Para quem achava que a natureza, em Marx, era somente um dado, um elemento exterior ao homem, se choca ao ler esse trecho, e se deparar com toda a robustez teórica da dialética e do materialismo histórico. A natureza, para Marx, não pode ser tomada abstratamente como fez o idealismo hegeliano, separada do homem, pois, para o homem ser um homem (um ser objetivo), precisa ter fora de si sua natureza (seu objetivo), sem isso o "(...) homem não toma parte na essência da natureza" (MARX, 2004, p. 127). Seria um ser não-objetivo (não natural), e um ser não-objetivo é um não-ser (MARX, 2004). Portanto, fica claro que não há uma dualidade essencialista entre homem e natureza em Marx, como muitos críticos preconizam, mas sim uma "(...) dialética natureza histórica-história natural, a unidade da natureza que está para além de nós e a partir da qual nos realizamos e a significamos por mediações várias, em seu/nosso perpétuo movimento de criação (*poiesis*)" (DUARTE, 1995 *apud* LOUREIRO, 2007). Ainda nessa discussão, citamos como exemplo, o artigo sobre a lei de roubos de madeira, que Marx escreveu em 1842 quando era editor do *Rheinische Zeitung*, um dos principais jornais da Renânia (FOSTER, 2005). Esse momento foi decisivo na vida intelectual e política do Marx, pois aqui, revela-se muito sobre a concepção de

natureza e de homem no pensamento do Marx. Podemos resumir a questão do roubo de madeiras ao direito dos camponeses de acessar as antigas terras comuns, mas que estavam sendo suprimidas com a industrialização e a ascensão da propriedade privada. Esse fato impedia a população de recolher a lenha necessária para aquecimento e cozimento dos alimentos (direito tradicional que existia desde dos tempos imemoriais). Nessa nova conjuntura, o proprietário da floresta transformava em valor de troca o que antes só tinha valor de uso, restringindo totalmente o acesso da população pobre de ter qualquer relação com a floresta, mesmo que fosse para a sua reprodução biológica (FOSTER, 2005). Esse exemplo só referenda a indissociabilidade dos fundamentos humanos e naturais no materialismo marxista, além de reforçar a retórica de que o capitalismo é socialmente desigual e ecologicamente destrutivo. Por esse ângulo, e potencializando toda a radicalidade da dialética como método, Slavoj Žižek (2002) explica essa duplicidade negativa da lógica do capital.

Já era claro para Marx que os exploradores (os proprietários dos meios de produção, isto é, das condições objetivas do processo de produção) são um substituto do Outro objetivo-alienado (o capitalista é o agente do trabalho passado e "morto"). A subordinação da natureza pelos seres humanos reflete-se, portanto, na cisão dentro da própria humanidade, na qual a relação se inverte: a relação produtiva geral entre a humanidade e a natureza é aquela entre o sujeito e o objeto (a humanidade como sujeito coletivo afirma sua dominação sobre a natureza por meio de sua transformação e exploração pelo processo produtivo); dentro da própria humanidade, contudo, os trabalhadores produtivos como força viva da dominação sobre a natureza são subordinados àqueles que são agentes ou substitutos da objetividade subordinada. (...) como a dominação da natureza provoca necessariamente a dominação de classe de pessoas sobre pessoas (ŽIZEK, 2002, p. 197 e 198).

É nessa perspectiva, que Foster afirma que o materialismo histórico em Marx está focado, principalmente em um materialismo prático (FOSTER, 2005), "(...) que afirma o papel constitutivo da agência transformadora do homem na reprodução e transformação das formas sociais" (FOSTER, 2005, p. 14). Esse fato revela o caráter essencialmente prático na relação sociedade e natureza; por isso, para Foster, a concepção materialista da história não pode se desvincular de uma concepção materialista da natureza, reconhecendo os seres humanos como seres naturais e sociais, e que essa integração se dá contraditoriamente através do trabalho, pelo qual a humanidade transforma a natureza e as suas relações sociais

(FOSTER, 2005). Foi dentro dessa concepção de materialismo mais profundo, que o autor reconstrói a perspectiva ecológica em Marx, através da dialética da interação metabólica entre natureza e sociedade (FOSTER, 2005). Marx, em O Capital, empregou o conceito de metabolismo para definir o trabalho como um processo mediador entre a sociedade e a natureza, onde o homem, através do trabalho, cria as mediações entre ele mesmo e a natureza (FOSTER, 2005). Derivado diretamente do conceito de metabolismo, Marx introduziu o conceito de falha na relação metabólica entre a natureza e a sociedade para expressar "(...) a alienação material dos seres humanos dentro da sociedade capitalista das condições naturais que formavam a base da sua existência" (FOSTER, 2005, p. 229). Esse conceito foi elaborado em um contexto de industrialização ascendente e sua relação com a fertilidade do solo nas áreas rurais. Essa relação violava as condições de sustentabilidade da natureza, limitando a reprodução do capital, do homem e das próprias condições ecológicas da natureza.

As discussões desenvolvidas, até o presente momento, sobre a abordagem metodológica do marxismo, nos levam a crer que o potencial da dialética só é efetivado se unido com o materialismo. No processo do vir-a-ser da história, o ato de conhecer, em oposição ao idealismo, só é possível a partir do primado do ser sobre o conhecer, do objeto sobre o sujeito (LEFEBVRE e GUTERMAN, 2011). A dialética confere um predomínio do conteúdo em detrimento da forma, e procura captar o movimento em transformação permanente do real em toda a sua complexidade, nesse sentido apresenta um caráter objetivo e histórico. Esse movimento do real é, simultaneamente, a contradição e a unidade (é a unidade dos contrários), nesse sentido,

quando pensamos em uma coisa que se transforma, percebemos que não é suficiente afirmar que o estado A desapareceu pura e simplesmente e que apareceu um estado B. Algo de A perdura em B; a anulação de A não é absoluta; ainda pensamos em A quando pensamos em B (LEFEBVRE e GUTERMAN, 2011, p. 17).

Esse movimento constante de superação (sem abolição) das teses contrárias só se realiza em uma dialética social da natureza? Ou pode se realizar também na própria natureza? Essa é uma seara que não nos aprofundaremos, mas vamos pelo menos apresentar o debate. Uma discussão frequente no campo marxista é se a

dialética se restringe aos processos sociais que se dão na natureza, ou se a dialética é da natureza. Para muitos autores não existe a possibilidade de ter dialética na natureza, já que não há sujeitos. Concordamos com essa posição teórica, e nesse sentido, reconhecemos que as tensões e contradições dialéticas só ocorrem quando há intencionalidade e consciência. Só é possível haver dialética no mundo natural como uma expressão idealista da história natural. Assim, optamos pelo caminho interpretativo de que a dialética só se apresenta como uma dialética social da natureza.

Como o eixo central do nosso trabalho se articula a partir da posição acima apresentada, vamos salientar, agora, uma das principais contribuições do marxismo para o pensamento crítico na Geografia. Marx usava as expressões primeira natureza e segunda natureza para se referir respectivamente a natureza no seu estado original, que não foi transformada pelo homem, e o ambiente construído pelo homem (SOUZA, 2013), materialmente e imaterialmente. Assumimos que, na atual conjuntura histórica de intensa intervenção do homem na natureza, não é mais possível falar em primeira natureza. E, se levarmos em consideração o fato de que a natureza só pode ser percebida e apropriada pela cultura, talvez essa natureza natural nunca tenha existido (SOUZA, 2013 e MOREIRA, 1999). Como consequência, o espaço geográfico na Geografia passou a ser encarado como resultado dialético da primeira natureza em relação a segunda natureza, abrindo caminho para a compreensão do espaço como condição, meio e produto das ações humanas. É a partir dessa concepção que faremos a aproximação necessária entre a Geografia e o marxismo.

A Geografia como campo do conhecimento apresenta um arcabouço categorial, conceitual e linguístico próprio, além de seu objeto de estudo compreender a *produção do espaço como resultado objetivo/subjetivo das relações sociais*, o que a diferencia de outros campos do conhecimento. Nessa perspectiva, vale reafirmar que a Geografia não estuda o espaço por ele mesmo, mas sim o sujeito no espaço e o sujeito como espaço. A Geografia pode ser definida como a atitude de representação e reflexão analítica do homem-no-mundo, a partir do modo como este nele organiza sua relação com a sociedade e a natureza – portanto consigo mesmo – no vir-a-ser do processo evolutivo da história. Refere-se, pois, à contextualidade e a existencialidade – diremos a

geograficidade – espacial do homem no mundo, condição que difere aqui e ali, de acordo com as estruturas da história (MOREIRA, 2004, p. 22 e 23). Portanto, a Geografia trata da relação do homem com a natureza, e de que forma essa relação produz espaço. Para o marxismo, conforme apresentado nas páginas anteriores, principalmente no conceito de metabolismo entre sociedade e natureza, “o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza” (MARX, 2003, p.11). E continua, “toda produção é apropriação da natureza pelo indivíduo no interior de e mediada por uma determinada forma de sociedade” (MARX, 2011, p. 43). De acordo com o que foi colocado até agora, o caráter ontológico, tanto da Geografia como do marxismo, apresenta a relação entre sociedade e natureza como elemento essencial do método. É preciso articular, de maneira mais explícita, esse encontro entre a Geografia e o marxismo. Em uma primeira tentativa de construção desse encontro, baseada, inicialmente na leitura e interpretação mais tradicional, e até mesmo vulgar do marxismo, sobre a categoria de espaço, é possível afirmar que o espaço era visto de modo subordinado em relação ao tempo e sua função seria somente de substrato passivo e vazio de conteúdo, onde se dariam as relações sociais; o espaço não era uma preocupação direta desses marxistas. De alguma forma, as análises desses marxistas reproduziram a concepção burguesa de espaço. Soja (1993, p. 107) também compactua com essa visão, quando diz que “(...) o marxismo ocidental se assemelhou ao desenvolvimento da ciência social burguesa, ao encarar a organização do espaço como um ‘continente’ ou um reflexo externo, um espelho da dinâmica social e da consciência social”. Veremos agora quais os motivos que levaram a essa secundarização do espaço geográfico no marxismo tradicional. Primeiramente, uma das interpretações mais vulgares é aquela que prega uma visão da realidade calcada no evolucionismo dos modos de produção e na inevitabilidade da destruição do capitalismo, devido as suas crises, e a substituição final pelo comunismo, enquadrando o marxismo nas grandes narrativas do mundo moderno. É uma visão desprovida “(...) da consideração do espaço e marcados pela indiferenciação geográfica (...), relatos que entendem o desenvolvimento capitalista como um processo puramente temporal que rumo de modo inexorável para algum destino determinado” (HARVEY, 2004a, p. 84).

Com isso, o fim da sociedade é definido de antemão, e os acontecimentos já estão ordenados e orquestrados no modo em que vão acontecer para que o fim seja alcançado. Massey confirma essa interpretação ao afirmar que

as estruturas do Progresso, do Desenvolvimento e da Modernização, e a sucessão de modos de produção elaboradas dentro do marxismo, todas elas propõem cenários nos quais as direções gerais da história, inclusive o futuro, já são conhecidas” (MASSEY, 2008, p. 32).

Esse recurso é chamado de ‘causalidade teleológica’, que pode ser definido como “(...) o que não existe ainda pode agir sobre o que é” (SOUBEYRON, *apud* ACSELRAD, 2001, p. 28). Esta é uma solução teórica pronta, acabada, eterna e universal. A categoria de espaço, nesse caso, não é um produto das relações sociais de produção, é um substrato que reflete diretamente os processos sociais, não participando, não condicionando e nem interferindo nos subseqüentes períodos da história. É passivo e sem conteúdo, não abarcando a diversidade e a multiplicidade espacial que existe no mundo – entrando em contradição com o próprio método dialético do marxismo –, funcionando como uma abstração, que simplifica o real e se distancia do concreto, apresentado como um palco ou pano de fundo.

Uma outra forma de tentar justificar ou entender essa imaginação do espaço no marxismo é através da posição marcadamente anti-hegeliana do próprio Marx, que não ficava restrito a inversão da dialética idealista de Hegel numa dialética materialista, mas através do espacialismo fetichizado do Estado territorial (SOJA, 1993 e s./d.). Essa, na verdade, é uma forte crítica da contradição da filosofia hegeliana, que diz que tudo é um *vir-a-ser*, que o pensamento só avança a partir da superação da contradição, mas todo o sistema de pensamento de Hegel é fechado, acabado e estancado, pois a realização final da história se materializa e se cristaliza no Estado-territorial moderno, colocando um ponto final na história (LEFEBVRE, 1995). Na perspectiva marxista vulgar, o tempo é revolucionário, é ele que traz as transformações e as possibilidades de mudança, e o espaço é o elemento estático e imóvel, que impede a contradição e acarreta a acomodação social e favorece o *status quo*. O que Marx buscou foi “(...) restabelecer a

historicidade – a temporalidade revolucionária – em sua primazia sobre o espírito da espacialidade” (SOJA, 1993, p. 109).

Entretanto, durante as décadas de 1960 e 1970 houve uma redescoberta da espacialidade pelas ciências sociais (inclusive a Geografia) através do materialismo histórico e dialético, principalmente a partir do filósofo francês Henri Lefebvre, que enfatizou o papel ativo do espaço para a compreensão dos fenômenos sociais no capitalismo (SOJA, s/d). Nessa nova abordagem, intitulada por Soja e Harvey de “materialismo histórico-geográfico” (HARVEY 2004a, 2004b & SOJA, s/d), os processos sociais são incluídos na espacialização, e assim, passamos a entender o espaço como condição, meio e produto do processo de reprodução social (CARLOS, 2011, p. 19). Nesse novo cenário, a produção do espaço é condicionada pelos tempos históricos, quer dizer, o espaço vai ser construído e produzido a partir de contextos históricos específicos, que vão condicionar as formas como esse espaço vai ser produzido. Então, podemos dizer que o espaço e o tempo estão intimamente relacionados, contraditoriamente e complementarmente. Um não existe sem o outro, o espaço só tem existência através do tempo e o tempo só consegue se realizar, se materializar e se concretizar através do espaço (SANTOS, 1996).

A geografia crítica (ou marxista) no Brasil teve diversos autores que construíram e desenvolveram essa perspectiva renovada do materialismo histórico (e geográfico), como Milton Santos, Ruy Moreira e outros. Aqui, gostaríamos de enfatizar o papel proeminente que a geógrafa paulista Ana Fani Alessandri Carlos está assumindo na transmutação da obra de Henri Lefebvre para o debate teórico sobre o papel da produção do espaço na compreensão do nosso real concreto e que, colabora para a constituição de uma *teoria social do espaço*, referenciada teoricamente a partir da *economia política do espaço*. É nessa perspectiva que a autora compreende que “(...) as relações sociais se realizam na condição de relações espaciais, o que significa que a análise geográfica revela o mundo como prática sócio-espacial” (CARLOS, 2011, p. 13). E toda prática sócio-espacial é realizada pela ação humana por meio do seu trabalho, da cultura e do contexto histórico em que está inserida. Nesse sentido, Santos (1988, p. 88) tem uma contribuição fundamental para a compreensão do espaço não como algo em si, mas como resultado da ação do homem sobre a natureza, ele nos diz que “toda

ação humana é trabalho e todo trabalho é trabalho geográfico”. Essa visão é reforçada pela seguinte citação:

(...) o espaço, como categoria do pensamento e realidade prática, traz em si a ideia de referência para o ser humano, uma vez que a sua condição de existência, assim como as transformações da sociedade trazem como consequência modificações espaciais. A ideia de condição, (...) aponta a preocupação de pensar o fundamento da análise espacial no movimento – realizada pela geografia –, localizando os movimentos da produção espacial como momento necessário de reprodução do humano (e do seu mundo). Essa condução torna possível uma primeira aproximação: a produção do espaço apareceria como *imane*nte à produção social no contexto da constituição da civilização. O ato de produzir é o ato de produzir o espaço – isto é, a produção do espaço faz parte da produção das condições materiais objetivas da produção da história humana. Portanto, o espaço como momento da produção social encontra seu fundamento na construção/constituição da sociedade ao longo do processo histórico como constitutivo da humanidade do homem (CARLOS, 2011, p. 17).

O que Carlos procura esclarecer, é que o espaço é o elemento fundamental para a existência e para a reprodução do homem enquanto um ser biológico e social. Ainda nessa perspectiva,

não há produção que não seja produção do espaço, não há produção do espaço que se dê sem o trabalho. Viver, para o homem, é produzir espaço. Como o homem não vive sem trabalho, o processo de vida é um processo de criação do espaço geográfico. A forma de vida do homem é o processo de criação de espaço. Por isso, a geografia estuda a ação do homem (SANTOS, 1988, p. 88).

Nesse caso, “(...) há uma relação dialética produção/reprodução da vida humana – produção/reprodução do espaço” (CARLOS, 2011, p. 24). É nesse ponto que precisamos compreender o deslocamento que o capital faz do chão da fábrica, para outras esferas da vida, incorporando espaços antes não-produtivos, como a natureza, à lógica da mercadoria. É importante compreender a função da questão ambiental na estratégia de acumulação de capital e de reprodução das relações sociais de produção. Assim, partimos do pressuposto teórico de que, para a manutenção do modo de produção capitalista, é necessário compreendê-lo de modo ampliado, se distanciando das interpretações casuísticas e restritas, que o consideram como mero sistema produtor de objetos e coisas, para um sistema produtor de valores, subjetividades e modos de vida; em outras palavras, como um

processo civilizatório, que se (re)produz, principalmente, com um processo intensivo e extensivo de mercantilização das relações sociais e da natureza.

Essa perspectiva assemelha-se muito à preocupação de Lefebvre com os mecanismos de reprodução das relações sociais de produção, deslocando o foco da sua interpretação do espaço fabril para o espaço urbano e para o cotidiano dos lugares (LEFEBVRE, 1977). Essa posição procura elucidar os processos ideológicos, culturais e políticos que se dão por meio das representações no espaço que potencializam a duração espacial e temporal do capitalismo, ou seja, “(...) o ponto focal da análise deve ser o entendimento da reprodução das relações de produção, pois é por meio dela que o capitalismo continua e continuará influente e dominador” (ORTIGOZA, 2010, s.p.).

Para nos ajudar nessa empreitada, recorreremos à discussão sobre os processos mais globais que impõem sua dinâmica para todos os espaços. A partir de agora, é necessário empregar a ideia do ocidente como uma criação histórica (IANNI, 1993; CHESNEAUX, 1996; LATOUCHE, 1994) e como um modelo para a expansão do capitalismo. Isso significa que o capitalismo se desenvolve como um processo civilizatório universal, que chamamos de ocidentalização do mundo que, reiteramos, integra as dimensões materiais e imateriais da vida. De acordo com Ianni (1993), a instituição do capitalismo como processo civilizatório apresenta algumas características: i) expansão contínua para outros espaços; ii) criação e recriação de meios de produção, forças produtivas e relações de produção em todos os espaços; iii) e a necessidade de reprodução ampliada do capital. Podemos reconhecer que, histórica e geograficamente, o capitalismo se intensifica e se expande continuamente, que apresenta um caráter mundializado e internacionalizado, além do que, de acordo com os novos contextos espaço-temporais, altera a sua dinâmica, produzindo novas formas políticas, econômicas e culturais, criando novos perfis para sociedade. Na atual conjuntura histórica,

está em curso um novo ciclo do processo de ocidentalização do mundo. Uma ocidentalização que é simultaneamente social, econômica, política e cultural, sempre se desenvolvendo de modo desigual, articulado e desencontrado. Originária da Europa, e revigorada nos Estados Unidos, ela se expande pelos países e continentes, em surtos sucessivos, frequentemente contraditórios. Sintetiza-se em padrões e valores sócio-culturais, modos de vida e trabalho, formas de pensamento, possibilidades de imaginação. Juntamente com os princípios de liberdade, igualdade e propriedade, articulados no contrato, compreendendo o mercado, a

produção de mercadorias, lucro, mais-valia. O liberalismo econômico e o contratualismo político constituem alguns elementos básicos da matriz dessa civilização (IANNI, 1993, p. 69).

Esse novo ciclo de ocidentalização do mundo se apresenta com a primazia total do mercado em todas as dimensões da vida, alcançando desde os modelos de governança até os rincões mais banais da vida cotidiana. Chamamos esse período de capitalismo neoliberal,

(...) o ideário do neoliberalismo adquire predomínio mundial, como ideologia e prática, modo de compreender e agir, forma de gestão do mercado e poder político, concepção do público e do privado, ordenação da sociedade e visão de mundo (IANNI, 1993, p. 69).

O neoliberalismo se apresenta constantemente para o público mais leigo como uma teoria econômica, quando na verdade, deve ser visto como uma visão de mundo que (re)produz valores básicos referentes ao conhecimento, ao homem, à natureza, à geografia, à história, ao progresso, à riqueza, etc; em outras palavras, “(...) deve ser compreendido como um discurso hegemônico de um modelo civilizatório” (LANDER, 2005, p. 21).

Quando o discurso se associa à prática e as cidades passam a ser organizadas pela lógica neoliberal, essa forma de pensar a cidade leva às últimas consequências a racionalidade ocidental, onde há a predominância do econômico sobre as dimensões da vida, a mercantilização de todas as esferas da sociedade e a onipotência da técnica como solução para as questões políticas e/ou problemas do cotidiano do cidadão, como por exemplo, a questão ambiental. É desse ponto que caminhamos para a parte final do capítulo, ponto onde a natureza da cidade passará a ter um papel fundamental de coesão e legitimação para o projeto de cidade neoliberal que está em voga e para a reprodução das relações sociais de produção através do discurso do desenvolvimento sustentável do ambiente urbano. Visto por esse ângulo, as cidades são indispensáveis para a construção e reprodução do neoliberalismo como o lócus central para as novas estratégias locais de acumulação do capital, e a questão ambiental, através de processos de capitalização da natureza, tem o papel de fazer durar no espaço-tempo da cidade a lógica do mercado.

As cidades tornaram-se a materialização dessa lógica, onde o domínio do valor de troca, da mercadoria, passou a modificar e transformar o nosso cotidiano. Diante desse cenário, faz-se necessário, novamente, recorrer a Henri Lefebvre para compreender a origem histórica da matriz dessa racionalidade. A cidade moderna, que materialmente e virtualmente objetiva a sociedade urbana, nasce com a implosão-explosão da cidade tradicional marcada pelos processos de industrialização (LEFEBVRE, 1986 e 2001). Isso significa que o processo de urbanização é uma consequência direta da industrialização, ou seja, inicialmente a industrialização produz a urbanização, em seguida, o urbano se autonomiza (relativamente) e passa a ter mais importância do que a indústria. A sociedade urbana se constitui sobre os escombros da cidade tradicional e, no interior dessas transformações, a relação entre industrialização e urbanização se altera. O urbano deixa de ser o recipiente passivo da produção industrial, e passa a ganhar notoriedade e centralidade (LEFEBVRE, 2001).

A indústria surgiu efetivamente como a “não-cidade” e a “anti-cidade”. Ela se implantou ao sabor dos recursos que empregava em seu favor, a saber, as fontes de energia, de matérias-primas, de mão-de-obra, mas ela atacou as cidades no sentido mais forte do termo, destruindo-as, dissolvendo-as. Ela as fez crescer desmesuradamente e provocou uma explosão de suas características antigas (fenômeno de implosão-explosão). Com a Indústria tem-se a generalização da troca e do mundo da mercadoria, que são seus produtos. O uso e o valor de uso quase desapareceram, não persistindo senão como exigência do consumo de mercadorias, desaparecendo quase inteiramente o lado qualitativo do uso. Com tal generalização da troca, o solo e a natureza tornam-se mercadorias; o espaço, indispensável para a vida cotidiana, se vende e se compra. Tudo o que constituiu a vitalidade da cidade como obra desapareceu frente a generalização do produto (LEFEBVRE, 2008, p. 83).

A sociedade urbana não se encontra acabada, as contradições produzidas no período industrial através da disseminação e generalização do mundo da mercadoria para todos os espaços, contamina o cotidiano pela racionalidade econômica, impedindo e limitando que o urbano se concretize na sua completude como o espaço de realização de todas as potencialidades do homem. Lefebvre nos deixa algumas pistas importantes para compreender a atual questão ambiental.

Dentre as contradições que se originam no período industrial e que funcionam como uma barreira e bloqueio (como uma ideologia) para o desenvolvimento de uma sociedade urbana, encontramos a chamada questão ambiental: “(...) a poluição, o meio ambiente, a ecologia e os eco-sistemas, o crescimento e sua finalidade, fragmentam e mascaram os problemas do espaço” (LEFEBVRE, 2008). Isso não significa que Lefebvre é a favor da destruição dos ecossistemas e do uso irrestrito dos bens naturais de uso coletivo. Pelo contrário, essa lógica coopera com a expansão do espaço com valor de troca. A grande contradição se encontra no uso da racionalidade empresarial – causadora dos problemas ambientais – como princípio para as soluções das questões que assolam o ambiente. A racionalidade empresarial e mercantil é uma permanência do período industrial (LEFEBVRE, 1999 e 2008; CASTORIADIS, 1987 - 1992). Essa lógica, que parte da dominação e controle da natureza e a sua substituição por mercadorias e bens a serem consumidos, foi a responsável pela crise ambiental da contemporaneidade; estamos falando do aumento da concentração de gases poluentes e do efeito estufa devido à queima de combustíveis fósseis; da escassez de água potável e sua desigual distribuição; da degradação dos solos por erosão e salinização devido a expansão do agronegócio; e do desmatamento e perda de biodiversidade. Os ideólogos do urbanismo e do planejamento estratégico estendem para toda a sociedade, para a natureza e para a realidade urbana em formação, os princípios empresariais; a sua organização, sua lógica, seus discursos, simbologias e significados não se encaixam na nova racionalidade que está sendo criada, a racionalidade urbana (LEFEBVRE, 1999 e 2008). São fruto e condição da expansão do racionalismo ocidental, que representa o capitalismo enquanto modelo civilizatório. Aplicar essa racionalidade ao urbano é construir equívocos, ilusões e ideologias que vão ser impostas a toda a sociedade como sendo únicas e verdadeiras por meio desse modelo de desenvolvimento. Podemos perceber que há uma tentativa de reintegração da natureza na economia através de processos de custos de conservação e de poluição e/ou a valoração dos recursos naturais (LEFF, 2001). E é exatamente esse terceiro elemento que está em curso no modelo de sustentabilidade que vem sendo aplicado na contemporaneidade, realizado através da mercadificação de áreas, paisagens, elementos da natureza e monumentos identificados de forma a subsidiar, por exemplo, acordos de adoção

e patrocínio com empresas e instituições privadas. Nesse sentido, busca-se a solução para as questões ambientais geradas pelo capitalismo industrial no seio da mesma racionalidade instrumental e econômica desse período. “Paradoxalmente, a sustentabilidade incorporaria assim, uma insustentabilidade intrínseca às contradições do próprio capitalismo” (MOREIRA, 2004, p. 3). Essa é uma das respostas que muitos economistas e ambientalistas ensaiam através da privatização da natureza, “(...) segundo este raciocínio, a sustentabilidade do desenvolvimento estaria garantida a partir do momento em que fosse possível atribuir um ‘preço correto’ à natureza (...)” (GUIMARÃES, 1997, p. 26), corroborando com a máxima de que a razão por excelência da matriz de pensamento do racionalismo moderno e ocidental é a matemática (CASTORIADIS, 1987). Só seria legítimo, científico e racional, o modelo de desenvolvimento urbano sustentável pautado pelos mecanismos econômicos de custos e rendimentos, legitimando a lógica mercantil como a única saída possível para os impasses ambientais. Essa “(...) subsunção da sustentabilidade ao mercado carrega assimetrias de poderes na distribuição dos valores de troca de mercadorias e serviços, dentre os quais as mercadorias e serviços oriundos dos usos da natureza” (MOREIRA, 2004, p. 3). O próprio Lefebvre, profeticamente, na década de 1970 já antevia esse processo,

(...) o ar e a água, a luz e o calor eram dons da natureza, direta ou indiretamente. Esses valores de uso entraram nos valores de troca; seu uso e seu valor de uso, com os prazeres naturais ligados ao uso, se esfumam; ao mesmo tempo em que eles se compram e se vendem, tornam-se rarefeitos (LEFEBVRE, 2008).

Esse processo de mercadificação da natureza se insere em um contexto mais amplo de generalização da mercadoria para a dimensão do cotidiano, submetendo cada vez mais a produção do espaço a uma lógica que tem como referência o modelo do empresariamento da administração urbana, em que se articula o planejamento da cidade aos princípios da empresa privada e da racionalidade econômica.

(...) o espaço-natureza (físico) se distancia. Irreversivelmente. Certamente, ele foi e permanece terreno comum de partida: a origem, o original do processo social, talvez a base de toda "originalidade". Certamente, ele não desaparece pura e simplesmente da cena. Fundo do quadro, cenário e mais que cenário, ele persiste e cada detalhe, cada objeto de natureza, se valoriza tornando-se símbolo (o menor animal, a árvore, a erva etc.). Fonte e recurso, a natureza obceca, como a infância e a espontaneidade, através do filtro da memória. Quem não quer protegê-la, salvá-la? Reencontrar o autêntico? Quem quer destruí-la? Ninguém. Porém, tudo conspira para prejudicá-la. O espaço-natureza se distancia: horizonte recuado, para aqueles que se voltam em sua direção. Ele foge ao pensamento. O que é a natureza? Como reaprendê-la antes da intervenção, antes da presença dos homens e de seus instrumentos devastadores? A natureza, esse mito poderoso, transforma-se em ficção, em utopia negativa: ela é apenas a matéria-prima sobre a qual operam as forças produtivas das sociedades diversas para produzir seu espaço. Resistente, certamente e infinita em profundidade, mas vencida, em curso de evacuação, de destruição...

Henri Lefebvre, *A Produção do Espaço*

3.

Escalas (e jogos de escalas): a natureza das relações de poder nas políticas para a conservação da natureza

Iniciaremos esse capítulo recorrendo ao instrumento metodológico que propusemos para esse trabalho como dispositivo de interpretação da realidade espacial: a contradição dialética. No livro *Diecisiete Contradicciones y el Fin del Capitalismo*, David Harvey (2014a) dedicou toda a obra para a compreensão das contradições do capital, com o intuito de entender o funcionamento do capitalismo e vislumbrar possíveis frestas nos interstícios dessas contradições para a superação desse modelo societário. Ele concebe a contradição na perspectiva da dialética marxista. Para o autor a contradição se "(...) refere a duas forças aparentemente opostas simultaneamente presentes em uma situação, uma entidade, um processo ou um determinado acontecimento"¹¹ (HARVEY, 2014a, p. 17). Harvey, na introdução desse estimulante trabalho, elencou diversos exemplos para demonstrar como a contradição funciona, mas elegeu a contradição entre a realidade e a aparência como a principal do mundo em que vivemos (HARVEY, 2014a). Essa postura faz uma clara referência aos esforços que Karl Marx empreendeu na vida acadêmica para a compreensão das múltiplas determinações do real, procurando elucidar o abismo (relacional) que há entre a essência e a aparência das relações sociais de produção no capitalismo, desconstruindo o que nos é dado como natural e imutável. Vamos dar como exemplo a extração do mais-valor¹².

A extração de mais-valor, através do trabalho livre, é a própria forma social concreta da existência do capital; nela reside a relação social que sustenta todo o imenso edifício da concentração capitalista – a permanente produção de valor pelo trabalho, e sua recorrente subalternização através do suposto pagamento pelo trabalho, o que obscurece o sobretrabalho acaparado pelo capital sob a forma do

¹¹ Tradução sob nossa responsabilidade do seguinte trecho do original: "(...) refiere a dos fuerzas aparentemente opuestas simultáneamente presentes en una situación, una entidad, un proceso o un acontecimiento determinado" (HARVEY, 2014a, p. 17).

¹² Utilizamos a expressão mais-valor em detrimento de mais-valia alinhados a Virgínia Fontes na obra *O Brasil e o capital imperialismo*, que justifica essa escolha como sendo um erro de tradução (DUAYER *apud* FONTES, 2010).

mais-valor. Esta relação se oculta sob uma aparência puramente econômica, coisificada e quantificada abstratamente, fazendo com que as taxas de exploração sejam travestidas de lucratividade (FONTES, 2010, p. 21).

A relação capital-trabalho se apresenta para a sociedade como uma imagem (mistificadora), onde cada polo da relação se apresenta de forma autônoma, omitindo que, para a produção do lucro do capitalista, existe uma extração de sobretrabalho através da exploração da classe trabalhadora. O capitalismo tem a peculiaridade de apresentar para sociedade somente a superfície das suas relações, reduzindo-as à dimensão econômica e obscurecendo as verdadeiras relações de produção que sustentam os processos de acumulação do capital.

A partir do cenário teórico exposto acima, resgatamos duas contradições que aparecem no final do capítulo anterior e que emergem a partir dos movimentos de circulação e de acumulação do capital. A primeira delas é a relação natureza e sociedade. No primeiro capítulo estabelecemos uma discussão teórico-metodológica dessa contradição e suas imbricações epistemológicas e ontológicas que apontam para a construção de uma teoria social (crítica) do espaço. Por isso, não vamos nos ater de forma excessiva sobre essa relação. Mas gostaríamos de acrescentar à elas alguns pontos importantes que nos ajudam a construir os argumentos teóricos para o desenvolvimento da questão ambiental em outros termos. Inicialmente, e devido às determinações históricas que o sistema societário do capital impõe para a relação sociedade e natureza, passamos a expressar essa contradição à luz de Harvey (2014a), ou seja, como uma contradição da relação do capital com a natureza. Essa mudança terminológica é importante nesse momento do trabalho, pois nos permite ter uma compreensão mais ampla da conversão da *natureza como uma nova estratégia de acumulação* (SMITH, 2007).

David Harvey desenvolve uma posição teórica inovadora e criativa sobre a contradição da relação do capital com a natureza. Ele critica a tese da dominação da natureza (fundamentada nos escritos de Descartes), afirmando que há problemas nos seus apontamentos filosóficos para uma reflexão crítica das relações entre capital e natureza. Para o pensamento cartesiano, o capital e a natureza são entidades autônomas e separadas em interação causal, onde o capital domina a natureza e a natureza se vinga do capital (HARVEY, 2014a). A

alternativa teórica que o autor propõe, em oposição ao método cartesiano, se estrutura no seguinte princípio: "o capital é um sistema ecológico em constante funcionamento e evolução em que tanto a natureza quanto o capital é continuamente produzido e reproduzido"¹³ (HARVEY, 2014a, p. 242). Em um outro trecho, David Harvey reforça essa posição com a seguinte afirmação: "o ecossistema é construído a partir da unidade contraditória entre o capital e a natureza (...)"¹⁴ (HARVEY, 2014a, p. 243). Esse encaminhamento teórico permite pensar que o capitalismo (em cada etapa histórica do seu desenvolvimento) produz e reproduz constantemente uma natureza a sua imagem e semelhança. No neoliberalismo, chegamos a um momento de inflexão, onde o ecossistema do capital, parafraseando Harvey, devido ao modo como o capital historicamente se apropriou da natureza e do homem para viabilizar a sua produção, criou problemas e riscos ambientais que podem inviabilizar a reprodução social e biológica dos seres humanos e criar limites estruturais para a reprodução ampliada do capital. Porém, as contradições - nesse caso específico, as resultantes sócio-ecológicas da relação do capital com natureza - impelem à necessária resolução desses conflitos pelo capitalismo ou pelo menos a tentativa de amenizar seus resultados negativos para a reprodução do capital. O capitalismo apresenta uma natureza contraditória, já que, simultaneamente, cria limites para a sua reprodução - como a crise ambiental - e ultrapassa esses próprios limites através de transformações nos seus mecanismos de circulação e acumulação, se reinventando sistematicamente ao longo do tempo em algo diferente, mas simultaneamente o mesmo (pois, nunca deixa de ser capitalismo). Porém, as contradições do capitalismo "(...) tem o desagradável costume de não serem resolvidas, mas apenas deslocadas"¹⁵ (HARVEY, 2014a, p. 19), e é exatamente desse princípio que podemos começar a apresentar a nossa segunda contradição. No capítulo anterior construímos a ideia de que a crise ambiental procedente da contradição da relação do capital com a natureza deve ser resolvida - na perspectiva do capital -

¹³ Tradução sob nossa responsabilidade do seguinte trecho do original: "el capital es un sistema ecológico en constante funcionamiento y evolución dentro del cual tanto la naturaleza como el capital se producen y reproducen continuamente" (HARVEY, 2014a, p. 242).

¹⁴ Tradução sob nossa responsabilidade do seguinte trecho do original: "el ecosistema está construído a partir de la unidade contradictoria de capital y naturaleza (...)" (HARVEY, 2014a, p. 243).

¹⁵ Tradução sob nossa responsabilidade do seguinte trecho do original: "(...) tienen la desagradable costumbre de no ser resueltas sino simplemente desplazadas" (HARVEY, 2014a, p. 19).

através dos mecanismos de mercado: compensações ambientais, mercadificação da natureza, privatizações, mercados de carbono, mercados de reparação ambiental ou pagamentos por serviços ambientais, por exemplo. Em outras palavras, os processos de uso e conservação da natureza passam a estar submetidos a influência (in)direta das instituições capitalistas e dos imperativos do capital (IORIS, 2010), nesse caso

o capital trata de capturar para seu próprio benefício a dialética de como podemos transformar a nós mesmos ao transformar o mundo (e vice-versa). Todos os projetos ecológicos e ambientais são projetos socioeconômicos (e vice-versa)¹⁶ (HARVEY, 2014a, p.243).

Há uma tentativa do capitalismo através dos seus atores - fundos de pensão, investidores, instituições do mercados financeiro, ONGs ambientais, o Estado - de domar a contradição dialética da relação do capital com a natureza através da posição "(...) de que a natureza deve ser vendida para ser salva"¹⁷ (MCAFEE *apud* FAIRHEAD *et al*, 2012, p. 242), convertendo todos os assuntos relacionados ao uso e a conservação da natureza em iniciativas empresariais. O ecossistema do capital reconfigurou as relações da sociedade com a natureza em prol do mercado, sem conseguir criar mecanismos efetivos para a conservação da natureza e para a democratização desse bem coletivo para a sociedade. E essa é a contradição: usar a mesma lógica - a racionalidade econômica do mercado - que produziu esse ecossistema do capital e todas as resultantes ambientais negativas para a sociedade, como instrumento de superação dessa contradição e resolução para os atuais problemas sócio-ecológicos. Para elucidar um pouco melhor essa discussão, Neil Smith, parafraseando Friedrich Engels no livro *Para a Questão da Habitação*, afirma que a burguesia não tem solução para o problema ambiental, ela simplesmente desloca suas contradições para frente (SMITH, 2007).

Essas transformações sócio-ecológicas ocorridas no transcurso do período industrial resultaram na chamada crise ambiental, que se expressa

¹⁶ Tradução sob nossa responsabilidade do seguinte trecho do original: "el capital trata de capturar para su propio beneficio la dialética de cómo podemos cambiarnos a nosotros mismos al cambiar el mundo (y viceversa). Todos los proyectos ecológicos y medioambientales son proyectos socioeconómicos (y viceversa)" (HARVEY, 2014a, p.243).

¹⁷ Tradução sob nossa responsabilidade do seguinte trecho do original: "(...) that nature might be sold to save it"¹⁷. (MCAFEE *apud* FAIRHEAD *et al*, 2012, p. 242).

hegemonicamente no esgotamento dos recursos naturais. Nesse cenário, a natureza torna-se um bem raro, principalmente para as grandes cidades, onde os bens e uso oriundos da "natureza natural" se tornam uma raridade (SANTANA, 1999).

A escassez num primeiro instante é consequência do processo de produção capitalista, mas a carência de recursos naturais logo transforma o elemento natural num bem raro, portanto passível de ser valorizado. É quando esta "nova raridade" passa a representar uma condição para a produção e reprodução do capital, tão logo ingressa no processo de circulação de mercadorias (SANTANA, 1999, p. 180).

Essa questão pode parecer um pouco confusa, dá a entender que a natureza só foi considerada mercadoria na atual conjuntura do capitalismo neoliberal (tema tratado superficialmente no capítulo anterior), por isso merece alguns esclarecimentos. Para isso é necessário recorrer novamente a algumas questões já trabalhada por nós quando tratamos da relação metabólica entre natureza e sociedade. Inicialmente é necessário entender que a exploração da natureza sempre foi condição para a produção capitalista (MARX, 2011), e que o "capitalismo sempre empregou a força de trabalho para investir valor em valores de uso colhidos da natureza (...)"¹⁸ (SMITH, 2007, p. 1), nesse caso a natureza sempre foi uma mercadoria para o capital. Então, o que muda no atual contexto histórico-geográfico? Em primeiro lugar, precisamos ter como referência que "(...) os valores intrínsecos da natureza devem ser considerados não em si mesmos, mas em relação às necessidades de circulação do capital" (IORIS, 2010, p. 215) (qualquer apropriação - material ou imaterial - da natureza só pode se realizar por um sentido social, dado pela cultura). Neil Smith trata dessa problemática e parte de um pressuposto que vamos acolher no nosso trabalho. O autor afirma que "(...) nas últimas três décadas, uma nova dimensão da produção capitalista da natureza transformou consideravelmente a relação social com o mundo natural"¹⁹ (SMITH, 2007, p. 1). Esse período assinalado pelo autor corresponde a ascensão do neoliberalismo como doutrina político-econômica, e apresenta total

¹⁸ Tradução sob nossa responsabilidade do seguinte trecho do original: "capitalism has always employed labour power to invest value in use values harvested from nature (...)" (SMITH, 2007, p. 1).

¹⁹ Tradução sob nossa responsabilidade do seguinte trecho do original: "(...) that in the past three decades, a new dimension of the capitalist production of nature has considerably transformed the social relationship with the natural world" (SMITH, 2007, p. 1).

correspondência com o avanço da lógica econômica para dimensões antes não contempladas pelo capital, como a natureza. Esse processo faz parte de um fenômeno mais amplo, intitulado por Noel Castree de neoliberalização da natureza (CASTREE *apud* BACKHOUSE, 2013, p. 8). Esse projeto mercadifica, privatiza e financeiriza a natureza com o discurso da sua própria proteção, além de ampliar os mecanismos de mercado não só para o ambiente, mas também para as formas de controle e regulação das práticas de uso e conservação da natureza (FAIRHEAD *et al*, 2012) (esse fenômeno é reconhecido como *green grabbing* e será abordado de forma mais detalhada ao longo desse capítulo).

Para fazer a distinção entre a forma de apropriação da natureza pelo capital antes da ascensão neoliberal, durante a fase desenvolvimentista (IORIS, 2010), e na atual conjuntura de neoliberalização da natureza, utilizamos como pano de fundo as categorias de subsunção formal e subsunção real do trabalho ao capital oriundas do pensamento de Karl Marx. Para Marx (2006), a subsunção formal e real do trabalho ao capital está diretamente relacionada à forma lógica e histórica que o trabalho se submete ao capital. Em uma perspectiva da lógica do capital e da história do capitalismo, a submissão do trabalho ao capital está relacionado a extração de trabalho excedente, a extração de mais-valor. Nesse caso, a discussão sobre a produção de mais-valor merece uma atenção mais dedicada. De início, podemos afirmar que há uma relação direta entre a produção de mais-valor absoluto e a subsunção formal do trabalho ao capital, e a produção de mais-valor relativo e a subsunção real do trabalho ao capital. Para Marx,

a produção da mais-valia absoluta se realiza com o prolongamento da jornada de trabalho além do ponto em que o trabalhador produz apenas um equivalente ao valor de sua força de trabalho e com a apropriação pelo capital desse trabalho excedente. Ela constitui o fundamento do sistema capitalista e o ponto de partida da produção da mais-valia relativa. Esta pressupõe que a jornada de trabalho já esteja dividida em duas partes: trabalho necessário e trabalho excedente (MARX, 2006, p. 578).

Nesse trecho, fica claro para nós, que o mais-valor absoluto é produzido exclusivamente pela duração da jornada de trabalho, que objetifica o momento histórico da subsunção formal do trabalho ao capital, quando o desenvolvimento do capitalismo impõe à classe trabalhadora uma relação salarial direta com o capitalista, mesmo garantindo a esse trabalhador um relativo controle sobre seu

processo de trabalho. No curso do desenvolvimento histórico do capitalismo, podemos observar que a subsunção formal é substituída pela subordinação real do trabalho ao capital, que pressupõe uma produção de mais-valor relativo, que se origina no fato de os trabalhadores se tornarem engrenagens da indústria moderna (SMITH, 2007), esse fato passa a ser dominante no momento em que as tecnologias são desenvolvidas para aumentar a produtividade industrial, modificando os processos produtivo e técnicos de trabalho²⁰.

Esse encaminhamento teórico, nas mãos e no pensamento de Neil Smith (2007), se transmuta de um instrumento de análise das relações de trabalho no capitalismo para uma ferramenta conceitual poderosa para a compreensão da atual produção capitalista da natureza. Ele transforma a subsunção formal e real do trabalho ao capital em subsunção formal e real da natureza ao capital (SMITH, 2007). Nesse sentido, o autor procura manter a mesma lógica analítica e histórica que Marx usou na formulação das categorias de subsunção formal e real do trabalho ao capital, para construir os conceitos de subsunção formal e real da natureza ao capital. A subsunção formal da natureza ao capital se traduz na conversão contínua de material extraído da natureza em objetos da produção (SMITH, 2007). Em outras palavras, no uso da natureza como matéria-prima e fonte indireta de acumulação. A mercantilização da natureza no período desenvolvimentista tinha a função de fornecer valores de uso para o processo produtivo. Podemos citar como exemplo o petróleo, a madeira, o algodão e o carvão. Já a transformação desse momento para a subsunção real da natureza ao capital, além de incrementar o processo descrito acima, transforma a natureza estrategicamente em lugar e meio para a realização da acumulação de capital, que se materializa de duas formas: na biotecnologia e nos processos de financeirização do ambiente, créditos de carbono e capitalização da natureza (SMITH, 2007).

²⁰ A diferença entre o mais-valor absoluto e relativo se torna mais bem definida quando há a necessidade do capitalista elevar a taxa de mais-valor. "Só é possível elevar a taxa de mais-valor com o prolongamento absoluto da jornada de trabalho (...)" (MARX, 2006, p.580) - sendo essa a base do mais-valor absoluto; "(...) dada a duração da jornada de trabalho, só é possível elevar a taxa de mais-valor variando relativamente as magnitudes das suas partes componentes, o trabalho necessário e o trabalho excedente, o que pressupõe (admitida a hipótese de que o salário não deve cair abaixo do valor da força de trabalho) variação da produtividade ou da intensidade do trabalho" (MARX, 2006, p.580), esta nova etapa se manifesta a partir da introdução de maquinário moderno e/ou de novas técnicas que modificam o processo de trabalho - sendo essa a base do mais-valor relativo.

Smith chega a afirmar que todo o incremento tecnológico desenvolvido que permite a sujeição completa da natureza aos imperativos do capital, eleva o nível de apropriação do mais-valor absoluto e relativo pelo capitalista (SMITH, 2007). Porém, o autor não consegue demonstrar com clareza como isso realmente acontece. Para nós, fica uma lacuna teórica do real papel da atual produção social da natureza na produção e apropriação do mais-valor, já que parte dessas novas estratégias de uso da natureza pelo capital não são mediadas pelo trabalho (ou são mediadas indiretamente). Essa constatação é importante frente a teoria marxista do valor, visto que o trabalho produz valor e, conseqüentemente, mais-valor para o capitalista. Faremos uma reflexão mais desenvolvida sobre esse tema no terceiro capítulo.

Ainda seguindo a lógica da diferenciação do uso capitalista da natureza no período desenvolvimentista e neoliberal, Antonio Augusto Rossoto Ioris, desenvolve um trabalho que pode colaborar nessa distinção. O autor faz uma análise didática dos modelos de apropriação dos recursos naturais do Brasil na sua fase desenvolvimentista e neoliberal, abordando essa questão a partir do recorte do uso e conservação dos recursos hídricos nesses dois momentos históricos. No período desenvolvimentista, a água era basicamente insumo para atividade produtiva, principalmente a partir da produção de energia hidroelétrica para abastecer as indústrias e de irrigação para a agricultura de mercado. Com a emergência do neoliberalismo, na década de 1970, a água continuou a ser usada como matéria-prima para o setor produtivo, mas a gestão ambiental se torna objeto de interesses comerciais e fonte para a acumulação de capital. Esse novo sentido se materializou nas reformas institucionais ocorridas no Estado brasileiro ao longo da década de 1990 (durante o governo Fernando Henrique Cardoso), regulamentando, por exemplo, o setor hídrico²¹. Essa nova regulamentação se fundamenta a partir de aportes teóricos da economia política burguesa, principalmente amparada na ideia da escassez de recursos. A centralidade desse princípio, objetivada na noção de escassez hídrica, permite o advento de práticas de uso da água como a do poluidor-pagador e do usuário-pagador, potencializando

²¹ Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei Federal 9.433), promulgada em 1997 (IORIS, 2010).

os mecanismos de mercado como modelo para gestão e conservação das águas no Brasil (IORIS, 2010).

É interessante pensar a atual produção capitalista da natureza nos termos em que Nancy Fraser (2014) formula o conceito de capitalismo no seu artigo *Tras la Morada Oculta de Marx: Por una Concepción Ampliada del Capitalismo*. A autora procura elaborar uma concepção de capitalismo e de crise capitalista em conformidade com os novos desafios que as contradições do nosso tempo nos impõe. Para a autora, a atual crise capitalista produz novas configurações políticas de conflito social, que se materializam em múltiplos eixos de desigualdade, incluindo questões relacionadas a etnia, a religião, a sexualidade e a classe social. Os conceitos tradicionais de capitalismo apresentam limites teóricos claros, pois se fundam principalmente nos temas relacionados com o trabalho e a esfera da produção, sendo insuficientes para a compreensão das contradições decorrentes das questões de gênero, ecológicas e de poder político (FRASER, 2014). Podemos perceber, até esse momento, que ela fundamenta sua construção conceitual de capitalismo semelhante a que apresentamos no primeiro capítulo, distanciando-se de qualquer resquício de economicismo ou mecanicismos em suas análises. Isso pode ser percebido na forma pouco ortodoxa que Fraser articula dialeticamente as dimensões econômicas e não econômicas para elaborar seu conceito de capitalismo. Para ela, em um primeiro momento (aparente), as características que definem o capitalismo podem ser identificadas como econômicas: a propriedade privada dos meios de produção, o mercado de trabalho livre como veículo para a obtenção de bens necessários para a manutenção da vida, a acumulação sistemática e ampliada de capital e a apropriação do excedente social pelo mercado. Porém, essas características são possíveis a partir da relação contraditória e complementar que estabelecem com três condições de fundo não econômicas que dão suporte e sustentação à dimensão econômica do capitalismo. Toda essa elaboração teórica da autora desemboca na ideia de que o capitalismo necessita, para a sua reprodução, de outras dimensões, além da econômica, para a sua existência. A reprodução social, a ecologia da terra e o poder político aparecem, para Fraser, como as condições de fundo que possibilitam o funcionamento dos mercados. Segundo a autora, há uma dependência, ou melhor, uma imbricação funcional entre as esferas mercantilizáveis da sociedade com os

aspectos não mercantilizáveis, desenvolvendo um conceito de capitalismo que não se reduz ao conjunto de regras e normas que direcionam os movimentos da economia, mas a um sistema societário capitalista, já que articula as dimensões não econômicas nos mecanismos e engrenagens do capitalismo (FRASER, 2014).

Fica evidente o esforço da autora em se alinhar a tentativa do próprio Marx em compreender as relações capitalistas para além do aparente. Muitos marxistas (dogmáticos, estruturalistas e vulgares) e analistas de perspectiva burguesa se encontram contaminados e perdidos no mundo misterioso do fetichismo que domina a lógica da mercadoria. Para Marx,

a mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho; por ocultar, portanto, a relação social entre os trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total, ao refleti-la como relação social existente, à margem deles, entre os produtos do seu trabalho (MARX, 2003, p. 94).

A partir dessa assertiva, observamos que o fetichismo da mercadoria ludibria as análises das relações sociais capitalistas, já que as reduz - aparentemente - a uma relação puramente econômica entre coisas e objetos. Porém, a proposta de Fraser é compreender que o funcionamento da sociedade capitalista não depende diretamente dos imperativos do capital e da lógica do mercado. O social, o ecológico e o político, esferas que apresentam princípios normativos e ontológicos próprios, ou seja, tem autonomia de funcionamento frente a monodimensionalidade das regras de mercado, são considerados pela autora como as condições de fundo não mercantilizáveis que permitem a existência do capitalismo (FRASER, 2014). Entretanto, antes de continuarmos nessa empreitada, é importante esclarecer rapidamente o encadeamento lógico e teórico da proposição da autora sobre a contemporaneidade do capitalismo, para podermos, algumas linhas a frente, fazer as devidas relações com nosso objeto de estudo. O objetivo da autora é descortinar as relações e condições históricas mais ocultas para a compreensão do capitalismo na atualidade. Para ela "(...) a explicação que Marx oferece da produção capitalista só faz sentido quando

começamos a introduzir as suas condições de possibilidade de fundo"²² (FRASER, 2014, p. 62 e 63). Fraser (2014), sustenta, por exemplo, que, para o capital ser acumulado, é necessário, de antemão, que exista a exploração. Em outras palavras, a acumulação não provém da aparente troca de mercadorias no mercado, mas da extração de trabalho excedente pelo burguês na relação capital-trabalho. Da mesma forma, quando passamos da exploração para a expropriação, podemos desvelar o que está ainda mais oculto na relação capital-trabalho. Dito de outra maneira, por trás da subordinação do trabalho ao capital, há uma história de violência e expropriação que culminou na separação absoluta dos produtores dos seus meios de produção, constituindo a base econômica fundamental da sociedade capitalista, a propriedade privada dos meios de produção.

A partir do cenário teórico apresentado até agora, a autora procurou fazer um relato da procedência histórica do capital e da propriedade privada. E chegou a conclusão, com auxílio de David Harvey e Karl Marx, de que as condições prévias do capitalismo, a chamada acumulação primitiva de capital (MARX, 2003), na verdade, se apresentam como mecanismos de expropriação e violência contínua e permanente, o que Harvey denominou de acumulação por espoliação (2004), e funcionam como condição primordial para a produção capitalista (FRASER, 2014). Voltaremos a esse ponto com mais profundidade em outro momento desse capítulo. Soma-se a isso mais três movimentos epistêmicos, considerados pela autora, de igual modo ao fenômeno da acumulação permanente, como condições de fundo indispensáveis para a possibilidade de produção capitalista (FRASER, 2014). A reprodução social, a política e a natureza são conceituadas em relação às contradições que estabelecem com a esfera econômica do sistema, dando o suporte e o lastro não econômico para as condições que possibilitam a produção capitalista. Vamos então a eles: a reprodução social é entendida como todas "(...) as formas de aprovisionamento, atenção e interação que produzem e sustentam os laços sociais"²³, estas ações formam "(...) os sujeitos humanos do capitalismo, mantendo-os como seres naturais personificados, ao

²² Tradução sob nossa responsabilidade do seguinte trecho do original: "(...) la explicación que Marx ofrece de la producción capitalista solo tiene sentido cuando empezamos a introducir sus condiciones de posibilidad de fondo" (FRASER, 2014, p. 62 e 63).

²³ Tradução sob nossa responsabilidade do seguinte trecho do original: "(...) las formas de aprovisionamento, atención e interacción que producen y sostienen los vínculos sociales" (FRASER, 2014, p. 64).

mesmo tempo em que os constitui em seres sociais, formam seus hábitos e a sua substância socioética"²⁴ (FRASER, 2014, p. 64). Ainda a esse respeito,

nas sociedades capitalistas, grande parte desta atividade, embora nem toda, se efetua fora do mercado, nas famílias, nos bairros e em uma série de instituições públicas, incluindo escolas e jardins de infância; e boa parte dela, mas nem todas, não adotam a forma de trabalho remunerado. Porém as atividades de reprodução social são absolutamente necessárias para a existência do trabalho remunerado, para a acumulação de mais-valor e para o funcionamento do próprio capitalismo²⁵ (FRASER, 2014, p. 64).

Podemos dar como exemplo do que foi relatado acima a relação entre a existência do trabalho remunerado e diversas outras atividades que colaboram na produção das novas gerações de trabalhadores. Estamos falando do trabalho doméstico, da criação dos filhos, da educação, entre outras (FRASER, 2014). O segundo movimento epistêmico, assinalado pela autora, procura apontar as condições políticas para a produção capitalista, para Fraser

o capitalismo é inconcebível, apesar de tudo, sem um marco legal que suporte a propriedade privada e a troca do mercado. Sua história depende, fundamentalmente, de que os poderes públicos garantam os direitos de propriedade, cumpram os contratos, arbitrem as divergências, reprimam as rebeliões anticapitalistas e sustentem, na linguagem da Constituição estadunidense, "toda a fé e o crédito" na oferta monetária que constitui a alma do capital²⁶ (FRASER, 2014, p. 67).

Historicamente, podemos atribuir à figura do Estado territorial moderno o papel descrito acima. O Estado arquiteta um sistema jurídico-legal para viabilizar e defender os interesses econômicos da iniciativa privada. Poderíamos dizer, nas

²⁴ Tradução sob nossa responsabilidade do seguinte trecho do original: "(...) los sujetos humanos del capitalismo, sosteniéndolos como seres naturales personificados, al tiempo que los constituye en seres sociales, formando su *habitus* y la sustancia socioética" (FRASER, 2014, p. 64).

²⁵ Tradução sob nossa responsabilidade do seguinte trecho do original: "en las sociedades capitalistas, buena parte de esta actividad, aunque no toda, se efectúa fuera del mercado, en las familias, los barrios y en toda una hueste de instituciones públicas, incluidos colegios y guarderías; y buena parte de ella, aunque no toda, no adopta la forma de trabajo remunerado. Pero la actividad reproductiva de lo social es absolutamente necesaria para la existencia de trabajo remunerado, la acumulación de plusvalor y el funcionamiento del capitalismo propiamente dicho" (FRASER, 2014, p. 64).

²⁶ Tradução sob nossa responsabilidade do seguinte trecho do original: "el capitalismo es inconcebible, después de todo, sin un marco legal que sostenga la empresa privada y el intercambio de mercado. Su relato aparente depende crucialmente de que los poderes públicos garanticen los derechos de propiedad, hagan cumplir los contratos, arbitren disensiones, repriman las rebeliones anticapitalistas y sostengan, en el lenguaje de la Constitución estadounidense, 'toda la fe y el crédito' de la oferta monetaria que constituye el alma del capital" (FRASER, 2014, p. 67).

palavras de Nancy Fraser, que "(...) o Estado 'constituiu' a economia capitalista"²⁷ (FRASER, 2014, p. 68). Ainda sob essa discussão, encontramos outras reverberações interessantes, mas que não são o alvo principal desse trabalho, e por isso só as apresentamos de modo superficial. A própria autora traz essa discussão, apoiada principalmente em Ellen Meiksins Wood, sobre a divisão estrutural entre a dimensão política e a econômica da sociedade capitalista. Wood (2011) tenta explicar como e em que sentido ocorreu essa separação entre o econômico e o político no capitalismo, e como essa segmentação tem servido como um mecanismo eficiente de defesa do capital, já que, questões essencialmente políticas - lutas pela dominação, a exploração e o controle da produção - são deslocadas do campo político para a esfera puramente econômica. Podemos, ainda, articular o pensamento de outra autora que amplia a discussão a respeito desses dualismos constituintes do capitalismo, dando um impulso qualitativo na problemática abordada por Wood. Thamy Pogrebinski (2009) procura no seu livro *O Enigma do Político: Marx Contra a Política Moderna*, resgatar a essência do político na obra marxiana, a partir da contradição entre o Estado e a sociedade civil que marca a modernidade política desde a Revolução Francesa. Essa contradição se caracteriza por uma distinção entre as esferas políticas e não políticas, a sociedade civil se separa do Estado, "(...) o 'cidadão do Estado' é separado do 'indivíduo como membro da sociedade civil', de modo que o homem vê-se obrigado a dividir sua própria essência" (POGREBINSCHI, 2009, p. 41 e 42), de cidadão político, de sujeito participante das decisões do Estado, em relação a sociedade civil e da sua realidade concreta. Chegamos ao terceiro movimento epistêmico, e mais fundamental para o nosso trabalho, relacionado à capacidade de resiliência da natureza como condição de fundo necessária a produção de mercadorias e para a acumulação de capital. Essa condição

(...) Refere-se à anexação da natureza - seu *Landnahme* – ao capital, que utiliza-a como fonte de "insumos" para a produção e como "lixreira" para absorver os resíduos desta. A natureza converte-se em um recurso para o capital, cujo valor assume-se e nega-se ao mesmo tempo. Tratada como algo gratuito nas contas de

²⁷ Tradução sob nossa responsabilidade do seguinte trecho do original: "(...) el Estado 'constituyó' la economía capitalista" (FRASER, 2014, p. 68).

capital, é expropriada sem compensação ou reposição, e assume-se implicitamente que se trata de algo infinito.²⁸ (FRASER, 2014, p. 68).

O capitalismo inaugura uma profunda divisão entre o âmbito natural e o âmbito econômico, que, na verdade, se apresenta como uma contradição entre economia e natureza, porém, uma contradição que não deriva diretamente dos conflitos internos da economia capitalista, como por exemplo a contradição entre capital e trabalho. Pelo contrário, são contradições anteriores a essas, oriundas dos conflitos entre o sistema econômico e as condições que a natureza oferece para a produção capitalista.

Notemos uma aproximação dessa abordagem com as preocupações que Henri Lefebvre exprimiou em algumas obras quando tratou especificamente da capacidade do capitalismo de se fazer durar ao longo do tempo, de re-existir mesmo após intensas irrupções revolucionárias e as profundas crises sistêmicas. Para essa reflexão, Lefebvre resgata uma preocupação aparentemente mais residual e tardia nos escritos de Marx - a perenidade contínua e ininterrupta das relações de produção capitalistas - e que passa despercebida para a maioria dos marxistas, sobretudo aqueles de vinculação mais economicista. Essa preocupação se torna objeto central de análise dos escritos lefebvrianos, principalmente os que estão relacionados à crítica da vida cotidiana e aos fenômenos urbanos, e se expressa a partir da pergunta: *onde se (re)produzem as relações de produção capitalistas?* Lefebvre percebeu que a sobrevivência e a manutenção do capitalismo não dependia somente da circulação de bens e de capital ou da simples reprodução dos meios de produção e da força de trabalho. Há um deslocamento, uma mudança de eixo e entendimento na sua análise que se amplia do local de trabalho (a empresa, a fábrica) para toda a sociedade, ou melhor, para todo o espaço. Não se trata mais da reproduzir as condições de produção (no sentido *strictu sensu*) de objetos e coisas e das relações de trabalho, mas da forma como ocorre a *reprodução das relações de produção* (LEFEBVRE, 1977). O conceito de reprodução das relações de produção desse autor e o argumento

²⁸ Tradução sob nossa responsabilidade do seguinte trecho do original: "(...) hace referencia a la anexión de la naturaleza - su *Landnahme* - al capital, que la utiliza como fuente de 'insumos' para la producción y como 'basurero' para absorber los residuos de esta. La naturaleza se convierte aquí en un recurso para el capital, cuyo valor se presupone y niega al mismo tiempo. Tratada como algo gratuito en las cuentas del capital, es expropiada sin compensación ni reposición, y se asume implícitamente que se trata de algo infinito" (FRASER, 2014, p. 68).

teórico das condições de possibilidade de fundo para a produção capitalista de Nancy Fraser, procuram compreender a continuidade histórica do capitalismo de forma multidimensional, reconhecendo outras esferas, para além da econômica, como fundamentais para a (re)produção do capitalismo como sistema societário. Fraser consegue habilmente demonstrar as condições não econômicas que possibilitam a enorme vitalidade temporal das relações capitalistas, e apresenta as contradições entre os aspectos econômico-social, econômico-político e econômico-natural que sustentam a produção capitalista. Porém, por mais interessante que a abordagem dialética da autora possa ser, de alguma forma, ela não rompe com um certo economicismo, já que as relações estabelecidas entre as dimensões não econômicas e as econômicas tem a função de suporte para a produção de objetos e coisas e para assegurar a reprodução da força de trabalho e dos meios de produção. Por exemplo, na esfera da reprodução social, as atividades que acontecem fora do mercado garantem a existência do trabalho remunerado e da acumulação do mais-valor; na perspectiva política, o ordenamento jurídico teria a função de criar os marcos legais para o funcionamento do comércio, das relações contratuais e para garantir os direitos de propriedade; já a natureza é apropriada na forma de recursos e como depositário de resíduos para a produção de mercadorias. Em outra perspectiva, Lefebvre entende que a situação histórica é outra,

(...) o modo de produção capitalista deve se defender num *front* muito mais amplo, mais diversificado e mais complexo, a saber: a re-produção das relações de produção. Essa re-produção das relações de produção não coincide mais com a reprodução dos meios de produção; ela se efetua através da cotidianidade, através dos lares e da cultura, através da escola e da universidade, através das extensões e proliferações da cidade antiga, ou seja, através do espaço inteiro (LEFEBVRE, 2008, p. 49).

O espaço não é um produto como outro qualquer, ou um simples pressuposto para a circulação mercadorias e para a troca. Não podemos compreendê-lo somente como um mero instrumento ou meio para o consumo. Ele é isso e muito mais. O espaço, ou melhor, a produção de espaço na contemporaneidade conteria todos os sentidos e finalidades da nossa sociedade capitalista, cuja trajetória indica a dominação completa da lógica da mercadoria sobre todas as dimensões da existência humana. A partir e por meio da produção do espaço, no sentido da

lógica do valor, e estamos falando da produção do espaço numa escala planetária, do espaço por inteiro - das cidades, do campo, dos espaços de lazer e de cultura, do cotidiano dos grandes centros urbanos e até dos espaços naturais - o espaço entra no sistema e no esquema da produção das relações sociais e da reprodução dessas mesmas relações. Em outras palavras, a produção do espaço está amplamente relacionada à reprodução das relações sociais de produção capitalista. Podemos constatar, então, o caráter multifacetado do espaço. Ele é simultaneamente um produto da sociedade capitalista, um instrumento político (um meio para a manutenção do poder de classe) e um veículo para a reprodução das relações sociais.

Os espaços, considerados tradicionalmente dissociados da esfera do trabalho em si (da fábrica, da empresa, etc), que Lefebvre chama de espaços de lazer e de festa, no caso do nosso trabalho a própria natureza, se apresentam, geralmente, como lugares mais independentes e livres, onde a experimentação, a existência e a vivência das pessoas com o espaço e dos grupos humanos entre si ocorrem por mediações relacionadas à dimensão sexual e erótica, pela esfera da religião e da cultura, pelos vínculos sociais e afetivos, enfim, por todos os aspectos atrelados mais ao uso e ao valor de uso do espaço pela sociedade. Porém, "tais lugares, aos quais se procura dar um ar de liberdade e de festa, que se povoa de signos que não tem a produção e o trabalho por significados, encontram-se precisamente ligados ao trabalho produtivo" (LEFEBVRE, 2008, p. 50). No nosso caso, a natureza é cada vez mais incorporada ao espaço social como produto e não como obra, nesse sentido "(...) a natureza entra para o valor de troca e para a mercadoria; é comprada e vendida. Os lazeres comercializados, industrializados, organizados institucionalmente (...) (LEFEBVRE, 2001, p. 116). Podemos perceber que, essa atual apropriação/dominação dos espaços de lazeres e da natureza pelo capital impõe um modelo de uso e conservação da natureza, que projeta para o resto da sociedade a perspectiva do mercado, naturalizando pressupostos neoliberais pautados na mão invisível do mercado, na aplicação ótima de recursos, na financeirização, valoração e privatização da natureza como fatores legítimos, corretos e únicos de sustentabilidade, determinando a nossa experiência e a nossa compreensão de espaço e de natureza, colaborando, aceitando e corroborando com os valores, as práticas, as subjetividades que sustentam e definem as ideologias e

representações balizadoras do sistema societal capitalista, e, conseqüentemente, contribuindo para a reprodução das relações de produção.

Interessante pensar que a própria Nancy Fraser (2014) deixa em suas análises algumas pistas sobre o processo observado e descrito no parágrafo acima (e ao longo de toda a dissertação). Ela percebeu que a atual fase do neoliberalismo tem provocado "(...) uma nova rodada de privatizações - a mercantilização da água, por exemplo - que está inserindo 'mais partes da natureza' (se é que podemos falar assim) no plano econômico"²⁹ (FRASER, 2014, p. 66 e 67). A autora, de alguma forma, apresenta dois argumentos utilizados também por Neil Smith para elaborar o conceito de subsunção real da natureza ao capital: o primeiro faz referência às novas inserções e descobertas da biotecnologia e da biogenética que privatizam e alteram os princípios elementares internos da natureza; já o segundo, é a própria mercantilização da ecologia através, por exemplo, do mercado de carbono e dos derivados ambientais comercializados nas bolsas de valores (FRASER, 2014).

A atual produção capitalista da natureza promove modos de uso e conservação da natureza pautados pela lógica do valor de troca, promovendo, com isso, um modelo de sustentabilidade baseado na manutenção do mercado e do capital como parâmetros para solucionar os problemas ambientais que afligem nossas cidades. O termo sustentabilidade ganha notoriedade e passa a ser disseminado por todas as setores da sociedade, mas principalmente pelo Estado e pela iniciativa privada, com o objetivo de dar legitimidade às práticas e políticas implementadas no espaço urbano (ACSELRAD, 2010). Esse termo deriva da expressão desenvolvimento sustentável, e emerge em um momento de transição de um modelo de desenvolvimento pautado pelo papel central do Estado na regulação e no planejamento da economia e na organização das cidades, e sua transição para a economia de mercado.

O desenvolvimento sustentável assume importância precisamente no momento em que os centros de poder mundial declaram a falência do Estado como motor do desenvolvimento e propõem sua substituição pelo mercado, ao mesmo tempo em

²⁹ Tradução sob nossa responsabilidade do seguinte trecho do original: "(...) una nueva ronda de cercamientos - la mercantilización del agua, por ejemplo - que están situando 'más parte de la naturaleza' (si podemos hablar de ese modo) en el primer plano económico" (FRASER, 2014, p. 66 e 67).

que declaram a falência da regulação e do planejamento governamental (GUIMARÃES, 1997).

Em uma perspectiva inversa, mas demonstrando o contexto de surgimento da crise ambiental e do desenvolvimento sustentável, Porto-Gonçalves afirma que o movimento ambiental foi um dos vetores que instituíram a ordem neoliberal (PORTO-GONÇALVES, 2006). A ideia de que o desenvolvimento capitalista se daria de forma ilimitada, e que se difundiria por todos os espaços do mundo e seria durável ao longo do tempo, se mostrou profundamente equivocada frente às barreiras que impediram e limitaram o contínuo processo de acumulação de capital. A crise de justiça e a crise da natureza impuseram limites à crença universalizante do desenvolvimento (SACHS, 1997). Foi nesse contexto que surgiu o conceito de desenvolvimento sustentável, buscando promover a sustentabilidade ambiental com a justiça intergeracional. Como podemos observar no conceito de desenvolvimento sustentável elaborada pelo Relatório de Brundtland, que define o desenvolvimento sustentável como sendo aquele “(...) que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das novas gerações de atender às suas próprias necessidade (Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento *apud* SACHS, 1997, 14 e 15)”. A maior parte das diversas conceituações de sustentabilidade apresentam o sentido de justiça intergeracional como a coluna vertebral do conceito. Em um exercício de revisar as diferentes definições para o termo, Guimarães sintetizou o que há de comum entre as diferentes versões como sendo “(...) a manutenção do estoque de recursos e da qualidade ambiental para a satisfação das necessidades básicas das gerações atuais e futuras (GUIMARÃES, 1997, p. 22)”. Porém, a adesão sem crítica a essa definição de desenvolvimento sustentável, se apresenta como um grande equívoco, já que fica em aberto questões relevantes para a compreensão do seu real significado. *Que necessidades? Para quem? Como fazer?*

Seguindo essa mesma linha de raciocínio, e influenciado por Henri Acselrad (2004), faz-se necessário propor outras perguntas: *o que deve se tornar durável (sustentável) ao longo do tempo? Quem são os sujeitos portadores dessa sustentabilidade?* Essas perguntas nos auxiliam a entender que o termo sustentabilidade não se refere a um conceito ou corpo teórico que visa se apropriar e compreender determinados fenômenos do real, mas que “(...) está submetida à

lógica das práticas (...)” (ACSELRAD, 2001, p. 29), nesse caso, o que se deseja tornar durável (ou sustentável) no futuro faz referência as diversas apropriações simbólicas, discursos e representações que os diferentes grupos sociais tem da natureza (SWYNGEDOUW, 2001), e que procuram impor aos grupos antagônicos. Podemos perceber que o termo sustentabilidade é uma noção que está em disputa, nesse caso, a noção que se tornar hegemônica vai determinar que prática social vai se tornar durável, “(...) são discursos em disputa pela expressão que se pretende mais legítima. Pois a sustentabilidade é uma noção que se pode recorrer para tornar objetivas diferentes representações e ideias” (ACSELRAD, 2001, p. 28). Nesse caso, não podemos mais falar de sustentabilidade no *singular*, já que não há somente um significado para a sustentabilidade, por isso, acompanhamos João Rua quando trabalha com o termo no *plural*: sustentabilidades (RUA, 2007 e 2008).

Como pudemos acompanhar, o debate acerca da sustentabilidade diz muito pouco sobre os processos de uso e conservação da natureza, mas muito sobre processos de dominação do espaço, de relações de poder e de hegemonia de classe. Nesse sentido, essas questões nos remetem diretamente à tríade lefebvriana: as práticas espaciais, as representações do espaço e os espaços de representação. São os três momentos da produção do espaço que ocorrem simultaneamente, de forma contraditória e complementar. As práticas espaciais se referem às formas de utilização e percepção do espaço; as representações do espaço se referem aos espaços concebidos pela racionalização instrumental do mercado e pelo poder do Estado; e os espaços de representação estão ligados ao espaço vivido e às formas de organização e de resistência nos lugares da vida (LEFEBVRE, 1991). Assim, no espaço ocorre um entrecruzamento de representações ligadas ao poder do mercado e do Estado, que procuram vincular imagens e ideias ligadas à reprodução das relações de produção, em contraposição às representações vinculadas ao cotidiano do cidadão comum, aos seus espaços vividos, e às suas estratégias de sobrevivência e de resistência. Na verdade, há uma relação dialética entre os processos mais gerais de reprodução do capital no neoliberalismo que através do cotidiano procuram promover suas estratégias de dominação, mas nunca sem resistência e sem oposição das práticas que se dão no espaço vivido. Cabe lembrar que, o espaço social é povoado de significados e

simbologias, que podem estar aparentes ou escondidas. Estão vinculados à vida cotidiana, ao espaço vivido, mas também às classes dominantes, que transmitem suas idéias, mensagens, sentidos e ideologias derivadas das suas representações do espaço (LEFEBVRE, 1991), e que geralmente são impostas como verdade absoluta. Henri Lefebvre se preocupou com essa temática e construiu uma teoria crítica sobre as representações. Nesse caso, ele assume que as representações não se distinguem como verdadeiras e falsas, mas são simultaneamente verdadeiras e falsas (LEFEBVRE, 1981), e se integram, contraditoriamente, em outra tríade proposta pelo autor, o representado, o representante e a representação (LEFEBVRE, 1981). Há uma tensão dialética entre os três termos, que procura ser elucidada pela análise das representações, que se destina a

(...) entender o processo pelo qual a força do representado se esvai, suplantada por seu representante por meio da representação, e como essa representação distancia-se do vivido e se multiplica, manipulando o vivido. As representações interpretam e, ao mesmo tempo, interferem na prática social, fazem parte da vida (...) (LUTFI *et al*, 1996, p. 89)

Fica claro que as representações não são meros reflexos da realidade, transmitidos por imagens ou valores de uma determinada sociedade ou classe social. Pelo contrário, tem a força e o poder de interagir, interferir e determinar as práticas espaciais. Sob esse aspecto, podem funcionar bloqueando e impedindo que o possível-impossível se realize – a sociedade urbana – ou possibilitando que o projeto hegemônico do capital se perpetue. As representações funcionam, então, como uma mediação (LEFEBVRE, 1981) entre os sujeitos e a realidade, tendo como finalidade simular a vida e dissimular as relações concretas (LUTFI *et al*, 1996). Nessa perspectiva, as representações apresentam uma genealogia (LUTFI *et al*, 1996), que podem representar os valores, os signos e símbolos de grupos subalternizados pelos processos econômicos e políticos, mas que podem ser “(...) engendradas pelas relações e pelo modo de produção (...)” (LUTFI *et al*, 1996, p. 89), e se põem a serviço de sua reprodução. Nessa linha de raciocínio, Lefebvre aponta que a sociedade burguesa se constrói sobre a lógica da representação (LEFEBVRE, 1981), “a sociedade (burguesa) e o modo de produção (capitalista) se constituem, praticamente, com base na representação que substitui o

representado” (LEFEBVRE, 1981, p. 34)³⁰. Por isso, entendemos que a sustentabilidade, como um pretenso conceito, transforma-se em imagem e ideologia e, principalmente, em representação. Mais especificamente uma representação do espaço. A partir da sua definição consensual, representa a fórmula mágica para a resolução de todos os problemas ambientais, porém, sobre esses, esclarece muito pouco. E a sua captura pela lógica do mercado nos oferece caminhos para compreender as relações de classe e de dominação presentes na representação de sustentabilidade nas práticas ambientais do Estado e do mercado, balizadoras das políticas ambientais para o urbano.

Essa apropriação da natureza como produto e permeada pela lógica do valor de troca, nos impele a compreender as relações existentes entre a representação hegemônica de sustentabilidade e os processos de fetichização elaborados por Marx. A mercadoria, com a sua forma abstrata, a forma valor, encobre o caráter social e concreto do trabalho dos homens, já que “a forma do valor do produto do trabalho é a forma mais abstrata, mais universal, do modo de produção burguês” (MARX, 2003, p. 102)³¹. Porém, Marx reduz a representação a uma aparência reificada (fetichizada), já Lefebvre entende que ela, ao substituir as coisas, produtos, obras, relações, acaba se tornando socialmente concreta (LEFEBVRE, 1981), em termos marxianos, um concreto-abstrato. As representações como concreto-abstrato não existem só no mundo das idéias, mas estão presentes e interferem ativamente na vida cotidiana, na realidade, dominando e determinando a vida das pessoas. Posição teórica compactuada por David Harvey, quando este afirma que “os espaços e os tempos da representação que nos envolvem e nos rodeiam na nossa vida cotidiana, afetam tanto nossas experiências diretas quanto nossa interpretação e compreensão” (HARVEY, 2012, p. 20). Nesse sentido, cabe a nós tentar desvelar as novas dinâmicas, processos e estratégias de reprodução do capital, tendo como referência a atual função da natureza na reprodução do capitalismo e das relações de produção na escala do urbano. Nessa concepção, os modos de apropriação, uso e conservação da natureza se transformam em (novas) estratégias espaciais que colaboram na produção do urbano como negócio.

³⁰ Tradução sob nossa responsabilidade do seguinte trecho do original: “la sociedad (burguesa) y el modo de producción (capitalista) se construyen prácticamente con base en la representación que sustituye lo representado” (LEFEBVRE, 1981, p. 34).

³¹ Citação retirada da nota de rodapé número 32 (MARX, 2003, p. 1002).

Estamos experimentando e vivenciando na contemporaneidade uma nova fase de acumulação do capital, em que a produção do espaço ganha enorme centralidade, principalmente a partir da produção do urbano como negócio. Nesse caso, ganham relevo para a reprodução do capitalismo, as novas estratégias de produção das cidades, e consequentemente, da expansão do urbano. Porém, são necessários alguns esclarecimentos. Nesse momento, utilizaremos, prioritariamente, três interlocutores - Ana Fani Alessandri Carlos, Sandra Lencioni e Alvaro Ferreira - que tem imprimido esforços no campo do urbano da Geografia brasileira na tentativa de defender (no sentido acadêmico e militante) e de produzir um conhecimento inovador - sob a influência da obra do filósofo Henri Lefebvre - de compreensão do papel central da metrópole e dos processos de metropolização nas novas dinâmicas do capital e na realização do valor. Dando prosseguimento ao exame dessas dinâmicas, Ana Fani Alessandri Carlos (2013) entende que a metrópole se torna o espaço medular para a efetivação de uma nova etapa da acumulação de capital, que se objetiva na produção do urbano como negócio sob o comando e os imperativos do capital financeiro. Na metrópole

(...) nos reportamos a uma nova lógica de reprodução do espaço urbano como momento e movimento da reprodução geral da sociedade enquanto processo de valorização - a realização do valor de troca como imanente à acumulação capitalista. A reprodução do espaço urbano como fenômeno contínuo, em movimento, significa que a metrópole vai se transformando sob a orientação do capitalismo que, no curso de sua realização, transforma, estrategicamente, o espaço (como lugar e meio de sua realização) (CARLOS, 2013, p. 36).

Trata-se de um movimento que reafirma a centralidade espacial da metrópole, nesse caso, o fenômeno urbano na metrópole ganha novas morfologias e finalidades que ultrapassam o sistema fabril e se expandem para toda a cidade, transformando o espaço, ele próprio dominado pela lógica do valor. Podemos perceber como o processo de "(...) desenvolvimento do mundo da mercadoria e da generalização da troca - produto da industrialização - tornou o próprio espaço, mercadoria e, com ele, a extensão da propriedade privada do solo urbano (...) (CARLOS, 2013, p. 39). É indispensável, nesse caso, pensar o papel desempenhado pela propriedade privada e de seus mecanismos correlatos de controle e dominação do espaço - concessões de terras para o uso de seus recursos, parcerias público-privadas, delimitação de áreas de conservação da

natureza, etc - como suporte e fundamento para a generalização da mercadoria. Para Carlos, "o espaço, fragmentado pela propriedade, entra no circuito da troca, o que subsume os usos e acessos a cidade à realização do valor de troca" (CARLOS, 2013, p. 40), por esse viés, a habitação, o lazer e a natureza tornam-se mercadoria, impondo aos usuários da cidade uma experiência e experimentação do espaço e da vida urbana mediados pelo mercado e pelo domínio do econômico. Em um outro aspecto, mas sem negar ou contradizer as análises de Carlos, Sandra Lencioni (2013) e Alvaro Ferreira (2014), entendem que o processo de generalização do mundo da mercadoria, do domínio do dinheiro em todas as esferas da vida e as possibilidades de valorização do capital a partir do controle e domínio do espaço como lugar e meio para a realização do valor, são o fundamento para o fenômeno, intitulado por eles, de metropolização do espaço. O processo de metropolização refere-se à expansão e imposição da lógica urbana para todos os espaços. O campo e a natureza são transformados pelos interesses do capital e passam a ser regidos e regulados pelos mecanismos de reprodução do capital. Lencioni exemplifica essa situação através das mudanças nas temporalidades do campo em relação ao uso da natureza pelos trabalhadores rurais.

O campo, com seu ritmo ligado estreitamente à natureza, onde o levantar sempre foi ritmado pela luminosidade do sol e o descanso, pelo anoitecer, cada vez mais se curva à preocupação com o tempo do relógio. Se antes não importava que horas eram, agora essa pergunta é quase tão frequente quanto na cidade. O tempo cronometrado e controlado regula o ritmo do campo, como expressão da possibilidade de todo tempo ser tempo de se produzir dinheiro (LENCIONI, 2014, p. 01).

Não pretendemos entrar nesse intenso e difícil debate acerca das distinções e relações entre as categorias e/ou conceitos de campo e cidade / rural e urbano. Mas o exemplo dado pela autora ilustra muito bem as profundas transformações na forma e no conteúdo que essas novas dinâmicas imprimem aos lugares.

Vale também atinar para o fato de que embora o campo e cidade se coloquem distintos — não importando, aqui, o grau de distinção — a contradição entre eles se diluiu na medida em que se impôs a lógica urbana sobre tudo, melhor dizendo, a lógica do capital com suas dinâmicas atuais. Melhor dizendo, a lógica do capital financeiro e a da metropolização, entendendo-se por lógica, a racionalidade, especificamente, a racionalidade do capital (LENCIONI, 2014, p. 02).

O campo e o espaço natural não perdem as singularidades que os marcam: a paisagem do campo terá como forma dominante os pastos, as fazendas, as estradas de terra e os espaços agricultáveis; a paisagem da natureza a presença de árvores, arbustos, riachos e animais selvagens ainda a define, mas suas atividades, ações, dinâmicas e processos são contaminadas pelo domínio da mercadoria contido na lógica urbana.

Como já foi apontada no parágrafo acima, os autores adotam uma perspectiva lefebvriana em suas análises, tendo como principal parâmetro teórico para a compreensão do processo de metropolização do espaço a tese da urbanização total da sociedade expressa com mais destaque no livro *A Revolução Urbana* (LEFEBVRE, 1999). Nesse caso, coube a Carlos começar a nos auxiliar nessa empreitada. Para ela, a urbanização "(...) antes de significar o crescimento da cidade, revela um processo profundo de transformação nas formas e conteúdos da produção do urbano, como reprodução da existência humana prática, real e concreta dos indivíduos (...)" (CARLOS, 2013, p. 37). Esse processo não se restringe à ampliação da tessitura da cidade para espaço não citadinos, mas faz referência ao desenvolvimento de novas relações espaço-temporais pautadas pela ascensão do mercado financeiro e pela mercadificação e mercantilização como uma forma de organizar a sociedade em sua totalidade. Nesse contexto, não podemos deixar de reafirmar a tese lefebvriana de que a reprodução da sociedade se realiza como reprodução do espaço (CARLOS, 2011).

Os três autores apresentam mais concordância em suas abordagens do que dissensão. A primeira delas complementa o parágrafo anterior. Todos eles afirmam categoricamente que os processos de metropolização não se limitam aos espaços político-administrativos da metrópole ou à circunscrição das regiões metropolitanas. Pelo contrário, os processos de metropolização do espaço podem "(...) alcançar cidades de diferentes portes e, também, algumas áreas rurais, em geral mescladas com o urbano e que expressam hábitos culturais e valores urbanos até então exclusivos da metrópole" (LENCIONI, 2013, p. 26). Em outro trecho desse mesmo artigo, Lencioni reforça esse traço de extensão da cultura urbana nos processos de metropolização.

(...) Ele vem acompanhado de uma alteração profunda da cultura mercantil, a qual atinge todas as esferas da vida e incide sobre espaços de toda ordem. Daí, é certo afirmar que os hábitos culturais e os valores urbanos próprios da metrópole se difundem para além dela. Nas pequenas e médias cidades, por exemplo, podemos encontrar hábitos culturais e valores que antes eram próprios e exclusivos daqueles que viviam nas metrópoles (LENCIONI, 2013, p. 24).

A metropolização da espaço é um processo mais amplo do que a simples construção de novas configurações urbanas para garantir o fluxo mais intenso de capital e mercadoria, ou para a concentração de novas atividades, ligadas ao setor de serviços e a administração dos territórios. Se incorporam a esse processo questões relacionadas ao modo de agir, de viver, de dormir, de amar e de experimentar e produzir espaço, tendo sempre como parâmetro e referência o espaço da metrópole. Por esse ângulo, se expande para outros lugares (cidadinos ou não), o modo de viver da metrópole, atrelado, fundamentalmente, a uma cultura mercantil e de consumo. O mercado, e suas representações, passa a mediar e controlar todas as dimensões, esferas e setores não econômicos da sociedade. Ainda nessa perspectiva, Alvaro Ferreira corrobora a mesma visão de Lencioni, ao afirmar que além de transcender o espaço da cidade e da metrópole, incorporando cidades médias, pequenas e o campo, a metropolização abarca as formas de gestão do território (FERREIRA, 2014). Esse ponto é de fundamental importância para nós, na medida em que demonstra a imbricação dos mecanismos de mercado na formulação, monitoramento e implantação das políticas públicas, e especialmente nas políticas ambientais. Para o autor, a materialização dessa lógica se encontra ligada ao planejamento estratégico (2014) e ao empresariamento na governança das cidades (2011), que procura viabilizar projetos de “revitalização” e/ou “renovação urbana”, que resultam na especulação imobiliária, na banalização do espaço e na gentrificação (FERREIRA, 2011 e 2014).

Outro ponto em que os autores mostram conformidade se refere à ideia de que os processos de metropolização são determinados por novas lógicas espaciais, fruto da transição de uma lógica industrial para uma lógica financeira, potencializando a valorização do espaço como mercadoria (CARLOS, 2013; FERREIRA, 2014; LENCIONI, 2014). Tendo por base esse prognóstico, Carlos afirma que "(...) a urbanização revela-se como produção da mercadoria-espaço e

deste modo, o próprio espaço se incorpora como momento do processo de valorização" (2013, p. 41), portanto

o sentido do espaço no processo de acumulação também se transforma no movimento de passagem da predominância/presença do capital industrial - produtor de mercadorias destinadas ao consumo individual (ou produtivo) - à predominância do capital financeiro, que produz o espaço como mercadoria enquanto condição de sua realização (CARLOS, 2013, p. 44).

A metropolização do espaço como processo hegemônico, na verdade, se constitui como "(...) uma nova fase da urbanização, uma etapa superior, um período pós urbanização" (LENCIONI, 2014, p. 01 e 02). Para Ferreira, esse sentido não rompe com a tese da urbanização completa da sociedade de Henri Lefebvre, pelo contrário, procura complementá-la e atualizá-la historicamente (FERREIRA, 2014). "Aliás, o processo de metropolização do espaço está para o momento atual, assim como a urbanização da sociedade estava para aquele momento" (FERREIRA, 2014, p. 01). Para melhor qualificar essa associação, recorremos mais uma vez a Sandra Lencioni na citação abaixo.

Se anteriormente tínhamos dominantes: a lógica do capital industrial, a lógica do urbano; agora, temos a lógica do capital financeiro, a lógica da metropolização. Isso posto, vale dizer que da mesma maneira que falávamos em capital e urbanização, hoje para expressar os processos hegemônicos, aqueles que se sobrepõem aos demais, falamos em capital e metropolização (LENCIONI, 2014, p. 02).

Podemos perceber, que toda a discussão elaborada até agora sobre o processo de metropolização do espaço não foi desassociada e desvincilhada das determinações mais gerais que assolam a nossa sociedade e condicionam a produção do espaço na atualidade. A metropolização não é um fenômeno localista, mas refere-se diretamente às inter-relações e interações da metrópole com os âmbitos do global e do lugar. Toda essa reflexão nos remete diretamente à problemática da escala geográfica e, para pensarmos com mais propriedade sobre a relação entre a escala e os processos de metropolização do espaço, vamos utilizar inicialmente dois artigos que fazem uma grande crítica à literatura localista. Carlos Antônio Brandão aborda no seu trabalho o poder ilimitado que a escala local tem sobre o desenvolvimento urbano e regional (BRANDÃO, 2003), e Carlos Bernardo

Vainer apresenta uma discussão teórico-conceitual sobre as possibilidades de ação política em cada escala: local, nacional e o global (VAINER, 2001). Os dois autores contrariam a noção de que a esfera local conteria uma capacidade inerente e natural de auto-controlar e promover uma governança solidária e benéfica para os seus membros (BRANDÃO, 2003; VAINER, 2001). Nesse caso, a escala não pode definir e conter os processos de forma *a priori*, pelo contrário, as escalas "(...) não estão dadas, mas são elas mesmas, objeto de confronto, como também é objeto de confronto a definição das escalas prioritárias onde os embates centrais se darão" (VAINER, 2001, p. 146). Nesse sentido, Sara González, no artigo *La Geografía Escalar del Capitalismo*, consegue fazer uma análise mais apurada da formação das escalas como um elemento fundamental para o desenvolvimento do capitalismo. Ela parte de uma perspectiva anti-essencialista da escala (GONZÁLEZ, 2005), isto é,

(...) as escalas não são algo que nos é dado externamente, mas o resultado da nossa própria interação social. Consequentemente, o fato de que uma determinada atividade tem lugar em certa escala territorial é algo determinado, como disse Peck, pelas condições específicas de cada tempo e lugar ³² (GONZÁLEZ, 2005, p. 08).

Destarte, as escalas não são definidas de antemão, elas são constituídas pelos processos sociais que se dão em determinados contextos, e são o resultado de confrontos, conflitos e embates - sempre contestados e contestáveis - de relações de poder interescares (VAINER, 2001). Está claro que a circulação do capital apresenta uma capacidade enorme de mobilizar recursos, informações, pessoas e materiais entre as escalas, produzindo, continuamente processos transescalares (BRANDÃO, 2003), que provocam reconfigurações espaciais no movimento de circulação e acumulação do capital. Esse processo é o resultado de lutas - entre distintos grupos e projetos político-econômicos - para a fixação de escalas, impondo como o espaço deve ser produzido para os grupos sociais subalternizados. À vista disso, a constituição das escalas sempre envolve relações de dominação - representadas por grupos dominantes e/ou coalizões de poder -

³² Tradução sob nossa responsabilidade do seguinte trecho do original: "(...) las escalas no son algo que nos viene dado externamente, sino que es fruto de nuestra propia interacción social. Consecuentement, el hecho de que una cierta actividad tenga lugar a una cierta escala territorial es algo que viene determinado, como dice Peck, por las condiciones específicas de cada momento y lugar" (GONZÁLEZ, 2005, p. 08).

que representam estratégias espaciais objetivando garantir, dominar e controlar os meios políticos, culturais, simbólicos e naturais estruturantes para as relações capitalistas de produção.

Para termos mais clareza como a produção escalar corrobora e promove esse desenvolvimento capitalista, vamos explorar rapidamente cinco princípios que colaboram no entendimento das escalas geográficas como plataformas para a circulação do capital (e como possibilidades de luta política) (GONZÁLEZ, 2005). Esses princípios procuram definir a escala como: i) uma construção social; ii) relações de poder; iii) hierarquias escalares reticulares; iv) um conceito dinâmico e processual; e v) narrativas escalares (GONZÁLEZ, 2005). O primeiro princípio se refere às escalas como um constructo social, ou seja, como a expressão direta das relações sociais e resultado da luta de classes. Já o segundo, apresenta as relações escalares como relações de poder.

A escala é tanto um objeto como um meio para as lutas econômicas e políticas. Os Processos de (re)construção das escalas alteram e expressam mudanças na geometria do poder social reforçando o poder e o controle de alguns e limitando o poder de outros³³ (GONZÁLEZ, 2005, p. 09).

O princípio de número três, procura entender a produção das escalas como um processo que se dá através das redes, e que essas redes participam e condicionam os processos posteriores de reestruturação dos níveis escalares. Agora, o ponto quatro afasta qualquer possibilidade de reconhecer as escalas como entidades fechadas e separadas umas das outras. Na verdade, as escalas e os seus níveis então se relacionando entre si de forma dialética, ou seja, conflitual e complementar. E, por último, as escalas são consideradas espaços onde determinados grupos podem desenvolver e impor o seu projeto político para os outros grupos sociais (GONZÁLEZ, 2005). Consideramos, portanto, a escala como um produto da sociedade estruturado por/a partir relações de poder estabelecidas entre as diferentes classes sociais. Além disso, a escala apresenta uma configuração espacial em redes e níveis que integram-se complementarmente e conflitivamente entre si, traduzindo um determinado projeto político-econômico.

³³ Tradução sob nossa responsabilidade do seguinte trecho do original: "La escala es tanto un objeto como un medio para las luchas económico-políticas. Los procesos de (re)construcción de las escalas alteran y expresan cambios en la geometría del poder social reforzando el poder y el control de algunos y limitando el poder de otros" (GONZÁLEZ, 2005, p. 09).

À luz da condução teórica realizada sobre a categoria escala até agora, propomos fazer uma análise sucinta sobre a escala da metrópole, espaço central para os processos de metropolização do espaço. Esse processo concretiza o que manifestava-se antes apenas como virtualidade: a expansão do capitalismo para todo o planeta como condição para sua reprodutibilidade (CARLOS, 2011). Diante disso, a escala da metrópole - compreendida no conjunto dos processos de metropolização do espaço - é o resultado e a manifestação de um determinado momento histórico do capitalismo. Para entender um pouco melhor isso, vamos parodiar uma pequena definição de escala utilizada por González (2005), trocando de lugar os termos escala e metrópole: a metrópole é o âmbito geográfico do atual momento histórico que produz certa coerência e fixação dos processos de acumulação de capital³⁴. Então, a definição de uma determinada escala "(...) necessariamente implica a luta entre distintos grupos de poder para impor suas visões sobre como deve organizar a infraestrutura geográfica do capitalismo"³⁵ (GONZÁLEZ, 2005, p. 14). Isto posto, é importante tentar demonstrar os principais setores econômicos de interesse e classes (ou frações de classe) que hegemonizam os processos de metropolização que, conseqüentemente, orientam as políticas ambientais urbanas. Segundo Carlos (2013), a produção das cidades nesse contexto, se realiza a partir de três cenários (não excludentes entre si):

a) a produção dos espaço de lazer e destinados ao turismo, o que aponta a passagem da produção ao consumo do espaço vendido, a partir de seus tributos particulares, por exemplo, aquele vinculado ao patrimônio cultural ou tendo a cultura como álibi, uma característica natural ou mesmo uma singularidade inventada segundo as exigências do mercado; b) o desenvolvimento do narcotráfico, como nova atividade econômica, com perfil empresarial e altamente lucrativa, que pela sua ilegalidade pressupõe como estratégia diferenciada a dominação violentamente aberta sobre o espaço - produzindo uma forma específica de segregação espacial - e sobre a população subtraída de seus direitos, e c) a produção do espaço urbano como negócio no movimento da produção de novas formas urbanas, com a extensão da centralidade e afastamento da área de periferia como realização do capital financeiro - o espaço como extensão do mundo da mercadoria (CARLOS, 2013, p. 37 e 38).

³⁴ Trecho que originou a paródia: "la escala es, por lo tanto, el ámbito geográfico en que un determinado momento se produce una cierta coherencia y fijación de los procesos de acumulación del capital" (GONZÁLEZ, 2005, p. 09).

³⁵ Tradução sob nossa responsabilidade do seguinte trecho do original: "(...) necessariamente implica la lucha entre distintos grupos de poder por imponer sus visiones sobre cómo debe organizarse la infraestructura geográfica del capitalismo" (GONZÁLEZ, 2005, p. 14).

Para as nossas reflexões, o primeiro e o terceiro ponto apresentam maior relevância. Por isso, vamos nos deter a eles. Podemos perceber que essas duas situações - a produção de espaços de lazer e de turismo e a financeirização do processo de produção espaço urbano - demonstram uma alteração na forma de acesso e uso da cidade, que passa do consumo *no* espaço para o consumo *do* espaço. Essa transformação retrata o espaço como objeto de consumo, em outras palavras, o espaço passa a ser lugar e meio para a realização do lucro. É notório que esse processo de difusão da troca e da produção do espaço como mercadoria, promoveu uma dilatação da propriedade privada do espaço (CARLOS, 2013). Esse movimento exhibe um novo modelo de urbanismo - que muitos autores chamam de "urbanismo neoliberal" (SWYNGEDOUW *et al*, *apud* GONZÁLEZ, 2005, p. 14) - pautado principalmente pelos agentes imobiliários (incorporadoras, construtoras e imobiliárias) e umbilicalmente atreladas ao mercado financeiro. Esse tipo de urbanismo promove o discurso de uma política empreendedora para as cidades. Posição essa que já se tornou uma prática em quase todas as partes do mundo, fomentando um ambiente de interesses corporativos e estimulando a competição intercidades, com o objetivo de angariar investimentos e recursos para o desenvolvimento econômico dos espaços citadinos no cenário global. À vista disso, tudo que pode se tornar um entrave para o coroamento econômico de uma cidade no cenário internacional, como por exemplo a problemática ambiental, torna-se objeto político de intervenção. É nesse panorama que o ambiente entra na esfera política, e passa a ser um elemento central na formulação das políticas urbanas, constituindo um novo campo discursivo intitulado de sustentabilidade urbana. Essa tem como intenção buscar uma base de credibilidade para as intervenções urbanas pelas quais muitas cidades têm passado nesses últimos anos, e qualificar melhor a cidade - pelo menos no nível da retórica - para a competição entre as cidades, através do *status* de cidade sustentável. Esse tipo de cenário, a construção de *um ambiente de negócios a partir do negócio do ambiente*, apresenta a intenção de inserir competitivamente as cidades a partir de duas dimensões que balizam o discurso da sustentabilidade urbana: i) tornar a cidade funcional para o capital; e ii) através do viés ambiental neutralizar a crítica dos ambientalistas, e, com isso criar uma legitimidade para as ações dos gestores

urbanos. Ou seja, constroem-se consensos e justificam-se políticas urbanas de recorte neoliberal (ACSELRAD, 2009).

Tendo em vista o que foi exposto até agora, as políticas ambientais urbanas, marcadas por esse contexto de metropolização do espaço, reafirmam a tese da natureza como uma nova estratégia de acumulação. A natureza no neoliberalismo passa a ter uma importância fundamental como estratégia para absorver parte do capital excedente, principalmente em um contexto de crise como estamos vivendo na atual conjuntura. A natureza é a nova fronteira para o capital transpor as barreiras que ele mesmo impõe para si. Essa afirmação é o ponto de partida para o começo de algumas reflexões acerca do papel da produção da natureza (produção do espaço) como mecanismo para superar - sempre parcialmente - as crises de sobreacumulação que marcam a história do capitalismo. Para isso, propomos partir do pressuposto a seguir: historicamente a superação (parcial) das crises sistêmicas e estruturais do capitalismo e a garantia da sua reprodutibilidade ao longo do tempo têm sido garantidas pela produção do espaço. Ou seja, o espaço ganha centralidade na durabilidade do capitalismo. Isto posto, fica patente que o desenvolvimento do capitalismo depende de soluções espaciais que deslocam temporariamente a crise para o futuro.

Os períodos de crises econômicas que marcam a história do nosso desenvolvimento expressam a natureza contraditória do capitalismo e revelam, em cada momento histórico, a atualização dessas contradições. O desenvolvimento do capitalismo apresenta uma dinâmica que produz

"(...) tanto vitalidade quanto necrofilia, tanto capacidade de expansão quanto de destruição; reconhecer que os mesmos mecanismos e motivações levam não somente ao aumento dos lucros, à acumulação, mas também, a seu tempo, à queda da lucratividade, à desacumulação, à desvalorização do capital, ao desemprego (PAULA, 2010, p. 10).

Essas contradições manifestam-se em dois cenários que estão relacionados ao movimento do capital e sua busca incessante de valorização. O primeiro cenário manifesta-se como um período de crescimento da economia capitalista, quando a taxa de lucro (e consequentemente de mais-valor) está alta, tendo como resultado direto o aumento da acumulação de capital. E um segundo quadro, decorrente do primeiro, revela o momento da crise, quando a taxa de lucro tende a cair,

ocasionando desvalorização do capital e queda na lucratividade nos negócios dos capitalistas. Podemos concluir que essas crises são sistêmicas, inerentes à estrutura do capitalismo, e cíclicas, já que apresentam uma certa periodicidade. Essas crises provocam o rompimento de uma estabilidade - sempre momentânea - de uma determinada arquitetura econômica e política do capitalismo, promovendo um momento de ajuste para o capital. Alguns autores chamam esse momento de destruição criativa.

Quando as contradições levam a uma crise do capital, propiciam momentos de "destruição criativa". Raramente acontece que o que é criado e o que é destruído é predeterminado e ainda menos que tudo o que se cria é ruim e tudo o que era bom se destrói, e raramente resolvem-se totalmente as contradições. As crises são momentos de transformação em que o capital reinventa-se a si mesmo e transforma-se em algo diferente; e esse "algo diferente" pode ser melhor ou pior para as pessoas mesmo que estabilize a reprodução do capital³⁶ (HARVEY, 2014a, p. 19).

As crises do capital tem um papel muito importante na reprodução do capitalismo, tendo em vista que esse momento permite a substituição de um modo de acumulação por outro. O contexto de crise tem a finalidade de remodelar e reconfigurar as relações de produção, criando novos modelos de desenvolvimento, novos tipos de investimentos, novas coalizões de poder e, principalmente, construindo uma nova morfologia espacial. Esse último ponto, começa a direcionar o caminho no entendimento da produção do espaço como solução para as crises capitalistas. Mas antes disso, vamos compreender um pouco mais sobre a dinâmica das crises do capital, dando um recorte mais profundo para a crise do biênio 2007-2008.

O desenvolvimento do capitalismo é marcado por sucessivas crises ao longo da sua história. Podemos citar como exemplos: a crise vivenciada pela economia do mundo na década de 1870, superada em 1898 com a vitória estadunidense na Guerra Hispano-Americana, consolidando sua economia como a maior do planeta;

³⁶ Tradução sob nossa responsabilidade do seguinte trecho do original: "Cuando las contradicciones dan lugar a una crisis del capital, propician momentos de «destrucción creativa». Rara vez sucede que lo que se crea y lo que se destruye esté predeterminado y menos aún que todo lo que se crea sea malo y todo lo que era bueno resulte destruido, y rara vez se resuelven totalmente las contradicciones. Las crisis son momentos de transformación en los que el capital suele reinventarse a sí mismo y transformarse en algo diferente; y ese «algo diferente» puede ser mejor o peor para la gente por mucho que estabilice la reproducción del capital" (HARVEY, 2014a, p. 19).

a crise da década de 1930 em decorrência da quebra da bolsa de valores de Nova Iorque, provocando uma enorme recessão nos EUA e em todo o mundo, que só começou a ser revertida a partir de 1932, com o New Deal; e a crise da década de 1970, que rompeu com o virtuoso ciclo de crescimento da economia mundial durante o período 1945-1971. Como resposta a essa crise tivemos o surgimento do neoliberalismo (PAULA, 2010), que substituiu o modo de acumulação anterior, chamado de fordista. Há uma relação direta dessas crises com a crise de 2007-2008, principalmente a partir do acentuado vínculo e dependência que essas crises revelam das economias nacionais com o mercado financeiro. Podemos entender que essas crises se expressam como crises financeiras, porém, é necessário tomar cuidado para não reduzi-las e restringi-las a essa esfera. Na verdade, elas explicitam as contradições básicas do capitalismo, sendo o capital financeiro a dimensão sobredeterminante. Para ilustrar essa questão, e tentar atestar o nível de influência desse capital no cotidiano das pessoas, David Harvey, ao referir-se a um trecho do Manifesto Comunista, demonstrou que o salário do trabalhador, após o seu recebimento, é repartido pelas outras parcelas da burguesia (HARVEY, 2014b), com o proprietários fundiário, na compra de objetos para o seu consumo, no pagamento de juros e etc, sendo "(...) sugado para a circulação do capital fictício a fim de sustentar as imensas fortunas por dentro do sistema financeiro" (HARVEY, 2014b, p. 112).

Retornando aos motivos que levaram à crise de 2007-2008, é necessário compreendê-la como um prolongamento da resposta dada a crise de 1970. Para realizar essa tarefa, é preciso compreender os motivos que, nas palavras de Harvey, possibilitaram a ocorrência da "virada neoliberal" (2008, p. 19). A reorganização nas formas de Estado e na geopolítica no pós Segunda Guerra Mundial ambicionava dificultar a volta às condições de calamidade econômica e social que ameaçava as estruturas do capitalismo nos anos de crise da década de 1930. Foi necessário para assegurar um período de tranquilidade e paz alicerçar um tipo de pacto de classes, entre capitalistas e trabalhadores. Para tal, o caminho encontrado para esse feito foi combinar Estado, mercado e instituições democráticas. No âmbito internacional, uma nova ordem mundial foi construída embasada por acordos internacionais, como Bretton Woods, e diversas instituições, como ONU e Banco Mundial, com o objetivo de organizar e

estabilizar as relações entre os países. Ficou decidido que a circulação de capital e bens funcionaria sob um câmbio fixo lastreado na convertibilidade do dólar estadunidense em ouro. Ao nível nacional, uma variedade de economias capitalistas avançadas, EUA e Europa Ocidental por exemplo, adotaram uma forma de Estado caracterizado como Keynesiano. Esse modelo estatal construiu um sistema social chamado de Estado de bem-estar social, na qual o Estado, por meio de intervenções na economia e de um planejamento do desenvolvimento, promovia políticas fiscais e monetárias que garantissem o pleno emprego, o acesso a serviços básicos (saúde, educação, etc) pela população e no crescimento econômico. As políticas keynesianas engendraram, depois de 1945, um grande ciclo de crescimento econômico, pelo menos para os países chamados de desenvolvidos, amparado em altas taxas de lucro para os capitalistas e com algum tipo de política social redistributiva (HARVEY, 2008).

Porém, no final da década de 1960 e início de 1970, essa forma de organização político-econômica, começa a precipitar-se dando vários sinais de uma grave crise de acumulação. A inflação e o desemprego eclodiam em várias partes do mundo, afloravam crises fiscais em vários Estados, os fluxos de capitais pressionavam o câmbio fixo inundando o mundo de dólares que escapavam ao controle do EUA, o ouro não funcionava mais como base internacional e as taxas de juros se tornaram flutuantes (HARVEY, 2008). Em tal contexto, o ideário desenvolvimentista, pautado pela ação empresarial do Estado é submetido a uma enxurrada de críticas

(...) pelos setores que identificaram na ação estatal a causa principal de taxas declinantes de rentabilidade do capital. A crítica neoliberal, inspirada em economistas como Friedrich A. Hayek e Milton Friedman, ganhou ainda mais vitalidade com as oscilações do preço do petróleo, da taxa de juros e da crescente dificuldade de financiamento do *deficit* público" (IORIS, 2010, p. 231).

Como resposta a isso, duas possíveis soluções polarizavam o debate: o apoio a socialdemocracia e ao planejamento central (é bom lembrar que a esquerda não conseguiu produzir alternativas que fugissem desse escopo) e aqueles que queriam a volta do poder dos negócios e reconstituir as liberdades do mercado. Como já sabemos, a segunda opção ganhou a disputa e o projeto neoliberal entrou em cena como solução para a crise (HARVEY, 2008). Temos como consequência direta

"(...) um progressivo redirecionamento da atividade mundial, caracterizado pela diminuição do papel do Estado, pela interconexão dos mercados e pela contenção do movimento social organizado" (IORIS, 2010, p.231). Sobre esse último ponto, Harvey traz importantes contribuições. Ele constata que essa crise de acumulação teve graves consequências sociais devido a combinação de desemprego e inflação, gerando um intenso clima de insatisfação social mobilizando os movimentos sociais urbanos em todo o mundo na construção de uma alternativa socialista. Esse contexto político semeou no seio das elites econômicas e das classes dirigentes uma ameaça de ruptura radical com o sistema, exigindo uma rápida resposta a essa questão. Então, para o autor, essa questão sustenta sua análise da virada neoliberal, interpretando-a mais do que um projeto teórico de reorganizar o capitalismo no mundo, e sim como um projeto político de recomposição e reedificação do poder das elites econômicas e do restabelecimento das condições de acumulação. Porém, o neoliberalismo foi muito mais eficaz no projeto de restaurar o poder de classe das elites econômicas e menos competente na revitalização dos processos de acumulação de capital em escala global (HARVEY, 2008). Esse argumento pode ser conferido na sucessão de crises financeiras que inundaram o mundo pós-crise da década de 1970. "Houve centenas de crises financeiras ao redor do mundo desde 1973, em comparação com as muito poucas entre 1945 e 1973, e várias destas foram baseadas em questões de propriedade ou de desenvolvimento urbano" (HARVEY, 2011, p. 14). Na prática, a dominação do capital financeiro

(...) têm provocado a irrupção de crises-bolha em média a cada três anos: 1982, a crise da dívida externa; 1987, a da bolsa de Nova York; 1999, a do mercado imobiliário do Japão; 1994-5, a do México; 1997, a da Ásia; 1998, a da Rússia; 1999, a do Brasil; 2000, a do Nasdaq; 2001, a da Argentina; 2002, a da Enron, Arthur Andersen; 2006, o início da atual crise econômica (PAULA, 2010, p. 21).

Isso mostra que o padrão de crises financeiras se tornou muito mais frequente nos últimos 40 anos, revelando a dificuldade do capital em restituir seus padrões de acumulação.

Na última citação do David Harvey algumas linhas acima, ele nos deixa uma pista sobre como a geografia deve refletir acerca do papel do espaço geográfico na reprodutibilidade do capitalismo. Quando o autor afirma que as

crises tem relação direta com "questões de propriedade ou de desenvolvimento urbano", podemos perceber que a produção do espaço é um fator estratégico na dinâmica capitalista. Nesse sentido, ele aponta para uma espacialização das crises financeiras. Vamos abordar a questão de maneira mais acurada, tendo como principal referência a crise de 2007-2008. Segundo Harvey, há uma estrita conexão entre as crises de acumulação com a história do desenvolvimento urbano no capitalismo. Ele cita como exemplo, que as tragédias financeiras de 1929, 1973, 1987 e 2000 foram precedidas por *booms* imobiliários. Essa relação entre os processos de urbanização e as formações de crises é considerada uma brecha, ou melhor, uma falha no pensamento econômico contemporâneo. Os investimentos em urbanização e no chamado ambiente construído para a economia tradicional (incluindo aí a marxista), entende que a construção de cidades é o resultado de processos mais gerais relacionados diretamente às perspectivas macroeconômicas (HARVEY, 2014b). Porém, não podemos, nesse caso, prescindir da dialética, e precisamos compreender a formação das crises em uma perspectiva relacional entre o universal e o particular. Diante disso, é necessário tentar integrar na nossa análise "(...) os processos de urbanização e a formação do espaço construído à teoria geral das leis que regem a circulação do capital" (HARVEY, 2014b, p. 81). Tentando dialogar com essa afirmativa, trazemos alguns dados referentes ao Relatório do McKinsey Global Institute, citado por Paula, que traz dados surpreendentes sobre a dinâmica dos ativos financeiros vinculados ao PIB mundial. De acordo com essas informações, pudemos identificar um expressivo descolamento entre a produção de riqueza real, medida pelo PIB, e a riqueza fictícia, medida pelo ativos financeiros. O PIB mundial sai de US\$ 10 trilhões em 1980 para US\$ 50 trilhões em 2007, e no mesmo intervalo, os ativos saltam de US\$ 12 trilhões para o estratosférico valor de US\$ 400 trilhões. Octuplicando em quase trinta anos a base material da riqueza. Esses números mostram um total descompasso entre a base material da produção e o capital fictício, expressando a negligência do modelo neoliberal em regular o sistema bancário e financeiro na contenção dos movimentos especulativos dos agentes financeiros (PAULA, 2010). Esse sintoma fica claramente exposto nos motivos que desembocaram na crise financeira de 2007-2008. Vamos rapidamente a eles: i) mais empréstimos do segmento *subprime* foram cedidos com juros baixos e exigências cada vez

menores (empréstimos de risco); ii) a partir de 2001, os bancos passaram a vender esses empréstimos para bancos de investimento, que lucravam vendendo esses títulos lastreados nas hipotecas *subprime* para grandes investidores (fundos de pensão, fundos *hedge*, etc). Essa arquitetura financeira expandiu o mercado de hipotecas, aumentando os empréstimos e os endividamentos; iii) esses grandes compradores de títulos, como os fundos *hedge*, em 2006, temendo a inadimplência do setor de hipotecas, passaram a vender seus títulos, derrubando o valor das hipotecas. Soma-se a isso o aumento dos juros de 1% para 5,25% a.a. como política para conter a inflação do FED (Federal Reserve System), acarretando no crescimento do descumprimento no pagamento das hipotecas; e iv) como conclusão, em torno do ano de 2008, a totalidade do setor bancário e financeiro é afetado, e há a quebra de grandes instituições desse segmento (PAULA, 2010). Temos clareza, de que há uma relação íntima entre o mercado imobiliário e a especulação financeira, e que a estabilidade do mercado financeiro depende, além de outros fatores, dos altos e baixos do setor imobiliário. Ademais, "(...) quanto maior a proporção dos mercados imobiliários no PIB, mais significativa a conexão entre financiamento e investimento no ambiente construído tornar-se-á uma fonte potencial de macrocrises" (HARVEY, 2014b, p. 79). E foi exatamente o que aconteceu em 2007-2008, e explica em parte o tamanho e o alcance dessa crise. Nos EUA a dívida hipotecária equivalia a 40% do PIB (HARVEY, 2014b).

É patente os nexos existentes entre o capital fictício e o mercado imobiliário na produção da crise de 2007-2008. Para tanto, é necessário compreender um pouco melhor o que estamos chamando de capital fictício. Recorremos, para isso, mais uma vez, a David Harvey. Harvey se referindo a Marx, e amparado no teoria do fetichismo da mercadoria, afirma que o capital fictício é uma coisa real, e que mascara alguma relação social anterior e que permanece oculta. Por exemplo, "(...) quando um banco empresta ao consumidor para que compre uma casa, recebe em troca um fluxo de juros, faz parecer que algo na casa esteja diretamente produzindo valor, sendo que isso não acontece" (HARVEY, 2014b, p. 88). Em outro trecho, o mesmo autor continua,

quando os bancos emprestam a outros bancos, ou quando o banco central empresta aos bancos que emprestam aos especuladores imobiliários em busca de aluguéis adequados, o capital fictício parece cada vez mais a uma regressão infinita de ficções construídas sobre ficções. O alavancamento a níveis cada vez mais altos (conceder empréstimos trinta vezes, e não três, a quantidade de depósitos em espécie disponível) aumenta as quantidades fictícias de formações e fluxos de capital. E são esses fluxos que convertem os bens imóveis em algo irreal (HARVEY, 2014b, p. 89).

O capital fictício aparenta produzir valor e lucro para o capitalista, que aplica parte do seu capital no compra de ações e ativos financeiros. Porém, em uma perspectiva marxista só o trabalho produz valor e mais-valor, então o capital que circula no sistema financeiro só existe porque tem um lastro no mundo concreto, no setor produtivo. O que acontece na atual conjuntura do capitalismo é que o capital fictício torna-se necessário para o funcionamento do capital produtivo. Para compreender essa relação, vamos analisá-la no contexto dos mercados imobiliários. As empreiteiras e construtoras pegam empréstimos com bancos e instituições financeiras para custear a construção de fixos nas cidades. Posteriormente, esse setor precisa se realizar no mercado, e é nesse momento "(...) que entra o capital fictício. O dinheiro é emprestado a compradores que supostamente têm condições de ressarcir-lo com seus rendimentos (salários ou lucros), que são capitalizados como um fluxo de juros sob o capital emprestado" (HARVEY, 2014b, p. 88). Podemos perceber que, em torno do processo de produção do ambiente construído, se articula uma aliança de classe entre banqueiros, construtoras e proprietários fundiários, que controlam e dominam política e economicamente o desenvolvimento urbano. "A produção do espaço em geral e da urbanização em particular tornou-se um grande negócio no capitalismo. É um dos principais meios de absorver o excesso de capital" (HARVEY, 2011, p. 137). Assim sendo, há uma conexão estrita entre urbanização, acumulação de capital e formação de crises. A "(...) absorção do excedente por meio da transformação urbana implica, entretanto, episódios repetidos de reestruturação urbana como 'destruição criadora'. Isso destaca a importância das crises como momentos de reestruturação urbana" (HARVEY, 2011, p. 137). Vejamos como isso funciona. O capital, para se realizar, necessita empregar uma quantidade de capital, força de trabalho e meios de produção em uma determinada área geográfica constituindo o espaço que possibilitou a acumulação em um

determinado momento da história, porém esse mesmo espaço, em etapas posteriores, pode tornar-se uma barreira ou empecilho para as novas condições de acumulação. Explicando,

(...) a fluidez e a velocidade são qualidades essenciais do fluxo de capital, mas agora encontramos uma categoria que facilita essa fluidez, embora ela mesma não seja fluida e sim fixa. Uma parte do capital tem de estar fixa para que o restante se mantenha em movimento (HARVEY, 2014c, p. 112).

A produção de espaço, ou melhor a urbanização como momento de superação das crises de sobreacumulação e constituição de um novo ciclo para a acumulação de capital, se baseia na contradição entre capital fixo e capital circulante. Entendemos como capital fixo, a parte do capital constante que passa de um período de rotação para o outro; e de capital circulante, todo o capital - constante ou variável - usado em um único período de rotação. Na verdade, o capital fixo, que é fixo, é determinado em relação ao tempo de rotação. Explicando: todos os elementos que transferem integralmente seu valor para a mercadoria em um único ciclo de rotação são considerados capital circulante (o trabalhador, a matéria-prima e a energia); as máquinas e as plantas industriais, por exemplo, podem ser usados em vários ciclos de rotação ou deixados para traz, e em cada tempo de rotação somente parte do valor é transferido para o produto final. Esses são chamados de capital fixo (HARVEY, 2014c). Todas as crises de acumulação vivenciadas na história do capitalismo são consequências diretas da contradição entre a fixidez e o movimento do capital. A grande questão é que o capital é fluido por natureza, ele precisa estar em movimento para se realizar, mas para o capital tornar-se circulante a fixidez é um elemento central. Esse é o grande desafio para o capitalismo, se reestruturar contínua e permanentemente ultrapassando todos os limites impostos para a sua acumulação, rompendo as barreiras criadas por parte do capital que é fixo, tornando-o novamente circulante e assim sucessivamente. Essa operação tem-se realizado por meio da produção de espaço, mais especificamente a partir da constituição de novas geografia urbanas (HARVEY, 2014c).

Toda essa reflexão elaborada por nós até agora está fundamentada na teoria do *ajuste espacial*³⁷ sistematizada por David Harvey em grande parte da sua obra, mas principalmente no livro *A Produção Capitalista do Espaço*. Essa proposição procura relacionar e integrar as teorias da produção do espaço nas leis gerais de acumulação de capital. Esse princípio, o ajuste espacial como solução à crise da acumulação, foi alvo de uma reflexão interessante elaborada por Ana Fani Alessandri Carlos, que questiona alguns pressupostos dessa teoria. A autora não nega essencialmente a hipótese do ajuste espacial, mas aponta alguns problemas de ordem teórica. Vamos a dois deles (que estão intrinsecamente relacionados). De acordo com a autora, a análise do Harvey i) restringe o conceito de espaço a noção de localização do capital fixo, e posiciona sua crítica na ideia de que o espaço, em relação aos processos mais globais do capitalismo, se comporta somente como infraestrutura para viabilizar a circulação de mercadorias; e ii) se funda muito mais na categoria de acumulação do que de reprodução³⁸ (CARLOS, 2011). Para entendermos as críticas da autora, é necessário compreender a lógica de funcionamento da teoria do ajuste espacial. Ela resulta, principalmente, na ideia de que uma paisagem física deve ser construída para facilitar a circulação e a acumulação de capital. Nesse contexto, a criação de um fixo está vinculado às demandas de realização da troca. Se, por algum motivo, ocorre uma falha na concretização do valor, o capital não se expande, emperrando o processo de acumulação (CARLOS, 2011), criando, potencialmente, um ambiente de crise. O espaço começa a ser percebido como um limitador para a expansão do capital, criando a necessidade de dinamizar a rotação do capital através da anulação do espaço pelo tempo. Assim, a forma que o capitalismo encontrou para absorver o capital excedente "(...) se daria por meio da abertura de novos canais e novos caminhos para a circulação do capital, o que apontaria o deslocamento espacial e temporal (CARLOS, 2011, p. 111). Em outro trecho, a autora afirma que o capital é circulante por natureza, e aponta para o fato de que "(...) toda forma de

³⁷ É importante lembrar que, de alguma forma, a fonte de inspiração para essa abordagem foi a tese lefebvriana de que cada modo de produção se realiza engendrando o seu próprio espaço, e consequentemente se reapropriando desse mesmo espaço, remodelando-o sucessivamente de acordo com os fins e necessidades de cada conjuntura histórica (LEFEBVRE, 1991).

³⁸ A "(...) noção de *acumulação* se funda na ideia de tempo do processo (isto é, produto da mobilidade crescente do capital necessária a valorização), a *reprodução* guarda o sentido de um processo que se renova como condição de sua própria sobrevivência, e em cada momento de forma superada" (CARLOS, 2011, p. 107). O grifo é nosso.

mobilidade geográfica do capital requer infraestruturas espaciais fixas e seguras para funcionar" (CARLOS, 2011, p. 105). Após esse raciocínio, podemos constatar que o espaço seria uma dimensão limitadora (e facilitadora) para a acumulação de capital. Em outras palavras, Harvey reconstrói a teoria da acumulação de Marx, determinando que a acumulação do capital e a resolutividade das crises do capitalismo depende de uma escala geográfica expansível. Ou seja, o investimento nos fixos - ambiente construído - teria a função de sustentar a circulação de capital e viabilizar a acumulação (HARVEY, 2005). Esse é o ponto central da crítica para Carlos. Harvey cria uma ruptura no ciclo do capital - produção, circulação e consumo - ao autonomizar a etapa da circulação ao mesmo tempo em que reduz o espaço a este momento específico do ciclo.

Produção, distribuição e consumo se articulam dialeticamente no sentido em que um se realiza no outro e através do outro, num movimento em que o capital vai assumindo várias formas determinadas. Tal movimento se realiza, em sua integralidade, como processo de valorização, pela passagem de uma fase a outra, e envolve como mediação a troca e o seu equivalente. É também preciso considerar que o processo não se esgota nestes movimentos, pois o ciclo pressupõe um reinício constante, o que revela que a produção é também reprodução (CARLOS, 2011, p. 109).

O ciclo do capital deve ser visto de forma processual e dinâmica. O capital, durante esse processo, desloca-se de uma etapa para outra, integrando e articulando a dimensão temporal e espacial dos movimentos do capital. A esfera temporal se expressa através da metamorfose que o capital sofre em cada fase; já no domínio do espaço, cada momento do ciclo apresenta um determinado espaço como condição para sua realização. O espaço produzido em cada fase do ciclo vai adotar características e propriedades condizentes com as demandas de cada ponto. Também é preciso incorporar a dimensão política desse processo. A jornada de trabalho, os salários, os incentivos fiscais, o crédito (CARLOS, 2011, p. 105) e a política de uso e conservação da natureza representam o movimento de transição da acumulação à reprodução como categoria central para o desvelamento do conteúdo espacial da realidade que nos cerca.

A partir disso e das reflexões e discussões que travamos ao longo desse trabalho, principalmente no que diz respeito aos processos de metropolização, nos

credenciamos para corroborar com as reflexões de Carlos no que diz respeito à superação das crises de acumulação do capitalismo. Para ela há mais dois campos importantes para esse processo:

(...) a urbanização como negócio, particularmente as transformações no espaço metropolitano como condição de realização do capital financeiro, e a instauração do cotidiano como possibilidade de ampliação do consumo, subsumindo todos os seus momentos ao mercado (CARLOS, 2011, p. 107).

A autora preenche uma lacuna na tese do ajuste espacial de David Harvey, contribuindo substancialmente para as reflexões acerca da produção do espaço como estratégia para a acumulação de capital, ou melhor, para a reprodutibilidade do capitalismo. Carlos não nega a essência da tese do Harvey, porém, amplia a capacidade dela de construir uma teoria espacial (crítica) sobre o capitalismo. Para nós, suas análises nos permitem elaborar uma "chave" para compreender as atuais estratégias de reprodução do capital que envolvem diretamente as novas conceituações/construções da natureza como mercadoria e suas possíveis reverberações nos modelos de apropriação, uso e conservação da natureza. Os atuais modelos de mercadificação da natureza - créditos ecológicos, mercados de carbono, ativos ambientais, privatizações, mercado de compensações ambientais, etc - assumem, na atual conjuntura, a função de solução espacial para as crises de acumulação. Isto é, são as novas estratégias espaciais do capital para absorver seus excedentes em um contexto de neoliberalização, e garantir sua continuidade temporal.

O desenvolvimento de mercados de commodities ecológicas não é nem acidental nem simplesmente uma consequência não intencional de outra forma bem-intencionada da legislação ambiental. Como Morgan M. Robertson colocou, a mercantilização e finaceirização dessas commodities é crucial "na criação e estabilização de novas áreas para a atividade capitalista" (SMITH, 2007, p. 05)³⁹.

Porém, a abordagem do ajuste espacial na perspectiva elaborada por David Harvey se revela insuficiente para tratar dessa questão. Propomos pensarmos um

³⁹ Tradução sob nossa responsabilidade do seguinte trecho do original: "The development of markets in ecological commodities is neither accidental nor simply an unintended consequence of otherwise well-meaning environmental legislation. As Morgan M. Robertson has put it, the marketization and banking of such commodities is crucial 'in creating and stabilizing new areas for capitalist activity'" (SMITH, 2007, p. 05).

pouco detidamente a respeito disso. Se levarmos em consideração somente a lógica dessa teoria, que refere-se à necessidade do capitalismo de conquistar novos espaço e de se expandir geograficamente para garantir o seu processo de acumulação, poderíamos afirmar que a produção da natureza como nova fronteira para a expansão do capitalismo teria o tratamento teórico adequado. No entanto, acreditamos que faltam algumas mediações entre a teoria do ajuste espacial do Harvey e a produção capitalista da natureza. A esse respeito, precisamos ressaltar dois pontos que nos ajudam a explicitar o ponto de vista adotado por nós. Em primeiro lugar, Harvey centra sua análise nas reconfigurações urbanas por meio da criação de novos fixos, que ele chama de ambiente construído. Portanto, não podemos equiparar em todas as situações o conceito de natureza a noção de ambiente construído. Em grande parte dos processos que estamos investigando, a natureza não chega a ser necessariamente alterada, mas ganha outros contornos, sentidos e significados ligados a lógica da mercadoria. Por exemplo, os projetos de valoração ambiental seguidos de parcerias público-privadas, prevêm a aquisição de recursos da iniciativa privada para a conservação de áreas naturais. A empresa ou corporação adota uma determinada paisagem da natureza e em troca usa esse símbolo nas suas peças publicitárias. Concluindo: não podemos reduzir o conceito de natureza ao de ambiente construído. O segundo ponto, e o mais importante, é que a tese de Harvey se ocupa muito mais dos fenômenos relacionados aos processos de acumulação do que dos de reprodução. Quando as elites econômicas, em conivência com o Estado, imprimem à cidade do Rio de Janeiro projetos de revitalização e/ou restauração urbana, alterando drasticamente várias áreas da cidade, derrubando, destruindo e removendo vários fixos (viadutos, favelas, etc), com o objetivo de instalar novos empreendimentos, elas visam construir uma (nova) paisagem geográfica que favoreça o mundo dos negócios e viabilize novos processos de acumulação - dinamizando o consumo e o comércio, ativando o mercado imobiliário, gerando trabalho, disponibilizando crédito para o consumo e, principalmente, para a compra de imóveis. Podemos perceber que esse processo está ancorado primordialmente no plano econômico. A natureza é uma dimensão própria e autônoma, com suas próprias ontologias, não podendo ser limitada e determinada por essa instância. Já foi demonstrado que ela foi, e ainda é, fonte de acumulação para o capitalismo. O que chamamos de

subsunção formal da natureza ao capital. Porém, os atuais processos de produção da natureza ampliam seu *status* e sua importância para a dinâmica atual do capitalismo. A natureza continua se subordinando ao capital, mas agora de forma real. E, nesse caso, para nossa análise ficar mais completa, precisamos fazer a transição do uso da natureza como fonte de acumulação para o uso da natureza como estratégia de reprodução das relações sociais de produção, porém sem negar o uso anterior.

Nossa reflexão sobre a produção da natureza sempre esteve atrelada à problemática urbana, e estamos, nesse capítulo, fazendo as últimas costuras teóricas associando-a aos processos de metropolização e a teoria do ajuste espacial. Como já tentamos deixar claro em outras passagens, a questão urbana não se restringe à cidade, e por isso nos impele a pensar sobre a constituição de uma sociedade urbana (em sua totalidade), no sentido do possível-impossível de Henri Lefebvre. O urbano assinala um processo mais amplo que envolve a produção de um cotidiano dominado pelo mundo da mercadoria. Esse processo estende para todo e qualquer lugar a lógica do valor, interferindo no cerne das relações sociais. Isso ocorre por que é no/e a partir do cotidiano que a sociedade se organiza - um cotidiano programado pelo mercado e pelo Estado - e se reproduz enquanto sociedade, porém, cada vez mais, se reproduz como resultado do mundo da mercadoria e na direção de uma sociedade urbana (CARLOS, 2011). A natureza é um elemento que pertence à vida cotidiana em todas as condições, pois as formas de acesso e uso desse bem pela sociedade vão determinar a qualidade, os sentidos e os significados da reprodutibilidade dessa sociedade em todos os níveis - biológico, social, cultural, político e econômico. A sociedade precisa consumir alimentos e água para suprir suas necessidades fisiológicas; a relação de cada sociedade com a natureza é mediada pelos significados e simbologias que cada cultura construiu historicamente em relação ao seu meio, e essa concepção colabora na reprodução desse grupo enquanto representante de uma determinada cultura; as decisões políticas interferem diretamente na forma de acesso, uso e conservação desse bem, direcionando os modelos de consumo, distribuição e descarte - de modo equitativo ou não - dos recursos ambientais, determinado a distribuição dos bônus e ônus do uso da natureza pelas diferentes classes sociais e grupos étnicos; e como consequência direta das decisões

políticas, a promoção em maior ou menor grau de uma desigualdade social e ambiental. A mercadificação da natureza, dos processos naturais e da própria gestão ambiental impõe novas representações na forma de acesso e uso da natureza pela sociedade, redefinindo as relações entre a sociedade e a natureza e, consequentemente, as relações sociais, imprimindo uma cultura mercantil baseada no consumo. No consumo da natureza, no consumo do espaço. Esse contexto marca um período onde a sociedade subjuga o uso e as condições sociais, políticas e naturais da vida social, moldando sua reprodução a partir do valor de troca como lógica dominante. Portanto, a natureza-mercadoria é uma nova estratégia do capitalismo para acumular capital e, principalmente, para reproduzir as relações sociais de produção.

Nós já vimos que à natureza atribuiu-se novos valores e sentidos no atual processo de mercadificação. A neoliberalização da natureza introduziu novas orientações para a formulação de políticas ambientais. Há, então, uma ressignificação da natureza pautada pela economia de mercado que condiciona a construção de novos modelos de uso e conservação da natureza. Podemos citar como exemplo as políticas ambientais baseadas na noção de economias de reparação, que funcionam no sentido de precificar

o lado negativo do crescimento, que trouxe à existência e aumentou o valor das commodities, como o carbono, os biocombustíveis e compensações de todos os tipos (seja da biodiversidade, das espécies ou do clima). A economia de reparação foi contrabandeada dentro do conceito de "sustentabilidade", mas sua lógica é clara: que o uso insustentável "aqui" pode ser reparado por práticas sustentáveis "lá", com uma natureza subordinada à outra. Uma vez que essa lógica de reparação é apreendida, para que uma nova interação possa ser discernida, valorando duplamente a natureza: para a sua utilização e para a sua reparação. Os danos causados pelo crescimento econômico que geram recursos insustentáveis, assim, cria a base para o crescimento de uma nova economia de reparação⁴⁰ (FAIRHEAD *et al*, 2012, p. 242).

⁴⁰ Tradução sob nossa responsabilidade do seguinte trecho do original: "the downside of growth, that have brought into being and enhanced the value of commodities such as carbon, biofuels and offsets of all kinds (whether biodiversity, species or climate). The economy of repair has been smuggled in within the rubric of 'sustainability', but its logic is clear: that unsustainable use 'here' can be repaired by sustainable practices 'there', with one nature subordinated to the other. Once this logic of repair is grasped, so a new interplay can be discerned which is doubly valuing nature: for its use and for its repair. The damage inflicted by economic growth generating unsustainable resource thus creates the basis for the new growth economy of repair" (FAIRHEAD *et al*, 2012, p. 242).

Um típico produto ecológico do mercado de reparação é o conhecido programa de sequestro de carbono. A retórica do programa consiste no esforço de amenizar o suposto aquecimento global através da comercialização de créditos de carbono no mercado financeiro. Podemos perceber que a criatividade dos agentes financeiros conseguiu transformar um bem comum, o "ar", em um produto passível de ser comprado e vendido no mercado. O programa funciona a partir da premissa liberal de que a livre iniciativa de indivíduos e empresas buscando tomar decisões que as beneficiasse da melhor forma possível geraria naturalmente progresso e crescimento econômico. A principal mercadoria é o CO₂, mas há outros gases que são passíveis de serem comercializáveis: o dióxido de enxofre, o óxido nitroso e outros. As instituições e empresas que conseguirem reduzir as suas emissões de gases poluentes (os níveis de redução são fixados por acordos, como o Protocolo de Kioto) ganharão créditos que podem ser vendidos no mercado financeiro a outras instituições que não conseguem (ou não querem) atingir as reduções compactuadas. Vamos dar um exemplo para compreender isso um pouco melhor. Se um fazendeiro possui uma área de floresta (geralmente nos países chamados subdesenvolvidos ou em desenvolvimento), ele pode ser pago para não desmatar sua vegetação, enquanto empresas poluidoras em áreas mais industrializadas podem adquirir os créditos de carbono, permitindo continuar emitindo gases poluentes (SMITH, 2007) em outra área do planeta. A política de crédito de carbono nos parece ser pouco eficaz na redução das emissões de CO₂, porém tem implicações na geopolítica e nas relações de poder entre os países, podendo criar limites ecológicos para o desenvolvimento de nações mais pobres, e, além disso, transfere o poder político de definir o modelo de conservação da natureza, e as formas de uso e acesso dos recursos ambientais dos seus territórios para ONGs, empresas e governos de outros países, perdendo a soberania sobre seus recursos, reforçando uma relação de caráter colonial entre as nações ricas e pobres a partir do recorte ambiental.

Soma-se a isso, a permanência de práticas de conservação mais tradicionais, como a demarcação de áreas protegidas. A delimitação de unidades de conservação continua sendo um dos principais modelos de proteção da natureza, mesmo com o enorme histórico de críticas decorrentes da remoção e expulsão de comunidades tradicionais e grupos étnicos que habitavam essas áreas. Porém, a

continuidade desse modelo de conservação explica-se pela sua apropriação em projetos capitalistas mais amplos. De início, e ainda muito superficial, podemos confirmar dois possíveis benefícios econômicos que historicamente as reservas da vida selvagem propiciam para a estrutura capitalista. A exclusão e a proibição de qualquer tipo de manuseio da natureza (caça, por exemplo) para essas comunidades, nega a esse grupo a capacidade de suprir as suas próprias necessidades, obrigando-as a separar-se dos seus meios de produção e, conseqüentemente, submeter-se ao regime de trabalho assalariado, fornecendo mão-de-obra barata e disponível para as iniciativas capitalistas. Na atual conjuntura, além dos fatores já citados, criar áreas de conservação tornou-se um grande negócio porque cria as condições básicas para a produção capitalista e possibilita a expansão do alcance da economia de mercado. Isso pode ser observado, principalmente, na transformação desses espaços como locais para o ecoturismo, depósito de material genético e serviços ambientais (KELLY, 2011). Essas práticas transformam lugares que anteriormente estavam protegidos das práticas capitalistas em mercadoria a serem consumidas em escalas cada vez mais ampliadas como no mercado global de *commodities* ambientais. Há todo um discurso de suprimir ou reprimir qualquer tipo de prática destrutiva à natureza, e, teoricamente, as áreas de conservação teriam esse objetivo. Porém, o que estamos observando é que esses espaços estão sendo alienados de toda e qualquer prática que não destine o uso do ambiente como um uso capitalista, um uso para a troca. Na verdade, as unidades de conservação se constituem em verdadeiros espaços de reserva de valor, para o uso e a valorização futura dos empreendimentos capitalistas (o uso pelo não uso). No Brasil estamos passando por um período de criação de leis e a alteração de marcos regulatórios que criam um ambiente favorável aos negócios, facilitando e beneficiando a produção capitalista da natureza. Por exemplo, a Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015⁴¹ altera o acesso e a repartição dos produtos derivados do patrimônio genético associado ao conhecimento tradicional a favor dos “setores farmacêutico, de cosméticos e do agronegócio (principalmente sementeiros), a ponto de ameaçar a biodiversidade,

⁴¹ A lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015, “dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade”. Citação extraída da página http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13123.htm, no dia 10/06/2015.

os conhecimentos tradicionais associados e programas estruturantes para a segurança e soberania alimentares” e “com a possibilidade inclusive de legalização da biopirataria” (CARTA CIRCULAR ABERTA, 2015⁴²). As principais questões levantadas pelas organizações contrárias a essa lei se referem ao acesso ao patrimônio genético e aos conhecimentos tradicionais. A lei

a) deixa de prever e inviabiliza a negativa de consentimento prévio dos povos e comunidades tradicionais; b) flexibiliza a comprovação do consentimento livre, prévio e informado, em detrimento da proteção de conhecimentos coletivos; c) dispensa o consentimento livre, prévio e informado, para o acesso ao patrimônio genético e conhecimento tradicional associado relacionado à alimentação e agricultura; e d) permite que empresas nacionais e internacionais acessem e explorem, sem controle e fiscalização, o patrimônio genético brasileiro e os conhecimentos tradicionais associados, permitindo, por exemplo, o acesso de empresas estrangeiras a bancos de sementes (CARTA CIRCULAR ABERTA, 2015).

Outro exemplo que também caminha na direção da privatização dos recursos ambientais brasileiros é a lei do novo Código Florestal (Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012), que dispõe sobre as novas regras de proteção da vegetação nativa. O texto da lei apresenta várias polêmicas, e uma delas diz respeito as modificações nos critérios de definição das Áreas de Preservação Permanente (APPs), tornando-os mais condescendente aos interesses privados e produtivos. Oliveira Jr. e Magri fizeram uma análise mais minuciosa da redação sobre as novas regras e perceberam que

as APPs passaram a ter seu regime de proteção submetido aos interesses das concessionárias das atividades de utilidade pública, mediante simples procedimento administrativo. A ausência de obstáculos para a instalação dos sistemas de utilidade pública nos locais considerados APP, terminou, finalmente, por transformar a excepcionalidade em padrão nos novos projetos de infraestrutura, em flagrante conflito com os objetivos do comando legal (OLIVEIRA JR. e MAGRI, sd. p. 06).

O novo Código Florestal dilatou significativamente, nas APPs, a possibilidade de supressão da vegetação pelo dispositivo expresso na lei dos serviços de utilidade

⁴² Carta circular aberta - Povos Indígenas, Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares Repudiam Projeto de Lei que Vende e Destroi a Biodiversidade Nacional. Brasília, 27 de fevereiro de 2015. Documento retirado da página: http://www.sbpcnet.com.br/site/arquivos/arquivo_407.pdf, acessado no dia 15/06/2015.

pública⁴³, além de eliminar a salvaguarda dada pela Medida Provisória nº 2.166-67 contra a utilização indiscriminada das APPs, que previa o dispositivo para a autorização de qualquer intervenção em áreas de APPs mediante a ausência de alternativas locais e técnicas à atividade proposta. Isso significa que, mesmo se houver outros locais que possam receber um determinado empreendimento, a lei permite que ele possa se realizar em uma APP, elevando precipuamente o potencial de degradação dessas áreas (OLIVEIRA JR. e MAGRI, sd).

Como nós já apontamos, cada vez mais as unidades de conservação em todo o mundo estão sendo destinadas para o ecoturismo, e o Brasil está seguindo essa mesma linha. O Brasil apresenta um enorme potencial de turismo ecológico, há uma enorme diversidade de biomas e ecossistemas, e há grande número de áreas protegidas. Por isso, pretende-se atrair cada vez mais turistas através de uma gestão econômica mais eficiente desses espaços. Nesse contexto, apontou-se as parcerias público-privadas (PPPs) como instrumento mais dinâmico e promissor para o financiamento e mecanismo de conservação da natureza (RODRIGUES E GODOY, 2013). A regulamentação e implementação das PPPs como modalidade da gestão pública vem sendo construída nos últimos 20 anos. O arcabouço legal que regulamenta e normatiza as PPPs se encontra na reforma administrativa gerencial realizada pelo governo Fernando Henrique Cardoso nos anos 1990; no documento do IBAMA, *Marco Conceitual e Diretrizes para terceirizações administrativas em unidades de conservação (1999)*; na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei de Licitações); na Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 (Lei das Concessões); no art. 33 da Lei 9.985, de 18 de julho de 2000 (SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza), que prevê a autorização para a exploração dos serviços obtidos a partir dos recursos naturais e/ou a exploração da imagem da unidade de conservação; no Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que regulamenta o artigo da lei anterior; e, desembocando na Lei 11.079, de 30 de dezembro de 2004 (Lei das Parcerias Público-Privadas-PPPs) (RODRIGUES E GODOY, 2013). O estímulo à criação das PPPs visa

⁴³ Serviços de utilidade pública são os que a Administração pública, por meio de concessões, permissões ou autorizações, transfere para que terceiros realizem serviços de caráter público. Ex.: os serviços de transporte coletivo, educação, energia elétrica, etc.

introduzir no setor público soluções para a conservação da natureza baseadas em mecanismos de mercado.

O discurso que o setor público apresenta para a sociedade, visando justificar as parcerias com o setor privado, gira em torno de argumento ligados a desoneração de gastos públicos e a desobrigação de atuar em determinadas atividades relacionadas, principalmente, à manutenção e aos serviços de apoio a visitação - serviços de limpeza, segurança, alimentação e hospedagem e lojas de *souvenirs*. Porém, há outras formas de participação do setor privado na conservação dos bens naturais. Esse segmento pode atuar na proteção e manejo da biodiversidade, na fiscalização e manutenção da infraestrutura, por exemplo (RODRIGUES E GODOY, 2013). Nesse caso, o setor privado atuaria numa função pública em que o Estado atribuiria na forma de concessões, autorizações e permissões, para que tais atividades possam ser realizadas por instituições privadas. Nesse quesito, o Brasil tem seguido a tendência dos parques nacionais africanos e tem estimulado que empresas privadas adotem áreas para a conservação da natureza. Temos alguns exemplos: a intenção de criar o Fundo Tijuca para arrecadar recursos do setor privado para a gestão ambiental do Parque da Tijuca (intenção de política de conservação que motivou nosso trabalho); o contrato entre a Funbio e as empresas MGX e OGX (Grupo EBX) para a adoção dos Parques Nacionais Marinhos de Fernando de Noronha (PE) e Lençóis Maranhenses (MA) (contrato prevê investimentos em estrutura, compra de bens e serviços de logística até 2018); e, em 2008, a mineradora Vale do Rio Doce adotou o Parque Estadual da Ilha Grande (a empresa irá investir durante cinco anos em recursos humanos, suprimentos e materiais para a operação do parque) (RODRIGUES E GODOY, 2013).

Além da apropriação do patrimônio genético dos recursos ambientais pela iniciativa privada e do turismo ecológico de mercado, há mais uma maneira de capitalizar a natureza e inseri-la no mundo da mercadoria como meio para sua conservação. Porém, isso tem funcionado muito mais como um novo veículo para a acumulação e a reprodução do capital, do que como práticas efetivas de conservação do ambiente. Os serviços ambientais são um novo ramo de negócios onde os processos naturais ou danos causados por algum empreendimento são valorizados pelo mercado. Esse é um mecanismo incentivado e usado por muitas

ONGs ambientais e sugerido por organismos multilaterais de financiamento a governos como forma de gestão para unidades de conservação, pois entendem que "(...) a degradação do meio ambiente resulta de uma brecha de mercado pela qual a alocação dos recursos se afasta de uma situação ótima" (ACSELRAD, 1995, p. 13), e, contraditoriamente essa falha de mercado tem que ser corrigida com mais mercado. Essa perspectiva influenciou um conjunto de medidas que vai "(...) desde a utilização de taxas e impostos corretivos das 'disfunções' do mercado na regulação do meio ambiente até avaliações monetárias de impactos ambientais e reformas verdes dos sistemas fiscais" (ACSELRAD, 1995, p. 13). Com a retórica de proteção da natureza, grupos ambientalistas e governos erguem os serviços ambientais como instrumento para arrecadar milhares, e até milhões de recursos destinados para a manutenção de áreas de conservação ambiental. O ciclo da água, a erosão dos solos, a dispersão de sementes, a fertilidade do solo, a estabilidade do clima e a cobertura vegetal são precificados e se tornam ativos financeiros no mercado de ações como qualquer outra *commoditie*. Porém, as *commodities* ambientais podem funcionar como medidas compensatórias de uma empresa ou indústria poluidora.

Por exemplo, a criação dos parques nacionais Campo Maun e Mban et Djerem no Camarões foi usada para compensar os efeitos ambientais do oleoduto Chade-Camarões ExxonMobil (Brockington *et al.* 2008, 3-4). Tais práticas de conservação desempenham um trabalho duplo no incentivo à acumulação capitalista. As ONGs fornecem não só benefícios ambientais ao certificarem empresas prejudiciais ao ambiente com o que Chapin (2004) chama de "símbolo da folha verde", mas também permitem que as empresas ambientalmente destrutivas continuem seus atuais modos de produção, poupando-lhes os enormes gastos que seriam necessários para compensar seus atos⁴⁴ (KELLY, 2011, p. 691).

Esse modelo de conservação da natureza tem uma dupla dimensão para as grandes corporações poluidoras: limpar seus atos ambientalmente destrutivos frente a opinião pública e permitir a continuidade da sua acumulação e a permanência dos seus modos de produção (KELLY, 2011).

⁴⁴ Tradução sob nossa responsabilidade do seguinte trecho do original: "For example, the creation of Campo Maun and Mban et Djerem National Parks in Cameroon was used to offset the environmental effects of the ExxonMobil Chad-Cameroon oil pipeline (Brockington *et al.* 2008, 3-4). Such conservation practices do double work for encouraging capitalist accumulation. Not only do environmental NGOs benefit from providing what Chapin (2004) labels a 'green fig-leaf' for environmentally harmful corporations, these conservation organizations allow environmentally destructive companies to continue their current modes of production, saving them the enormous expenses that would be required of them to clean up their acts" (KELLY, 2011, p. 691).

Podemos perceber até agora, que está surgindo e se disseminando amplamente em todo o mundo um novo ramo do pensamento econômico, que podemos chamar de uma economia política da natureza. Porém, preferimos chamar de economia política do espaço, como antecipamos no primeiro capítulo. O uso do termo natureza se justifica para ressaltar a atual conjuntura de apropriação e dominação da natureza pelo capital. Alice B. Kelly chama esses novos planos do capital para a natureza de "estratégias de conservação neoliberal"⁴⁵ (KELLY, 2011, p. 688), no sentido de que a natureza se insere na lógica de acumulação do livre mercado e, conseqüentemente, passou a ser o local e o meio para a reprodução das condições de produção do capital. No entanto, existe mais um elemento importante para agregar a essa discussão. Essas novas práticas e discursos de uso e reparação dos ecossistemas estão colocando a natureza à venda em todas as partes do mundo. Porém, não mais somente no sentido clássico do termo - na lógica da subordinação formal da natureza ao capital -, e sim em um sentido muito mais amplo, muito bem expresso por Smith: o "(...) capital não se contenta simplesmente em saquear a natureza disponível, mas se move cada vez mais na direção de produzir uma natureza inerentemente social como a base para novos setores de produção e acumulação"⁴⁶ (SMITH, 2008 *apud* FAIRHEAD *et al*, 2012, p. 243) - o que estamos chamando de subordinação real da natureza ao capital. Nesse contexto de neoliberalização da natureza, os recursos ambientais são privatizados, cercados, financeirizados, capitalizados, em suma, transformados em mercadorias em nome da sustentabilidade. E não é só a natureza que é mercadificada, mas os próprios mecanismos de gestão ambiental (FAIRHEAD *et al*, 2012). Essa proposição é a base do fenômeno nomeado de *green grabbing*.

O *green grabbing* caracteriza-se por novos modelos de controle e apropriação da natureza (como os apontados por nós em parágrafos acima) e dos seus recursos com objetivos de conservação ambiental. A apropriação implica sempre algum tipo de transferência de propriedade, de direitos de usos e/ou

⁴⁵ Tradução sob nossa responsabilidade do seguinte trecho do original: "neoliberal conservation strategies" (KELLY, 2011, p. 688).

⁴⁶ Tradução sob nossa responsabilidade do seguinte trecho do original: "(...) capital is no longer content simply to plunder an available nature, but rather increasingly moves to produce an inherently social nature as the basis of new sectors of production and accumulation" (SMITH, 2008 *apud* FAIRHEAD *et al*, 2012, p. 243).

controle sobre os recursos da natureza que antes eram propriedade pública e/ou estava sob o controle de populações tradicionais. Haja vista, esse fenômeno faz alguma referência a processos antigos de alienação de territórios por práticas coloniais (FAIRHEAD *et al*, 2012). Algo muito comum na América Latina, Ásia e África nos períodos da colonização e do imperialismo. Porém, não podemos definir o efeito *green grabbing* diretamente a partir disso, como também não podemos prescindir dessa referência histórica. A expropriação de terra é algo inerente ao *green grabbing*, e envolve sempre algum tipo de reformulação e revisão nas normas e leis sobre o acesso, uso e gestão dos recursos naturais, transformando as relações de trabalho, e principalmente, as relações sócio-ecológicas (FAIRHEAD *et al*, 2012).

O que há de novo nesse processo é que nem sempre essas expropriações se dão de forma violenta, como no exemplo do Programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma, no Pará. Esse programa visava se contrapor às experiências de plantações de palma de óleo para fins agroindustriais do sudeste asiático. Esses cultivos são vistos como o principal motivo da destruição das florestas, do aumento das emissões de CO₂ e da expulsão dos agricultores e comunidades tradicionais de seus territórios. A proposta brasileira é estimular a produção desse óleo nas áreas chamadas de degradadas, promovendo um cultivo, supostamente, sustentável. No entanto, o que foi observado no Pará, o incentivo ao cultivo da palma de óleo com financiamento e planejamento do governo federal (governo Lula) encareceu o preço da terra e possibilitou o avanço do agronegócio sobre as propriedades dos agricultores familiares. Nesse caso, o controle sobre o uso da terra fica nas mãos do agronegócio. Outro ponto importante, foi que os cultivos não se restringem às áreas degradadas, e incorporam áreas de florestas, aumentando o desmatamento. O agronegócio não precisou recorrer à violência, como em momentos anteriores (isso não significa que nesse exemplo a violência estivesse totalmente ausente), pois o desenvolvimento das suas iniciativas estava ancorado em critérios produtivos supostamente sustentáveis, legitimando e justificando suas práticas frente à opinião da sociedade (BACKHOUSE, 2013).

Outra novidade relacionada aos processos do *green grabbing* é que nem sempre as expropriações pressupõem a propriedade privada como base para a reprodução do capital. No caso das unidades de conservação, a propriedade é

pública e gerida pelo Estado. A delimitação dessas áreas de proteção da natureza não tem o mesmo sentido dos cercamentos na Inglaterra pré-Revolução Industrial ou na dissolução das áreas comuns para a produção de cana-de-açúcar no Brasil colonial. O objetivo desse modelo de conservação é retirar esses espaços do mercado para possíveis usos e valorizações futuras. Em outro sentido, essas áreas protegidas podem fornecer às empresas e organizações privadas benefícios e lucros ao utilizarem o espaço público. Isso se dá através de concessões, autorizações e permissões do poder público, ou PPPs, consentindo a operação da iniciativa privada em áreas de proteção da natureza, geralmente para viabilizar a indústria de turismo, a apropriação e privatização dos recursos genéticos, direitos de fotografias e etc (KELLY, 2011).

A partir de agora, delinearemos as dinâmicas de reconfiguração do controle e do acesso aos recursos naturais pelo *green grabbing*, tendo como referência o conceito de acumulação primitiva. Para Marx a acumulação primitiva se refere a um momento anterior à acumulação capitalista, corresponde à pré-história do capital. É um tipo de acumulação que não decorre diretamente da acumulação capitalista, mas a prescinde, é o seu ponto de partida. O argumento do Marx é sustentado a partir da ideia de que os meios de produção, o dinheiro e as mercadorias não são capital em si mesmo, e, por isso, precisaram de certas circunstâncias históricas para que essa transformação acontecesse. A condição primordial para que o capital se realize depende da separação absoluta dos trabalhadores dos meios de produção pelos quais eles realizam o seu trabalho. Um dos mecanismos históricos que marcaram esse movimento foi a expropriação violenta e sangrenta dos trabalhadores de suas condições de produção, como a expulsão de suas terras e ou propriedades (MARX, 2006). Esse movimento produziu as condições básicas para a acumulação capitalista: constituiu a propriedade privada, o trabalhador e o capitalista e criou o trabalho assalariado. Porém, um conjunto de autores, incluindo o próprio Harvey, tem apontado posição contrária a Marx, pelo menos em parte, sobre seu conceito de acumulação primitiva. Eles não negam a acumulação primitiva em si, mas destacam que ela não se restringe à gênese do capitalismo. Harvey nos esclarece esse ponto: "(...) Marx tende a relegar os processos de acumulação primitiva à pré-história do capitalismo. Uma vez acabada essa pré-história, entra em cena a 'coerção

silenciosa das relações econômicas" (HARVEY, 2013, p. 291), baseadas no fetichismo da mercadoria e nas ilusões de liberdade e igualdade do capitalismo. Harvey procura demonstrar que os processos indicados por Marx que caracterizam o movimento de acumulação primitiva são permanentes e não restritos a um momento da história.

(...) A mercadificação e a privatização da terra e a expulsão violenta de populações camponesas; a conversão de várias formas de direitos de propriedade (comum, coletiva, do Estado etc.) em direitos exclusivos de propriedade privada; a supressão dos direitos dos camponeses às terras comuns [partilhadas]; a mercadificação da força de trabalho; a supressão de formas alternativas (autóctones) de produção e de consumo; processos coloniais, neocoloniais e imperiais; e a usura, a dívida nacional e em última análise o sistema de crédito como meios radicais de acumulação primitiva. O estado, com seu monopólio da violência e suas definições de legalidade, tem papel crucial no apoio e na promoção desses processos (...) (HARVEY, 2004b).

Todos esses processos, que marcaram a pré-história do capitalismo, foram também determinantes na sua geografia histórica até os dias de hoje. Por isso, Harvey defende a ideia da acumulação primitiva ser algo permanente e contínuo para a sobrevivência do capitalismo. Sua tese centra-se no argumento de Rosa Luxemburgo de que o capitalismo está baseado em duas formas de exploração. Para ela, há uma intrínseca conexão e articulação entre o capitalismo e outros modos de exploração e acumulação. O desenvolvimento, a expansão e a consolidação do capitalismo não teria tido êxito se não houvesse essa relação entre a acumulação primitiva de um lado, e a reprodução ampliada do capital de outro (HARVEY, 2004b e 2013). Harvey procurar ressaltar que as dinâmicas e processos, que Marx denominou de acumulação primitiva, são estratégias permanentes e contínuas de acumulação e reprodução do capital. Como o termo primitiva se refere a um fenômeno datado historicamente, o autor promoveu um renovação conceitual e denominou os processos de acumulação primitiva permanente de "acumulação por espoliação" (HARVEY, 2004b) ou "acumulação por despossessão" (HARVEY, 2013)⁴⁷. Dito isso, é necessário compreender as diferentes funções que a acumulação primitiva e a acumulação por espoliação proporcionaram para o desenvolvimento do capitalismo. Para isso, recorremos a

⁴⁷ As duas expressões apresentam o mesmo sentido. A diferença se dá por opções de tradução. Optamos por usar somente o termo acumulação por espoliação.

Carlos Brandão no artigo *Acumulação Primitiva Permanente e Desenvolvimento Capitalista no Brasil Contemporâneo*. Ao referir-se respectivamente a acumulação primitiva e a acumulação por espoliação:

a primeira teria desempenhado o papel de descortinar horizontes, fronteiras e arenas para a acumulação, disponibilizando terreno renovado ao processo de autovalorização permanente de capital, desbravando novos *loci* de rentabilidade. Já a segunda, cumpriria a função de expropriação de espaços existentes, predando-os (devastando e desvalorizando ativos, nichos de mercado, patrimônios etc) para engendrar oportunidades lucrativas capazes de absorver excedentes de capitais não empregados (BRANDÃO, 2010, p. 46).

Em um contexto de crises sistemáticas de sobreacumulação que se arrastam desde 1970, essa teorização apresenta um profundo potencial analítico e explicativo. A acumulação por espoliação arquiteta novas estratégias para a absorção do capital excedente para a superação das crises. Grande parte dessas novas estratégias tem na produção do espaço o elemento central na reestruturação dos novos ciclos de acumulação e de reprodução. Nesse contexto, por exemplo, a base constitutiva das dinâmicas que envolvem o *green grabbing* se fundamentam no conceito de acumulação por espoliação. Para compreender essa relação, precisamos

entender como o *green grabbing* se desenvolve em lugares específicos, então, devemos nos atentar para a natureza da nova política econômica e dos discursos acerca da natureza, e como eles alcançam em nível regional ou local histórias específicas do meio ambiente, usos do solo, governança e relações agrárias. Central a estas histórias é a variedade de conceitos iniciais e formas de territorialização do passado que os condicionam e os seus defensores foram capazes de justificar e ordenar, se por questões ambientais ou econômicas. Por conseguinte, a criação colonial de reservas e parques na África, a implementação de plantações e reservas madeireiras no Sudeste Asiático, e a série de dramáticas barreiras que afetaram a história rural na América do Sul, têm todos, de diferentes formas, envolvido a remoção de habitantes nativos, ou drasticamente encurtado suas terras, direitos e práticas de uso de recursos, em proveito de um crescimento nacional ou global. (WEST *et al*, 2006 e BROCKINGTON *et al*, 2008 *apud* FAIRHEAD *et al*, 2012, p. 248 e 249)⁴⁸.

⁴⁸ Tradução sob nossa responsabilidade do seguinte trecho do original: "understand how green grabbing unfolds in particular places, then, we must attend to both the nature of new political economies and discourses around nature, and how they play into regionally or locally specific histories of environments, land use, governance and agrarian relations. Central to these histories is the array of prior enclosures and forms of territorialization that states and their supporters were able to justify and enact, whether on environmental or economic grounds, in the past. Thus the colonial creation of forest reserves and parks in Africa, the construction of state-sponsored plantations and timber reserves in Southeast Asia, and the series of dramatic enclosures that have affected South America's rural history have all, in different ways, involved removing local

Podemos perceber que os efeitos do *green grabbing* provocam uma reconfiguração das relações sociais e uma nova ordenação nas relações de propriedade. A prática de conservação de áreas naturais trabalha em dois sentidos: i) a exclusão das comunidades locais do espaço delimitado para a preservação, impedindo qualquer tipo de contato dessas populações com seu antigo entorno, obrigando-as a se inserirem no mercado de trabalho assalariado, ou cumprindo a função de exército industrial de reserva; e/ou, ii) transforma completamente a relação dessas pessoas com o seu ambiente, sem excluí-las ou removê-las de seus espaços de vida, porém, há novas regras de acesso aos recursos ambientais, e essas comunidades são forçadas a aderirem a novas sociabilidades políticas, principalmente relacionadas ao ecoturismo. Nesse caso, o uso do ambiente com o objetivo de atender às demandas do turismo ecológico, acarreta na expansão da economia de mercado para espaços antes destinados a outros usos, revelando novas possibilidades de empreendimentos locais e novas perspectivas econômicas para essa população. Podemos citar, como exemplo: formação de pequenas pousadas e áreas de *camping*, guias turísticos, etc. Eles são literalmente empurrados de uma economia de subsistência para uma economia de mercado. Isto posto, concluímos que estas estratégias de conservação se mostram altamente excludentes (conservação neoliberal), pois transformam a natureza em *commodities* e o nativo em trabalhador assalariado (KELLY, 2011) ou pequeno empreendedor. Essas novas práticas de conservação da natureza representam novas estratégias de acumulação por espoliação, pois permitem compreender os novos mecanismos econômicos e políticos pelos quais o capitalismo produz as condições para a sua própria reprodução, criando as condições para a produção capitalista e permitindo a um distinto grupo lucrar com a conservação da natureza.

Portanto, e para finalizar o capítulo apresentando a problemática a ser trabalhada *a posteriori*, a reflexão sobre os processos de mercadificação da natureza que estamos tentando empreender ao longo de toda a dissertação, apresenta algumas situações que ainda precisam ser discutidas. A mais importante delas é o funcionamento dos mercados ditos verdes e a forma e a sustentação para

inhabitants, or drastically curtailing their land and resource use rights and practices, in the interests of a greater national or global good" (WEST *et al*, 2006 e BROCKINGTON *et al*, 2008 *apud* FAIRHEAD *et al*, 2012, p. 248 e 249).

os cálculos que embasam a valoração da natureza como uma *commoditie*. Apresentamos como pressuposto que esses mercados funcionam baseados em modelos econômicos meramente especulativos, e há um descolamento da economia verde de qualquer realidade a qual possa se referir. Mas esse é assunto para o próximo capítulo.

(...)
Não se pode comprar o vento
Não se pode comprar o sol
Não se pode comprar a chuva
Não se pode comprar o calor
Não se pode comprar as nuvens
Não se pode comprar as cores
Não se pode comprar minha alegria
Não se pode comprar minhas dores
Você não pode comprar o sol...
Você não pode comprar chuva
(...)
(Vamos caminhando)
No pranto e na dor
(Vamos desenhando o caminho)
Não pode comprar a minha vida
(Vamos caminhando)
A terra não se vende
(...)

Calle 13, *Latinoamérica*

4.

Da obra ao produto: a captura da natureza como condição para a (re)produção do capital

No seu consagrado livro, *A natureza do Espaço*, Milton Santos concebe o conceito de espaço como sendo um conjunto indissociável e contraditório de sistema de objetos e sistemas de ações. Ulteriormente - tendo como referência essa definição de espaço - faz uma pequena distinção entre coisas e objetos. As coisas seriam engendradas pelas forças da natureza e os objetos produtos do trabalho humano. Destarte ao longo da história, as coisas, elaborações naturais, tendem a ser trocadas por objetos, criações humanas. Esse processo deriva das interações e intenções da sociedade com a natureza, transformando-a em um sistema de objetos e não mais de coisas. Na verdade, o autor conclui, que o próprio movimento ambientalista, contraditoriamente, termina o movimento de desnaturalização da natureza, dando a ela um valor (SANTOS, 1996). O primeiro ponto a ser destacado a partir da contribuição de Milton Santos é que a transformação de coisa para objeto é muito mais relativa do que absoluta, no sentido que depende muito mais das intencionalidades da ação humana, do que sobre possíveis alterações nas características originais da coisa. Explicando: não é necessário que uma floresta seja substituída por uma plantação de soja, ou um edifício ultramoderno para se tornar um objeto, para tal basta, por exemplo, que destinemos uma parcela de vegetação para a preservação que a “coisa” deixa de ser “coisa” para se tornar objeto. Isso significa que, de alguma forma, o que ainda chamamos de natureza no mundo - uma "natureza natural" - já foi objetificada pela humanidade. Esse processo vai desde o simples ato de dar um nome científico para uma nova espécie descoberta, até a substituição de uma mata para a construção de um condomínio de luxo. A segunda questão, mais relevante para as reflexões que estamos empreendendo nesse trabalho, está relacionada aos novos sistemas de valores e significações que definem a natureza nos dias de hoje. A produção da natureza ganhou novos contornos a partir da subordinação real da natureza ao capital, passando a integrar-se plenamente nos circuitos de

valorização do capital e na lógica da racionalidade econômica. Mais especificamente: a natureza foi valorizada pelos signos monetários, ela foi precificada. Isso significa pensar em uma teoria do valor capaz de incorporar (ou não) nos seus pressupostos o valor da natureza e os custos pela degradação ambiental. Porém, nos debruçaremos sobre essa questão um pouco mais a frente.

Henri Lefebvre, no livro *A Produção do Espaço*, promove uma reflexão importante sobre a relação entre obra e produto que nos será muito útil no encaminhamento que estamos pretendendo para esse capítulo. Para ele

(...) a *obra* tem algo de insubstituível e de único, enquanto o *produto* pode se repetir e resulta de gestos e atos repetitivos. A natureza cria e não produz, ela oferece recursos a uma atividade criadora e produtiva do homem social; mas ela fornece *valores de uso* e todo valor de uso (todo produto enquanto ele não é trocável) retorna a natureza ou assume a função de bem natural (LEFEBVRE, 1991, p. 70)⁴⁹

Em um primeiro momento, sob uma perspectiva dicotomizante, podemos fazer uma associação direta sendo a obra como equivalente à natureza, e a noção de produto como resultado das ações humanas. Porém, essa relação não é tão simples e segmentada assim. A correspondência direta da ideia de obra com a natureza só pode ser imaginada em um contexto próximo ao que existiu nos primórdios da humanidade, no momento em que o homem surge na Terra e a natureza tinha somente a função de oferecer tudo que fosse útil para a sobrevivência de seus habitantes. Nesse caso, natureza é obra e obra é natureza. A partir do momento em que a história da natureza se transforma em uma natureza histórica, a natureza é sistematicamente e sucessivamente ressignificada e instrumentalizada pela racionalidade econômico-mercantil do mundo moderno, se tornando assim um produto em detrimento da obra. Outro ponto importante a ser ressaltado, é que os objetos derivados das ações humanas não podem ser associados somente à ideia de produto. As criações humanas são tanto obra como produto, isto é, "(...) a prática social cria obras e produz coisas. Nos dois casos, necessita-se de trabalho,

⁴⁹ Tradução sob nossa responsabilidade do seguinte trecho do original: "(...) a *work* has something irreplaceable and unique about it, a *product* can be reproduced exactly, and is in fact the result of repetitive acts and gestures. Nature creates and does not produce; it provides resources for a creative and productive activity on the part of social humanity; but it supplies only *use value*, and every use value - that is to say, any product inasmuch as it is not exchangeable - either returns to nature or serves as a natural good" (LEFEBVRE, 1991, p. 70).

mas no que se refere à obra, o papel do trabalho (e do criador enquanto trabalhador) parece secundário, pois ele domina a fabricação de produtos" (LEFEBVRE, 1991, p. 71)⁵⁰. Nesse ponto, é necessário marcar a diferença entre a obra da natureza e a obra do homem. O que distingue uma da outra é o trabalho. A natureza não trabalha, assim não há intencionalidades nas suas criações. Como nos diz Lefebvre, "a flor não sabe que é flor. Nem a morte que morre" (LEFEBVRE, 1991, p. 70)⁵¹. O trabalho, em um sentido marxista, é concebido como a essência do homem, ou seja, "(...) como trabalho criador que implica ao homem reconhecer-se em seus produtos, em sua própria atividade e nas relações que contrai com os demais" (VÁZQUEZ, 2007, p. 402). Podemos fazer um paralelo entre essa concepção de trabalho e a ideia de obra de Henri Lefebvre. Na verdade, a obra é decorrência desse sentido de trabalho. Um trabalho que se apresenta como um elemento estruturante e estruturador da existência do homem enquanto um ser social, histórico, livre e desejante; como uma atividade que permite ao homem criar de forma livre e autônoma, com um relativo controle do seu processo produtivo, onde seus impulsos ideológicos, estéticos, éticos e eróticos são referência e fonte de inspiração para as suas criações. Os artefatos e espaços criados com essa intencionalidade são relativos ao uso, à satisfação pessoal e ao prestígio político do grupo ou classe social a qual pertence o criador. Nesse caso, os espaços produzidos com o sentido de obra estão condicionados à lógica do uso e do valor de uso, não tendo obrigação de serem destinados para a troca e para o comércio.

Porém, o trabalho nas condições particulares do capitalismo apresenta uma outra característica. A realidade histórica e social comandada pelo capital força o trabalho a se realizar como seu negativo (VÁZQUEZ, 2007). A sua

(...) existência real, concreta, do homem, é justamente o trabalho alienado. Mas como o trabalho é a essência do homem, essa essência só se realiza como essência alienada ou negada nas relações concretas reais que os homens mantêm com seus

⁵⁰ Tradução sob nossa responsabilidade do seguinte trecho do original: "(...) social practice, creates works and produces things. In either case labour is called for, but in the case of works the part played by labour (and by the creator *qua* labourer) seems secondary, whereas in the manufacture of products it predominates" (LEFEBVRE, 1991, p. 71).

⁵¹ Tradução sob nossa responsabilidade do seguinte trecho do original: "(...) a flower does not know that it is a flower any more than death knows upon whom it is visited" (LEFEBVRE, 1991, p. 70).

produtos, com sua própria atividade e com os outros homens (os não-trabalhadores) na produção (MARX *apud* VÁZQUEZ, 2007, p. 401).

O trabalho (alienado) sob o capitalismo transforma o homem real em um homem sem essência, já que suas práticas negam a sua existência, criando uma situação de contradição da relação da sua essência com a sua existência (VÁZQUEZ, 2007). No entanto, mesmo nessa existência supostamente alienada, o homem, a partir do trabalho, transforma e produz uma nova realidade. Todavia, essa produção está orientada e determinada pelo dinheiro, pela troca e pelo mercado, por isso que o trabalho do homem sob essa lógica perde autonomia e liberdade frente aos produtos e objetos da sua criação. O espaço, também produto desse trabalho (alienado), se apresenta para seus produtores e para o restante da sociedade como artificial, repetitivo e homogêneo. Esse quadro justifica-se tendo em conta a transformação do espaço em mercadoria, e como todo objeto vendável precisa ser produzido com o objetivo de angariar lucros. Nesse sentido, o espaço-produto é produzido como um local de estranhamento para o seu produtor e para o restante da sociedade. Ao mesmo tempo em que esse espaço se desumaniza, os sentimentos de pertencimento, afeição e identidade foram sendo suplantados pela generalização do valor de troca.

O desenvolvimento do capitalismo foi um longo e doloroso processo de transformações na forma que os homens se relacionam entre si, e na maneira com que se relacionam com a natureza. Esse movimento é marcado pela expansão do mundo da mercadoria e pela lógica do valor, que se deu a partir da industrialização, promovendo a transição de um espaço produzido como obra para um espaço produzido como produto. Lefebvre explicita essa dinâmica tendo como centralidade a produção das cidades. No início do capitalismo, as cidades estavam vinculadas mais ao valor de uso (obra) do que ao valor de troca (produto). As cidades eram o centro político, cultural e social dos cidadãos, produzidas para o uso e não para o comércio. Com a emergência da indústria, esse caráter da cidade é corrompido pelo valor de troca, destinando o uso da cidade e de seus objetos para a acumulação de riquezas (LEFEBVRE, 2001). No entanto, não há uma oposição absoluta entre os dois termos, obra e produto se encontram em permanente tensão dialética. Não há espaço produzido pelo homem, no capitalismo, que não seja simultaneamente obra e produto: é criação e produção;

natureza e trabalho; natureza e cultura; diferente e repetitivo; festa e labor; e, com maior destaque, valor de uso e valor de troca (LEFEBVRE, 1991). No atual estágio do capitalismo, chegamos ao extremo dessa contradição. A lógica do valor de troca se impõe para todas as dimensões e esferas da vida, se tornando autônoma (sempre relativamente) em relação ao valor de uso. Em outras palavras, há o domínio da lógica do valor, do valor de troca sobre o valor de uso. Porém, o valor de uso não perde o seu sentido original de dar utilidade para um determinado bem a ser usado ou comercializado. Mesmo se o único destino desse bem for o uso como valor de troca. Nesse processo o produto incorpora, domina e determina a obra.

As novas estratégias de apropriação e uso da natureza pelo mercado se apresentam no contexto do cenário exposto acima. A natureza-mercadoria no capitalismo neoliberal não se restringe à exploração dos seus recursos para a produção das quinquilharias industriais (subordinação formal da natureza ao capital), mas para além disso, incorpora novas formas de produção da natureza para a acumulação e a reprodução do capital (subordinação real da natureza ao capital). O uso da natureza como bem comum, a partir dos sentidos e significados construídos pelas diferentes culturas, na relação que estabeleceram com seu ambiente, fica subsumido pelos interesses do capital e pela racionalidade mercantil. Agora, estamos observando o processo de reintegração da natureza na esfera econômica, que se expressa na tradução monetária dos potenciais ecológicos (ecoturismo, mercado de ativos ambientais, etc) e dos custos de conservação e recuperação da natureza (LEFF, 2001). A natureza-mercadoria se tornou uma nova fonte de lucro, local e meio para a acumulação e reprodução do capital. Porém, essa situação nos coloca alguns impasses teóricos e práticos. Então, vamos até eles. De acordo como Karl Marx,

a produção capitalista não é apenas produção de mercadorias, ela é essencialmente produção de mais-valia. O trabalhador não produz para si, mas para o capital. Por isso, não é mais suficiente que ele apenas produza. Ele tem de produzir mais-valia. Só é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista, servindo assim à auto-expansão do capital (MARX, 2006, 578).

A produção capitalista da natureza também promove a valorização do capital e permite sua auto-expansão, produzindo valor e lucro para os empreendedores

ecológicos; entretanto, tem um elemento significativo que fica oculto nesse processo: o trabalho (SMITH, 2007). Esse é o ponto central para a continuidade da nossa discussão. Ao refletirmos acerca dos processos de capitalização da natureza faz-se mister levar em consideração o caráter místico e misterioso do fetiche da mercadoria. A natureza por si só não pode produzir valor e nem mais-valor e, conseqüentemente sua valorização e mercadificação não produz (diretamente) o lucro do capitalista. Para a crítica da economia política, o único modo de produzir valor e mais-valor é a partir do trabalho. O trabalho (medido a partir do tempo de trabalho socialmente necessário) produz uma quantidade de valor compatível com o seu salário (quantidade de horas trabalhadas equivalentes a sua reprodução enquanto força de trabalho), como também produz o mais-valor necessário para a reprodução do capitalista (quantidade de horas de trabalho excedente que é o equivalente ao lucro do capitalista). Esse movimento de produção do valor e do mais-valor é uma particularidade das relações de trabalho no modo de produção capitalista, onde a força de trabalho é comprada e vendida como qualquer mercadoria (via salário); todavia, configura-se como a única mercadoria que tem no seu valor de uso a capacidade de produzir valor e mais-valor. Nesse caso, a valorização do capital no processo de capitalização da natureza precisa ter uma referência no mundo concreto e real do trabalho e no setor produtivo. Dentro desse contexto, cabe apresentar rapidamente como funciona o chamado mercado verde. Tomaremos como exemplo as práticas de uso e conservação da natureza vinculadas à criação dos serviços ambientais.

O mercado verde ou ecológico apresenta como principal produto a conservação ou a recuperação de um determinado recurso (uma floresta, por exemplo), sendo que o valor dessa mercadoria se encontra no fato de que esse recurso não pode ser consumido produtivamente. O movimento de valorização desse ecossistema produz uma mercadoria verde e, como consequência, essa mercadoria se torna escassa, ou seja, as áreas destinadas à conservação e/ou recuperação se tornam bens raros para os investimentos. Isso posto, o mais-valor é extraído de três possibilidades: i) do trabalho morto contido no trabalho de recuperação da área degradada; ii) nas atividades pretéritas que destruíram inicialmente esse recurso (SMITH, 2007); e, iii) nos seus potenciais usos futuros. Em todos os casos, produz-se um crédito ecológico para ser comercializado no

mercado financeiro, porém esse lastro entre o valor da nova área conservada e o trabalho que supostamente lhe deu origem é meramente simbólico, a equivalência entre o valor e o trabalho, nesse caso, é tênue e frágil. Podemos afirmar, independente das características ecológicas do local, que o valor de uso principal dessa área conservada ou recuperada é a possibilidade de arrolar e acarretar mais valor de troca frente as novas condições de escassez (SMITH, 2007) criadas pela entrada da natureza nos circuitos de valorização do capital. Em boa parte dos negócios verdes, a partir da conservação ou recuperação do ambiente produz-se uma quantidade de novos ativos ecológicos que manifestam-se na forma de créditos de carbono. Então, cada ecossistema do mundo e cada espécie (animal e vegetal) apresenta como equivalente uma quantidade de carbono contida em si. Assim, os objetos da natureza apresentam um caráter concreto, expresso na diversidade ecossistêmica, bem como um caráter abstrato, que é medido pela quantidade de carbono retida em cada bem natural. Podemos, a partir do que foi colocado até agora, fazer um pequeno paralelo na forma com que Marx desenvolve o suporte concreto e empírico para sua teoria do valor a partir das categorias de trabalho concreto e trabalho abstrato. O trabalho concreto e o trabalho abstrato representam o duplo caráter do trabalho representado nas mercadorias. O trabalho concreto (qualitativo) se expressa na enorme heterogeneidade de trabalhos existentes: alfaiataria, sapataria, agricultura, etc, e sua especificidade se traduz na produção de objetos físicos e úteis para a sociedade, ou seja, produz valores de uso. A grande questão, de caráter metodológico, que surge para Marx, é como realizar a troca de mercadorias com trabalhos úteis qualitativamente diferentes (MARX, 2003). Para resolver esse impasse teórico, Marx desvia sua atenção para analisar as propriedades universais do trabalho útil, e reconhece que o trabalho útil é condição para a existência humana em qualquer período histórico, e se estrutura na troca metabólica entre o homem e a natureza, nesse caso, os valores de uso são os eixos de ligação entre o trabalho e a matéria natural. Essa observação fez Marx reconhecer que o ato de produzir não se restringe somente aos aspectos sociais e políticos da ação humana, mas tem que estar condizente e coerente com as leis da natureza. Nesse sentido, o trabalho concreto, produtor de objetos qualitativamente distintos, é simultaneamente dispêndio de energia (cérebro, músculos, etc), ou seja, tempo de

trabalho socialmente necessário para a produção do trabalho útil. Esse mecanismo permite que objetos qualitativamente distintos possam ser submetidos à troca, pois o valor de cada objeto produzido é medido pela quantidade de trabalho médio socialmente necessário (MARX *apud* HARVEY, 2013). A natureza-mercadoria também apresenta um tipo de abstração e redução para tornar-se cambiável. Com o intuito de possibilitar a permuta entre os diferentes ecossistemas e seres vivos, a natureza é reduzida a uma única medida de valor, expressa na quantidade de carbono retida em cada elemento da natureza. Esse processo transforma partes qualitativamente distintas da natureza em equivalentes, permitindo o funcionamento do mercado ambiental a partir das políticas de mitigação do clima e/ou de compensação ambiental.

Esse modelo de conservação da natureza está estruturado no paradigma econômico neoclássico, centrado no princípio da internalização dos custos ambientais. Ambientalistas, acadêmicos, ONGs e planejadores públicos constroem as políticas ambientais baseadas na noção de externalidade - "(...) relação social entre os homens estabelecida por meio das coisas" (ACSELRAD, 1995, p. 24) -, que é

(...) considerada um fenômeno extraeconômico que deve ser introduzido no paradigma econômico. "Internalizar" é, portanto, um meio de tratar a relação social entre os homens como uma relação social entre homens e coisas - transvestir um problema de poder em um problema de eficiência alocativa (ACSELRAD, 1995, p. 24).

Nesse sentido, a dinâmica do mercado apresenta falhas relacionadas às estratégias de uso do espaço que sobreutilizam os recursos ambientais e a sua capacidade de absorver os refugos do desenvolvimento (ACSELRAD, 1995). Essa linha de pensamento compreende que essa imperfeição do funcionamento do mercado produz um efeito danoso ao ambiente (uma dimensão não econômica), e que para resolver tal defeito a solução é inserir tal fator externo no mercado. Por isso, essa perspectiva teórica imprime medidas de proteção da natureza baseadas na valoração econômica dos chamados bens e serviços ambientais, ampliando os mecanismos de mercado para a conservação do ambiente. O que chamamos no segundo capítulo de *green grabbing*. Dentro desse contexto, e corroborando com a posição do economista mexicano Enrique Leff, partimos do pressuposto de que

"não existe um instrumento econômico, ecológico ou tecnológico capaz de calcular o 'valor real' da natureza na economia" (LEFF, 2001, p. 65). O primeiro ponto que sustenta essa afirmação está no descompasso existente entre as diferentes temporalidades da natureza e os ciclos econômicos. A resiliência, a recuperação e a produtividade dos diferentes ecossistemas não estão em sincronia com os imperativos do mercado de busca de lucro ilimitado. Outro ponto importante, é que a valoração dos recursos ambientais depende de fatores que ocorrem fora da esfera do mercado e que não podem traduzir-se e nem reduzir-se em valores monetários e preços de mercado (LEFF, 2001). O valor atribuído a cada recurso foi decidido em esferas e escalas onde o cidadão comum e os diferentes povos que historicamente vivem pela/a partir do uso da natureza (indígenas, ribeirinhos, quilombolas, etc) não apresentam nenhum tipo de governança ou ingerência política. Os grandes atores hegemônicos: ONGs ambientais internacionais, grandes corporações, as instituições financeiras, governos, etc, transformam os bens naturais desses povos em ativos ambientais para serem comercializados nas bolsas de valores de todo o mundo, não respeitando os significados simbólicos que a natureza tem para esses grupos, os direitos comunais ao território desses povos e os diferentes ritmos de acesso e uso dos recursos ambientais por cada cultura.

Henri Acselrad acrescenta mais dois pontos importantes que mostram a dificuldade que a economia verde tem em dar um preço correto a natureza. Ele destaca dois problemas, um de ordem metodológica e outro de ordem prática. O primeiro refere-se "as possibilidades e os limites da valoração econômica dos 'bens e serviços ambientais'" (ACSELRAD, 1995, p. 13), e traz implicações que atravessam os campos teórico, ideológico e político. No campo teórico, passamos

a reconhecer, por exemplo, que o valor de troca das mercadorias não corresponde ao que seria seu "verdadeiro" valor de uso pois a "utilidade" retirada do usufruto de uma mercadoria por um consumidor está indissoluvelmente ligada à perda de "utilidade" do meio ambiente como bem coletivo do qual usufrui cada consumidor individual (ACSELRAD, 1995, p. 15).

A formulação acima, ainda que esteja correta, não foi inserida ao escopo desenvolvido na teoria do valor-trabalho do Marx, posto que a valoração da natureza resultaria em uma nova elaboração do valor de troca como suporte dos

preços das mercadorias. Os valores de troca não representariam integralmente os valores de uso, isso ocorreria porque o sistema de preços além de ter como lastro o trabalho abstrato, deveria incorporar também os processos de perda produtiva e de potencial ecológico extirpado pela produção de uma determinada mercadoria (ACSELRAD, 1995). Isto é, "um novo sistema de trocas seria, então, constituído tendo por base os valores de uso das mercadorias acrescidos da desutilidade causada por seus respectivos processos produtivos" (ACSELRAD, 1995, p. 13). Já no plano ideológico, a primeira dificuldade diz respeito à noção de falha de mercado, que introduz a ideia - de caráter ideológico e especulativo - de que o mercado é capaz de otimizar a satisfação dos indivíduos e alocar de forma eficiente os recursos. E, por último, a esfera política, que aponta os impactos da mudança de preços nas dinâmicas de repartição das rendas, dos investimentos, da lucratividade das empresas, etc (ACSELRAD, 1995). "Trata-se, sem dúvida, de um momento da luta concreta pela apropriação do excedente e de uma reorientação do modo de alocação do trabalho social em função das restrições ambientais ao padrão do desenvolvimento" (ACSELRAD, 1995, p. 13).

Já o segundo ponto, diz respeito à dificuldade de "(...) internalização dos custos ambientais no sistema de preços" (ACSELRAD, 1995, p. 13). Essa questão ampara-se na ideia de que há uma subestimação dos preços das *commodities* ambientais em decorrência da conceituação frágil da ideia de internalização de custos. Podemos abordar três processos distintos que ajudam a corroborar essa subestimação dos preços da mercadoria-natureza. O primeiro, é o predomínio de métodos de exploração da natureza considerados não-sustentáveis. As atuais técnicas hegemônicas são ineficazes na conservação do estoque desses recursos, promovendo uma diferença nos preços nas formas de produção sustentáveis e não-sustentáveis (ACSELRAD, 1995). "Não se trata, portanto, nesse caso, de 'internalizar' nenhum 'efeito externo', e sim de administrar a mudança técnica em processos dotados de custos monetários privados bem-delimitados e identificáveis" (ACSELRAD, 1995, p. 17). Já o segundo, refere-se à desconsideração da preservação de recursos ambientais conexos ainda não explorados comercialmente. Por exemplo, a extração de madeira de algumas espécies de árvore, destrói parte da fauna e da flora que ainda não tem uso econômico. Nessa perspectiva, a exploração não-sustentável de recursos mais

valiosos para o mercado, encerra um potencial de uso econômico para os recursos naturais conexos. E, por fim, o terceiro ponto dedica-se a abordar a não internalização dos efeitos da exploração da natureza nos sistemas de preços. O nível de intensidade e extensão da exploração capitalista da natureza produz efeitos que comprometem o funcionamento dos sistemas ecológicos: alterações climáticas, empobrecimento dos solos, perturbação dos regimes hidrológicos, etc. É exatamente isso que a teoria econômica intitulou de externalidade (ACSELRAD, 1995): "danos causados por alguma atividade a terceiros, sem que esses danos sejam incorporados ao sistema de preços" (ACSELRAD, 1995, p. 17). O grande problema é que esses efeitos externos da atividade econômica - os custos sociais e ambientais - não podem ser expressos monetariamente como os custos privados de um empreendimento capitalista comum (custo com a força de trabalho, aluguel do imóvel, preço da matéria-prima, etc). O custo ambiental dessas operações é na verdade um custo fictício, do ponto de vista da economia convencional. Não é possível estabelecer valores monetários para os possíveis benefícios que o equilíbrio ecossistêmico pode trazer para toda a sociedade (ACSELRAD, 1995).

O mercado ecológico é real, tem instituições, governos e empresas que operam nesse negócio, contudo os preços atribuídos à natureza tem o caráter especulativo e estão totalmente divorciados da realidade a qual estão inseridos. O sistema de preços da economia verde tem como base para seu cálculo a expectativa futura de negócio, e a possibilidade de empreender iniciativas de ganhos com a destruição e/ou a conservação da natureza. Desta forma, o valor da natureza está enraizado nas relações políticas e de poder que se estabelecem entre os agentes econômicos hegemônicos que geralmente operam nos mercados de ações ambientais. Esses agentes constroem acordos políticos em cima de informações privilegiadas sobre o mercado atual e futuro das *commodities*, assim, eles mesmos criam o valor das próprias mercadorias que negociam (FAIRHEAD *et al*, 2012). Nesse caso, cabe uma questão. *Como sustentam-se os preços das mercadorias verdes nesse cenário especulativo?* Há uma articulação entre a produção de conhecimentos científicos e o mercado. Nesse imbróglio, a ciência produz dados, informações e evidências que legitimam e justificam o valor desse novo mercado para a natureza (FAIRHEAD *et al*, 2012). Portanto,

o argumento de que a ciência não esteja com isso coproduzindo uma nova economia da natureza é necessariamente “errado” (ainda que claramente carregue deste conceito de economia o cunho conceitual e o enquadramento), mas é por meio deste nexos financeiro-científico-político que a natureza adquire valor econômico. Por conseguinte, não é surpreendente que o mesmo nexos seja capaz de capturar este valor. Essas novas formas de produtos verdes tem seus valores construídos e sustentados por meio do imaginário e representações populares. Na mídia jornalística, nos cadernos publicitários ou pelas campanhas da internet, imagens incitam turistas a visitarem ecodestinos ou a compensarem seu estilo de vida de alto consumo, por exemplo. A natureza é então mercadificada, ao menos em parte, por meio de um espetáculo virtual, em ciclos autoreferenciais que circulam entre a economia global de consumo. (IGOE *et al*, 2010 e BROCKINGTON, 2009) (FAIRHEAD *et al*, 2012, p. 246 e 247)⁵²

A dificuldade em balizar os valores monetários dados à natureza a partir dos processos descritos acima, permitiu a alguns autores, como Henrique Leff, de imprimir duras, mas importantes críticas à teoria do valor-trabalho marxiana. O autor chega a afirmar a morte desse encaminhamento teórico frente as dificuldades de encontrar uma maneira clara, objetiva e racional de contabilizar os custos ambientais e o valor da natureza nos novos processos que envolvem o uso e a conservação desses recursos pelo mercado. Esse vazio teórico permitiu que os agentes do neoliberalismo ecológico e da economia ambiental expressassem sua vontade de recodificar o mundo nos termos do capital, ou seja, em valores monetarizáveis. É uma estratégia que procura apropriar economicamente tudo o que há no mundo, chamada de valor econômico total (LEFF, 2006). Leff centra suas críticas da teoria do valor nas coações impostas pela objetividade da racionalidade teórica do materialismo histórico. Porém, vamos tentar entender isso um pouco melhor através do pensamento do próprio Leff.

A teoria marxista do valor-trabalho teve seu desenho desfeito e foi se dissolvendo pelas próprias contradições internas de seu arcabouço teórico ante a mudança

⁵² Tradução sob nossa responsabilidade do seguinte trecho do original: "the argument is not that the science co-produced within this new economy of nature is necessarily 'wrong' (although it clearly bears this economy's conceptual imprint and framing), but that it is through this financial-scientific-policy nexus that nature comes to acquire its economic value. It is therefore hardly surprising that this same nexus is able to capture that value. Such new forms of green commodity have their value constructed and sustained through popular imagery and representations. In the news media, in advertising brochures or through internet campaigns, images urge tourists to visit ecodestinations or offset their high-consumption lifestyles, for example. Nature is thus commodified at least partly through a virtual spectacle, in self-referential cycles that circulate through the global consumer economy (IGOE *et al*, 2010 e BROCKINGTON, 2009) (FAIRHEAD *et al*, 2012, p. 246 e 247).

tecnológica; foi sufocada pelo próprio peso de sua armadura conceitual, de suas bases epistêmicas, de sua objetivação da realidade histórica. Na raiz dessas "contradições", há uma razão mais profunda. A perda de referenciais na realidade é a maneira como se manifesta o "erro metafísico e epistemológico" da teoria econômica e dos conceitos de produção, de trabalho, de necessidade e de escassez que fundam a racionalidade econômica da modernidade (LEFF, 2006, p. 62).

Porém, antes de nos atermos com mais detalhes aos fundamentos da crítica de Leff, é necessário fazer alguns apontamentos sobre a teoria do valor-trabalho de Marx. Vamos até ela então.

A teoria do valor foi uma das preocupações centrais da economia política clássica. Os fisiocratas, Smith e Ricardo se debruçaram sobre esse temática. Porém, esses autores e correntes do pensamento econômico compreendiam a economia política como a ciência da relação ente as coisas, ou da relação entre as pessoas e as coisas (RUBIN, 1987). Essa posição não permitiu que esses autores avançassem no conhecimento objetivo da origem do valor, da lógica de precificação das mercadorias e da produção do mais-valor, ou seja, do desenvolvimento da dinâmica do capital. Por exemplo, para a doutrina fisiocrata a natureza era a fonte originária do valor; em Smith, a teoria do valor ficava presa em uma tautologia circular da relação trabalho com a mercadoria; e com Ricardo, o trabalho já surge como fonte originária do valor, porém se encerra no salário ou em uma mercadoria-padrão (LEFF, 2006). Marx supera a economia política clássica e funda a crítica da economia política, transformando a (crítica da) economia política numa ciência que se debruça sobre as "(...) relações entre as pessoas no processo de produção" (RUBIN, 1987, p. 15). Nesse caso, "a Economia Política não analisa o aspecto técnico-material do processo de produção capitalista, mas sua *forma social*, isto é, a totalidade das relações de produção que constituem a 'estrutura econômica' do capitalismo" (RUBIN, 1987, p. 15). Essa mudança radical de perspectiva permitiu que Marx superasse as formulações sobre a teoria do valor dos autores clássicos, para assim conceber sua teoria do valor-trabalho dando centralidade à categoria trabalho. O trabalho como ponto de partida e elemento básico da sociedade humana.

Sua teoria encontra-se sistematizada, principalmente, no livro *O Capital*: crítica da economia política. Marx compreende que o trabalho é condição necessária para a reprodução do homem em qualquer modo de produção, e tem o

papel de mediar o metabolismo entre o homem e a natureza. Assim, não há separação no processo de trabalho entre o que é natural e o que é social. Podemos afirmar, que há três elementos fundamentais que caracterizam o processo de trabalho: i) é uma atividade com objetivo e finalidade; ii) é realizada sobre um objeto de trabalho: matéria-bruta ou matéria-prima; e, iii) utiliza os meios de trabalho (ferramentas, maquinário, infraestrutura física, instalações, etc). A essência central do trabalho está no processo, na atividade que transforma um valor de uso existente em um outro valor de uso. Mas, sob o capitalismo esse processo sofre alterações. O trabalho passa a produzir valores de uso para outras pessoas na forma de mercadoria, apresentando duas condições inerentes à formação social capitalista: a força de trabalho como mercadoria que é controlada e pertencente ao capitalista e os produtos do trabalho que são propriedade do burguês (MARX, 2003). Essas duas condições permitem ao capitalista organizar o sistema produtivo para

produzir uma mercadoria cujo valor seja maior do que a soma do valor das mercadorias requeridas para sua produção, os meios de produção e a força de trabalho, para cuja compra ele adiantou seu dinheiro no mercado. Ele quer produzir não só um valor de uso, mas uma mercadoria; não só de valor de uso, mas valor, e não só valor, mas também mais-valor (MARX *apud* HARVEY, 2013, p. 121 e 122).

Esse processo permite que o capitalista produza um valor maior do que aquele investido no início desse movimento, obtendo, assim, mais-valor. Contudo, é necessário esclarecer a origem do valor no processo de trabalho. No ato do labor o trabalhador produz uma mercadoria que apresenta um uso particular (valor de uso), resultado de um trabalho concreto e específico. Porém, para que esses objetos de caráter distinto se tornem valores trocáveis (valor de troca), tem que haver uma unidade de medida padrão, que possa ser um equivalente universal entre a troca das mercadorias. Nesse caso, toda atividade laboral também é gasto de energia - dispêndio de força de trabalho medido em uma quantidade determinada de horas necessárias para a produção do produto (MARX, 2003). Ou seja, é trabalho abstrato que está sendo incorporado no processo de trabalho, assim, é valor que está sendo agregado como tempo de trabalho socialmente necessário. Em outras palavras, o tempo de trabalho é a unidade de medida pelo

qual se institui as equivalências possibilitando a troca entre mercadorias qualitativamente distintas (HARVEY, 2013).

A partir dessa rápida explanação sobre a teoria do valor em Marx, vamos retornar para os principais fundamentos da crítica elaborada por Leff sobre esse postulado teórico. De início, em uma perspectiva ainda bem ampla da teoria marxista, Leff afirma que o materialismo histórico dialético foi incapaz de prever a desvalorização da teoria do valor no seio do pensamento marxista. Isso ocorreu devido a uma contradição (não resolvida) entre os conceitos atemporais do materialismo histórico: modo de produção, relações sociais e forças produtivas; e os conceitos temporais inerentes à teoria do valor-trabalho: trabalho concreto, trabalho abstrato, etc (LEFF, 2006). Desse modo, há um descolamento entre as teorias gerais do pensamento marxista, e as categorias da teoria do valor-trabalho que dependem do movimento e das transformações do real para manterem seu poder explicativo. Nesse contexto, Leff resgata o fundamento central da teoria do valor trabalho - a categoria de trabalho abstrato - para elaborar sua reflexão. Como o trabalho abstrato é o resultado das dinâmicas históricas que produzem trabalho simples como elemento base para a produção de valor, o tempo de trabalho necessário, ou melhor, a produtividade da força de trabalho vai depender do progresso técnico e das inovações tecnológicas de cada conjuntura histórica. Em outras palavras, o tempo de trabalho socialmente necessário que é a base determinante para o valor de troca sofre alterações ao longo da história, constituindo-se em um problema teórico da teoria do valor marxista (LEFF, 2006). Isto posto,

(...) o tempo de trabalho socialmente necessário, como determinante empírico e quantitativo da formação do valor, vai se transformando em princípio abstrato, cujos efeitos seriam perceptíveis através dos preços do mercado e de uma demanda que fixariam, como resultado, o tempo de trabalho destinado a produzir cada mercadoria (LEFF, 2006, p. 38).

O que Leff está tentando fazer é mostrar as inconsistências da produção do valor tendo como suporte o trabalho simples direto, principalmente, a partir do progresso tecnológico e do desenvolvimento das forças produtivas ao longo da história. O desenvolvimento de novas tecnologias tornou-se o elemento central para a reprodução ampliada de capital, pois "(...) não basta extrair uma quantidade

de valor que possa se recapitalizar em forma de capital fixo ao término do uso de uma maquinaria ou equipamento" (LEFF, 2006, p. 45), a dinâmica atual do capitalismo exige, para atingir os níveis altíssimos de acumulação e eliminação da concorrência, "(...) que a mais-valia produzida, para ser recapitalizada, se cristalice em meios de produção de uma produtividade crescente, quer dizer, em um progresso tecnológico" (LEFF, 2006, p. 45 e 46). Para o autor, a ciência e a inovação tecnológica são os fatores centrais para a valorização do capital, sendo que o valor como princípio elementar e suporte para o capital tende a desaparecer. Nessa perspectiva, o autor chega a afirmar que "o progresso tecnológico gerou uma substituição progressiva do trabalho manual direto pelo trabalho intelectual indireto na produção de mercadorias, até que a determinação quantitativa do valor-trabalho chegou a desaparecer" (LEFF, 2006, p. 47 e 48). Então, a produção de riqueza e de capital passou a depender inteiramente da produção de ciência e de tecnologia, encerrando qualquer referência e suporte na produção do trabalho vivo direto. Contudo, Leff revela que a cientifização da produção não eliminou as relações de produção, a propriedade privada, a exploração do trabalhador, o controle sobre os meios de produção da classe capitalista (LEFF, 2006), fatores que contraditoriamente e ironicamente dependem ou tem relação direta com a lei do valor marxista. O autor procura resolver esse impasse revelando que o poder político e econômico no processo de capitalização da natureza, por exemplo, baseia-se na propriedade privada do conhecimento científico e tecnológico (LEFF, 2006).

Indo um pouco mais a fundo na sua crítica à teoria do valor-trabalho, Leff avança nas suas reflexões sobre as contradições e insuficiências do processo de formação do valor, chegando a uma hermenêutica do conceito de natureza em Marx. Essa concepção remete a um fundo ontológico e epistemológico da teoria marxista, já que atravessa as categorias de produção e de trabalho, por exemplo. Leff desenvolve sua análise apoiado no livro *El concepto de naturaleza en Marx* (1976), de Alfred Schmidt, e aponta para a ideia de que a natureza em Marx se apresenta mais como uma categoria ontológica da realidade do que como um conceito situado no interior da sua teoria sobre o capitalismo (LEFF, 2006). Vamos analisar essa posição um pouco melhor. Foster, tendo como referência Karl Marx nos Manuscritos econômicos e filosóficos, afirma que

Marx sempre tratou a natureza, na medida em que ela entrava diretamente na história do homem através da produção, como uma extensão do corpo humano (isto é, "o corpo inorgânico" da humanidade). A relação humana com a natureza, segundo esta concepção, era mediada não só através da produção mas também, mais diretamente, por meio dos instrumentos - em si um produto da transformação humana da natureza através da produção - que permitiam à humanidade transformar a natureza de modos universais (FOSTER, 2005, p. 107).

De acordo como isso, a humanidade a partir da relação que estabelece com a natureza produz os seus meios de vida e de subsistência ao longo da história, independente do modo de produção. Assim a natureza ganha um sentido prático para o homem como fundamento para a sua reprodução (FOSTER, 2005). Esse movimento se realiza, como já apontamos em outros momentos, por meio do trabalho. O processo de trabalho é o momento em que a relação sociedade e natureza, contraditoriamente e dialeticamente, transforma-se simultaneamente. A ação humana mediada pelo trabalho, ao mesmo tempo em que modifica a natureza para atender aos desejos e necessidades da sociedade em uma determinada conjuntura, também modifica a sua própria natureza. Nesse processo o homem se humaniza humanizando a natureza. Essa concepção integra a natureza na história e a história na natureza, e nos permite compreender as diferentes formas de uso, controle e apropriação da natureza nos diferentes modos de produção e nos diversos tipos de sociedade existente. Para Leff, essa unidade do mundo entre natureza e sociedade através do trabalho estrutura-se em uma dialética transcendental do trabalho e da história, resultando em um conceito metafísico e a-histórico da relação sociedade e natureza (LEFF, 2006), essa contradição entre o homem e o seu trabalho reduz "(...) o ser do real, da natureza e da história à existência do homem", nesse caso "a práxis humana se converte no princípio do real para o homem, no processo de constituição de seu mundo, de seu conhecimento e de sua transformação" (LEFF, 2006, p. 49). A natureza como categoria ontológica impediu o materialismo histórico de desenvolver dentro da teoria do modo de produção capitalista um conceito próprio de natureza que explicitasse a função que a natureza desempenha na produção e a aplicação do conhecimento científico nos processos de acumulação (LEFF, 2006). E acrescenta,

(...) os conceitos de valor e de renda diferencial levam à intervenção dos processos naturais, na medida em que estes afetam o tempo de trabalho socialmente necessário à produção de mercadorias, assim como as taxas de mais-valia e de lucro. Dessa perspectiva, toda proposta monista sobre a unidade natureza-sociedade aparece como uma postulação ideológica (LEFF, 2006, p. 49).

Nesses termos, Leff incorre em alguns equívocos. Ele pensa "a conversão da natureza em objetos de trabalho e de seus produtos em mercadorias, o intercâmbio generalizado entre esses produtos em função do tempo de trabalho socialmente necessário - de seu valor -" (LEFF, 2006, p. 52), como um pressuposto teórico materialista, e não inserido e contextualizado em uma estrutura social capitalista. Nessa visão, o materialismo histórico teria limites metodológicos para compreender as mudanças na dinâmica do capitalismo que alteram os processos de trabalho, as taxas de exploração da classe trabalhadora e a produção de valor e de mais-valor, ou seja, as implicações históricas que alteram as leis da teoria do valor-trabalho. É claro que quando Marx afirma que o processo de trabalho e a natureza são precondições para a vida do homem, está tratando a natureza e o trabalho em uma perspectiva ontológica da realidade e da existência humana. Mas há uma explicação para isso: ele parte da ideia de trabalho em geral, como ponto de partida para a explicação do trabalho sobre as condições concretas e reais do capitalismo; nesse caso, Marx reconhece o homem como um ser prático, social e histórico (VÁZQUEZ, 2007). Os modos de trabalho e as formas de acesso e uso da natureza são historicamente e geograficamente determinados. Para nós está claro que nem a natureza e "(...) nem o trabalho existem à margem das formas concretas que adotam em uma determinada sociedade" (VÁZQUEZ, 2007, p. 413).

Outro ponto importante a ser destacado é como Leff traduz o conceito de natureza no marxismo. Para ele a natureza aparece

como base de objetividade dos processos materiais, inclusive de objetividade do processo social que reifica a realidade ao considerá-la como relações entre coisas. No materialismo histórico, a história perde sua naturalidade; mas, ao mesmo tempo, fica enredada nas malhas de uma racionalidade objetivista, de uma ordem ontológica que orienta a práxis social através de uma teleologia da história fundada na produção (LEFF, 2006, p. 48).

Aparentemente tal trecho nos causou certo estranhamento, posto que nega algumas importantes posições teóricas do marxismo já bem consolidadas. Ele associa o materialismo marxista, a partir de uma suposta objetividade da natureza, justamente à tudo aquilo que Marx combateu com sua obra. Porém, contraditoriamente, em outro trecho Leff desfaz um pouco essa confusão.

O materialismo histórico procura dar conta da estrutura social que converte a natureza em objetos de trabalho, em valores de uso naturais capazes de serem incorporados ao processo de produção de valor e de mais-valia. O materialismo marxista não é uma visão do mundo como uma relação entre coisas: isto é justamente aquilo que Marx criticou como fundamento metafísico da alienação dos sujeitos sociais (LEFF, 2006, p. 51).

O próprio autor, em outro trecho justifica suas posições aparentemente conflitantes: "(...) essa demarcação do pensamento coisificador que Marx denuncia lucidamente não foi suficiente para superar a metafísica da natureza que acompanha a dialética transcendental inscrita no processo laboral (...)" (LEFF, 2006, p. 52). A partir disso, Leff engessa e prende o materialismo histórico em um enredo que marca o movimento do real por uma teleologia da história estruturada na sucessão dos modos de produção (LEFF, 2006). Podemos concluir, então, que a categoria de produção apresenta uma certa centralidade, porém a suposta objetividade da natureza impõe um conceito de produção pautado pela naturalização e economização do mundo. Isso pode ser observado quando Leff, através de Schmidt, afirma existir em algum grau uma visão ecológica da produção e da organização social presente no conceito de metabolismo em Marx. Porém, Leff adota a perspectiva mais simplificada de metabolismo. Assim, as formas sociais de apropriação da natureza se expressam em momentos abstratos de intercâmbio de matéria, energia e também de valor (LEFF, 2006), em outras palavras, reduz a relação sociedade e natureza à mera troca metabólica de substâncias físico-materiais e não como uma relação social. Já nos debruçamos sobre esse conceito no primeiro capítulo, por isso não vamos nos alongar. Para Foster, "(...) Marx tornou o conceito de metabolismo central a todo seu sistema de análise, enraizado nele a sua compreensão de processo de trabalho" (FOSTER, 2005, p. 221). Porém, Marx empreendeu dois sentidos para o conceito. O mais comum, de sentido mais estrito, se refere à interação metabólica - troca de matéria

e energia - entre a relação do homem com a natureza através do trabalho (FOSTER, 2005); em um sentido mais amplo, o conceito de metabolismo teria a função de

descrever o conjunto complexo, dinâmico, interdependente, das necessidades e relações geradas e constantemente reproduzidas de forma alienada no capitalismo, e a questão da liberdade humana suscitada por ele - tudo podendo ser visto como ligado ao modo como o metabolismo humano com a natureza era expresso através da organização concreta do trabalho humano⁵³ (FOSTER, 2005, p. 222 e 223).

O primeiro sentido assume claramente um princípio ecológico, enquanto o outro uma compreensão social mais ampla para o conceito de metabolismo. Não há uma separação absoluta entre os dois sentidos, na verdade o conceito mais amplo contempla e integra o mais restrito, permitindo uma compreensão mais adequada das relações sociedade e natureza no capitalismo. Quando analisamos o real a partir desse conceito, devemos ter como referência os dois sentidos assinalados, se não incorremos no risco de perder toda a complexidade teórica e metodológica da perspectiva marxista do materialismo. Achamos que Leff, de alguma forma, comete essa falha quando se apegua unilateralmente ao primeiro sentido, o mais estrito de metabolismo, e posteriormente o transpõe para toda a teoria marxista, inculcando no materialismo histórico uma visão de mundo pretensamente objetivista, naturalista e economicista. O próprio autor expressa isso de forma mais clara.

A crítica da razão econômica de Marx fica enredada na própria compreensão do "natural", na cumplicidade entre a naturalização e a economização do mundo, na concepção do progresso civilizatório, sobredeterminado e condicionado pela base econômica, pelo modo de produção, na dialética transcendental que leva, através do modo de produção capitalista, a subordinar o valor de uso ao valor abstrato, à lógica do mercado, alienando o ser na coisificação do mundo (LEFF, 2006, p. 56 e 57).

Indo no sentido oposto ao de Leff, e corroborando com Foster, o conceito de metabolismo que adotamos no trabalho nos permite compreender de forma clara e objetiva a noção de alienação da natureza e sua relação com a alienação do

⁵³ Foster extrai esse significado mais amplo para o conceito de metabolismo do Grundrisse de Marx, e nos informa que István Mészáros, em Para além do capital, já havia desenvolvido uma reflexão a esse respeito (FOSTER, 2005).

trabalho (FOSTER, 2005). Há um vínculo estrito entre natureza e sociedade por meio do trabalho, porém os modos concretos de uso, controle e apropriação da natureza se realizam historicamente. Na verdade o que requer explicação não é a apropriação da natureza em si, mas o divórcio entre a existência humana e as suas condições naturais, que se expressam apenas na relação do capital com o trabalho assalariado (MARX *apud* FOSTER, 2005). De forma mais precisa, o intercâmbio metabólico entre natureza e sociedade é regulado de um lado pelas leis da natureza, que controlam os processos biofísicos; e de outro pelos processos sociais, baseados na divisão do trabalho, na distribuição de renda, etc (HAYWARD *apud* FOSTER, 2005).

No entanto, reconhecemos que inúmeras passagens de livros, textos, artigos e cartas de Marx trazem posições e argumentos que sustentam essas interpretações e críticas ao materialismo histórico elaboradas por Leff. Concepções abstratas e simplistas da relação sociedade e natureza, uma dialética transcendental da história baseada em um conceito metafísico do trabalho, o movimento do real calcado em um princípio teleológico dos modos de produção, ou a incapacidade de incorporar a (exploração da) natureza nas postulados da teoria do valor-trabalho, são posições aparentemente possíveis. E muitas delas não são novidades na história do pensamento marxista. Harvey reforça esse nosso apontamento no trecho a seguir:

o Marx pelo qual eu opto, em resumo, é um humanista revolucionário e não um determinista teleológico. Em sua obra podemos encontrar declarações que apóiam esta última posição, porém considero que o grosso de seus escritos, tanto histórico como político-econômicos, sustentam a primeira interpretação⁵⁴ (HARVEY, 2014a, p. 217).

Na nossa visão, a obra e o pensamento do Marx têm que ser vistos em toda a sua grandiosidade e complexidade. Marx não escreveu uma obra homogênea e uniforme. Seus apontamentos são cheios de contradições e devem ser contextualizados em sua historicidade. Cada material apresenta inquietações,

⁵⁴ Tradução sob nossa responsabilidade do seguinte trecho do original: "El Marx por el que yo opto, en resumen, es un humanista revolucionario y no un determinista teleológico. En su obra pueden encontrarse declaraciones que apoyan esta última posición, pero considero que el grueso de sus escritos, tanto históricos como político-económicos, sustentan la primera interpretación" (HARVEY, 2014a, p. 217).

desejos e objetivos distintos, além de influências de autores de sua época que "contaminaram" suas reflexões. Por exemplo, Darwin, em a *Evolução das Espécies*, contagiou determinados trabalhos com uma perspectiva evolucionista dos modos de produção. Nem por isso, Marx compreendeu a história de forma mecânica como muitos marxistas vulgares ainda hoje defendem. Por isso, não devemos extrair e destacar determinadas categorias ou conceitos do pensamento marxista sem relacioná-los com o todo da sua obra para não correremos o risco de reduzir o potencial analítico e explicativo do materialismo histórico.

Isso não significa que estamos descartando as críticas e posições de Leff, pelo contrário, achamos que o autor traz importantes contribuições para um pensamento ecológico crítico e renovado. Leff não rompe unilateralmente com o marxismo, ele procura construir novos significados para os conceitos do materialismo histórico, principalmente, com o objetivo de compreender a função produtiva do trabalho intelectual (produção de conhecimentos científicos e tecnológicos) e da natureza no processo de reprodução do capital (LEFF, 2006). Nesse sentido, a base para esse movimento de renovação são os "(...) princípios da entropia e da complexidade ambiental, integrando as formações ideológicas, os significados culturais e as condições 'reais' da sustentabilidade ecológica" (LEFF, 2006, p. 60). A grande questão que envolve essas reflexões é a atual relação entre o progresso tecnológico e científico com a reprodução do capital. A lei do valor e do mais-valor traz profundas implicações no desenvolvimento da ciência e na aplicação de novas tecnologias no aumento da produtividade e na acumulação de capital, interferindo diretamente (diminuindo) o tempo de trabalho socialmente necessário na produção dos objetos. Porém, Marx nunca teorizou sobre o trabalho intelectual como trabalho produtivo no processo de valorização do capital (LEFF, 2006). Isso se torna um problema para a teorização do valor-trabalho nos dias de hoje. "A revolução científico-tecnológica, desencadeada pela dinâmica do capital, levou a dissolução do princípio que deu fundamento à teoria do valor, quer dizer, o trabalho simples e direto como determinante quantitativo da produção de mercadorias" (LEFF, 2006, p. 58). Nesse cenário o conceito de valor torna-se cada vez mais fugaz e de difícil assimilação.

De modo semelhante, mas a partir de outros caminhos, Moreira também discute o papel do conhecimento - técnico-científico ou relativo à cultura dos

povos tradicionais - nos circuitos da acumulação e reprodução do capital. Moreira parte do seguinte pressuposto: "(...) os fundamentos do progresso técnico no capitalismo têm sido tradicionalmente associados ao processo de lutas de classes e ao processo de competição intercapitalista" (MOREIRA *apud* MOREIRA, 2004, p. 18). No que diz respeito à relação progresso técnico e luta de classes, o importante é a distinção entre proprietários e não proprietários dos meios de produção usados agora ou como potencialidade de uso futuro. Já a outra relação, entre progresso técnico e competição intercapitalista, o relevante é compreender o progresso técnico-científico atrelado a um determinado capital privado como um instrumento para a competição entre as empresas, e como veículo para ampliar a produtividade social do trabalho. Ainda sobre esse segundo ponto, o entendimento de que a mercadoria é um bem material e concreto é insuficiente para a compreensão dos novos aspectos da produção capitalista relacionados a mercadorias imateriais, e que o controle da tecnologia não está somente materializado no controle dos meios de produção, mas incorpora a dominação dos conhecimentos técnicos e culturais atrelados ao contexto histórico da produção de cada tecnologia (MOREIRA, 2004). Então, podemos extrair do cenário exposto acima, que o trabalho e a natureza estão passando por profundas mudanças pelas novas descobertas científicas e tecnológicas. A produção científica e tecnológica está

(...) operando uma transformação do processo de trabalho e intervindo na natureza. As forças da natureza, magnificadas pela ciência, converteram-se nas forças predominantes da produção da riqueza, ao mesmo tempo que o equilíbrio dos sistemas ecológicos se apresenta como uma condição de sustentabilidade do processo econômico. A complexidade ambiental que articula os processos de produtividade ecológica e de inovação tecnológica e que aninha na constituição de identidades culturais e de sentidos existenciais substitui, progressivamente, o tempo de trabalho como determinante da produção de valores de uso e de mercadorias (LEFF, 2006, p. 60).

Com base no atual estágio da dinâmica do capitalismo, a produção da riqueza, ou melhor, a produção de valor, encontra novos alicerces. Na verdade, a base de referência da teoria do valor-trabalho, o tempo de trabalho socialmente necessário, passa a não ser suficiente para explicar a atual produção capitalista da natureza. A produção de conhecimento ganha relevo nos processos de circulação e valorização

do capital, assim "a economia fundada no tempo de trabalho foi substituída pela economia baseada no poder do conhecimento científico como meio de produção e instrumento de apropriação da natureza" (LEFF, 2006, p. 61). Em regra geral, o conhecimento científico e tecnológico (podemos incluir aí também o saber cultural dos povos tradicionais), não são considerados pela economia tradicional (marxista ou não) como parte inerente da dinâmica capitalista. Os processos sociais que produzem e se apropriam da tecnologia e do conhecimento são tomados como um dado externo e uma variável independente aos processos de produção e circulação do valor (MOREIRA, 2004). Em outras palavras, o trabalho intelectual não foi sistematizado na teoria do valor-trabalho marxista e, conseqüentemente, "(...) não é considerado como um processo determinado e determinante do processo de reprodução de capital" (LEFF, 2006, p. 61). A produção e a apropriação do conhecimento se tornam fatores fundamentais para as novas estratégias de acumulação e reprodução do capital. A produção da natureza, como já foi apontado em outros momentos desse trabalho, não se restringe a uma subordinação formal da natureza ao capital - natureza como recurso direto (fornecedora de matérias-primas) -, inclui novas formas de uso e apropriação capitalista da natureza (subordinação real da natureza ao capital). Leff cita alguns exemplos desses novos modos de produção da natureza:

(...) apropriação gratuita e a pilhagem dos recursos genéticos, a subavaliação dos bens naturais e dos serviços ambientais e o acesso subvencionado a hidrocarburetos e recursos hídricos que mantém uma agricultura supercapitalizada e um planeta hiperurbanizado (LEFF, 2006, p. 61).

A natureza, envolvida nos processos citados acima, foi compreendida e assimilada como conhecimento produzido culturalmente, socialmente e historicamente, para uso privado pelo capital. Esse entendimento nos remete diretamente à ressignificação da renda da terra como renda da natureza. Tese levantada e defendida por Moreira para tentar refletir acerca das novas tramas que procuram compreender "(...) como os diferentes usos da natureza se desdobrariam nos preços e aluguéis de terras, garantindo aos seus proprietários a apropriação de parte do produto social globalizado" (MOREIRA, 2004, p. 13). Porém, antes de

nos debruçarmos sobre o que o autor entende como renda da natureza, vamos nos deter rapidamente sobre alguns aspectos da renda da terra.

Para que a renda da terra seja obtida, é necessário que exista juridicamente a propriedade privada. Na prática, a constituição desse ordenamento legal permite que indivíduos e empresas detenham o monopólio do uso e do acesso à uma determinada porção do espaço. Isto é, permite a distinção entre proprietários e não proprietários de terras, permitindo que o primeiro extraia renda do segundo (BARBOSA e COSTA, 2012). Marx dividiu a renda fundiária em três tipos: a renda absoluta, a renda de monopólio e a renda diferencial, mas qualquer que seja a forma específica, todas têm em comum a apropriação da renda como forma econômica na qual a propriedade do solo se realiza (MARX *apud* HARVEY, 1980). Na verdade, a renda é uma só, a distinção é feita para a compreensão do real movimento do valor de acordo com a particularidade de cada realidade. A renda de monopólio opera no nível do individual, na capacidade, na intenção e na avidez de um comprador em pagar um preço que não foi determinado por esferas gerais da produção, é o desejo que alguém tem em obter um determinado espaço (MARX *apud* HARVEY, 1980). Por exemplo,

na cidade, a renda de monopólio deriva de condições muito específicas que determinadas localizações possuem em detrimento das demais. Para Topalov (1984), a renda de monopólio depende da fixação do excedente do preço de mercado acima do preço regulador de um bem cuja localização não pode ser reproduzida (BARBOSA e COSTA, 2012, p. 482).

Mas essa renda é gerada pelo preço de monopólio que está na base da renda absoluta, que é uma renda que se origina em condições determinadas por grupos específicos da sociedade, é um fenômeno de monopólio de classe (MARX *apud* HARVEY, 1980). Ou seja, "(...) o aspecto central que funda a renda absoluta é a capacidade inerente à propriedade privada da terra em gerar renda para o proprietário", aliás "como o solo é uma mercadoria monopolizável e não reproduzível", o proprietário que deter o monopólio do controle sobre a terra terá "(...) total poder de decisão de colocar ou não seu terreno à disposição para aluguel ou arrendamento, com vistas à obtenção de renda absoluta" (BARBOSA e COSTA, 2012, p. 480 e 481). Já a renda diferencial é obtida através das distintas virtualidades presentes ou não nas localizações. Ela pode ser de dois tipos: renda

diferencial I, relativa à renda de situação, ou seja as virtualidades propiciadas por uma determinada localização; e a renda diferencial II, relativa à renda de equipamento, quer dizer permite o aumento da renda devido aos investimentos privados ou não em uma dada área (BARBOSA e COSTA, 2012). Nesse caso, temos que ter a clareza de que “a renda é a parte do valor de troca que se destina ao proprietário e possuidor do solo” (MARX *apud* HARVEY, 1980, p. 162).

Retornando a nossa reflexão sobre a renda da terra como renda da natureza, Moreira propôs uma reinterpretação da renda diferencial I, ampliando o sentido de terra para natureza. Tradicionalmente a renda diferencial I considerava a localização e a fertilidade da natureza como dádivas divinas e naturais, cujo valor pago ao proprietário pelo uso do solo era relativo aos poderes indestrutíveis da terra. Porém, reconhecemos as noções de localização e fertilidade não como um benefício da natureza, mas como o resultado da sociabilidade capitalista, em outras palavras a localização e a fertilidade são produzidas socialmente e consideradas como produção mercantil sob o comando de um capital privado (MOREIRA *apud* MOREIRA, 2004).

A fertilidade foi então compreendida como o conhecimento sócio-histórico de possíveis utilizações das terras. Esse saber cultural também não poderia ser compreendido como produtos de capitais privados. A desnaturalização da localização e da fertilidade implicava então considerar os processos nos quais tanto a localização quanto a fertilidade socialmente produzidas seriam apropriadas privadamente na competição intercapitalista. Localização e fertilidade transformam-se nessa perspectiva em valores sociais que, produtos do trabalho humano, tornam-se passíveis de apropriação capitalista. A renda diferencial I configura-se como o resultado das disputas econômicas de apropriação privada de processos sociais de localização das terras frente aos mercados e de produção sobre os usos das terra (MOREIRA, 2004).

Seguindo essa lógica, expandimos essa análise da fertilidade do solo para a natureza como um todo. Assim, a natureza é compreendida como um elemento da cultura, do saber científico e cotidiano. Nesse sentido, a dominação de uma determinada parcela do espaço permite ao proprietário a apropriação e o controle de um tipo de ecossistema, ou seja, permite a apropriação privada de um determinado tipo de conhecimento produzido. "A propriedade da terra, do território, do ecossistema capacita o seu proprietário a disputar a apropriação privada os mais variados conhecimentos utilizáveis naquele ecossistema"

(MOREIRA, 2004, p. 17), isto é, dá o direito ao seu proprietário de "(...) disputar a apropriação do conhecimento que se tem sobre seus usos, no presente e no futuro, mesmo que não tenha feito nenhum investimento de capital ou de trabalho próprio na produção desse conhecimento" (MOREIRA *apud* MOREIRA, 2004, p. 18). A natureza pode apresentar diversos usos produtivos com uma relativa flexibilidade. O capital imobilizado em terras pode funcionar como reserva de valor, pode absorver parte do capital excedente como ativo financeiro e "(...) entra na disputa pelo futuro como garantia de acesso a novas potencialidades e usos da terra abertos pelo avanço do conhecimento, pelas novas tecnologias e pela formação de expectativas com relação ao futuro" (MOREIRA, 2004, p. 21).

É notório, a partir do que foi exposto até agora, que a produção do conhecimento ganhou uma importância estruturante nas formas de uso e apropriação capitalista da natureza. Porém, como vimos, a ciência, a tecnologia e o conhecimento tradicional não são incorporados na produção do valor, o trabalho intelectual não foi sistematizado por Marx como um elemento determinante do movimento de reprodução do capital. A teoria do valor-trabalho fundamenta-se no trabalho simples e direto, que é a base quantitativa para a produção do valor e do mais-valor. Nesse caso, há um problema metodológico, o trabalho simples não se transforma diretamente em trabalho intelectual, há uma lacuna nesse movimento que a teoria do valor-trabalho não incorpora. Por isso, Leff procura apontar para a necessidade de desenvolver uma teoria qualitativa do valor, capaz de compor e integrar os processos culturais, econômicos e ecológicos através de uma multiplicidade epistemológica, que consiga expressar as contradições entre a racionalidade econômica e a racionalidade ambiental (incluindo aí a diversidade cultural que a conforma), nos novos usos e apropriações capitalistas da natureza para desenvolver as condições de sustentabilidade do processo produtivo (LEFF, 2006). Segundo o autor, é necessário "(...) desconstruir a racionalidade econômica, abrindo novas perspectivas para a construção de uma racionalidade ambiental orientada por um ecossocialismo democrático e sustentável" (LEFF, 2006, p. 61).

5. Considerações finais

Essa conclusão não procura dar por encerrado as reflexões acerca da produção da natureza como estratégia para a reprodução do espaço urbano como reprodução do capital. Pelo contrário, sabemos que é um tema desafiador e complexo, pois tenta compreender fenômenos que ainda estão em processos de maturação e de desenvolvimento. Serão necessárias novas investidas sobre essa temática, pois sabemos que há muitas questões em aberto que precisam ser respondidas. A temática do nosso trabalho - a mercadificação da natureza - não é nova e nem inovadora, e não pretendeu descobrir novos conceitos ou novas abordagens metodológicas. Porém, achamos que empreendemos discussões e reflexões importantes para pensar a atual função da natureza no capitalismo neoliberal e assinalamos, em concordância com outros autores, outros horizontes teóricos para pensar a contradição da relação sociedade e natureza sob o capitalismo. O primeiro ponto relevante, que podemos destacar, é a colaboração (quase militante) na divulgação e (tentativa) de sistematização de uma abordagem marxista da geografia. Em consonância com isso, elaboramos algumas reflexões acerca da relação entre a Geografia e o materialismo histórico. Não retornaremos a essa discussão nesse momento, mas faremos alguns apontamentos importantes de ordem teórica e metodológica. Consideramos que a Geografia e o materialismo histórico e dialético apresentam uma coluna vertebral comum: a relação sociedade e natureza como fundamento ontológico. Essa convergência precisa ser potencializada para possibilitar e ampliar o espectro explicativo tanto da disciplina geográfica, como do método marxista. Tendo em vista a emergência da questão ambiental e os novos processos de capitalização da natureza, se faz urgente construir e constituir amarras mais consistentes entre a Geografia e o marxismo. Harvey e Soja com o materialismo histórico e geográfico já nos mostram a interdependência entre tempo e espaço. Porém, tentamos contribuir para a afirmação do encaminhamento teórico da economia política do espaço, centrado na categoria da produção do espaço, como o elo que nos permite pensar o

potencial epistemológico e metodológico da fusão da Geografia com o materialismo histórico e dialético na interpretação das novas contradições relativas à sociedade e natureza, tentando colaborar na instituição de uma teoria social do espaço.

Outro ponto importante do nosso trabalho é pensar toda a problemática que envolve a produção da natureza no capitalismo neoliberal, não se limitando ao conceito estrito de produção - produção de objetos e coisas -, mas incorpora um sentido mais amplo, o da reprodução das relações sociais. As novas formas de uso, apropriação e conservação da natureza expressam os novos movimentos do capital, incorporando totalmente a natureza à economia. Isso acontece a partir do ecoturismo, mercados de carbono, políticas de compensação ambiental, novos mecanismos de privatização da natureza (PPPs, adoção de áreas, concessões e autorizações). É importante lembrar, que a natureza é uma dimensão da vida autônoma frente aos seres humanos. Ela apresenta uma ontologia própria, não podendo ser definida pela esfera econômica. A partir desse cenário, pensamos a produção da natureza atrelada à problemática urbana, assim associando-a aos processos de metropolização do espaço e a teoria do ajuste espacial de Harvey. Como já afirmamos ao longo da dissertação, a questão urbana não se restringe à cidade, o urbano assinala um processo mais amplo que envolve a produção de um cotidiano dominado pelo mundo da mercadoria. Esse processo estende para todo e qualquer lugar a lógica do valor, interferindo no cerne das relações sociais. Nesse sentido, a natureza é uma dimensão que pertence à vida cotidiana. Na verdade, com a mercadificação da natureza, dos processos naturais e da própria gestão ambiental, impõe-se para toda sociedade representações do natural que alteram as relações entre a sociedade e a natureza baseada na cultura mercantil e no consumo. Esse contexto marca um momento da história onde a sociedade submete o uso e as condições sociais, políticas e naturais da vida, redefinindo sua reprodução a partir da lógica do valor. Portanto, a natureza-mercadoria tornou-se uma nova estratégia do capitalismo para não só acumular capital, mas, principalmente, para reproduzir as relações sociais de produção.

Em outro momento do trabalho, pudemos relacionar o processo de neoliberalização da natureza como estratégia vital de absorção do capital excedente, principalmente em um contexto de crise de acumulação que estamos

vivenciando na atual conjuntura. O capital precisa sistematicamente transpor os limites que ele mesmo impõe para si. Assim, a atual produção da natureza funciona como um instrumento para superar - sempre parcialmente - as crises de sobreacumulação que marcam o desenvolvimento histórico do capitalismo. Na verdade, associamos esse cenário ao movimento de reconfiguração do capital, arquitetando novas estratégias para superar as suas contínuas crises. Grande parte dessas novas estratégias tem na produção do espaço o elemento central da reestruturação dos seus ciclos de acumulação e de reprodução. Nesse contexto, a natureza é a nova fronteira de expansão do capital. Essa afirmação é o ponto de partida para compreendermos as relações íntimas entre os novos mecanismos de uso e conservação da natureza - *green grabbing* - com os processos de acumulação por espoliação.

E pra finalizar, o último ponto importante do trabalho, é a reflexão sobre o movimento de transformação da natureza em mercadoria nos desígnios da teoria do valor-trabalho marxista. A questão que colocamos para essa temática foi respondida: a teoria do valor não tem instrumentos metodológicos capazes de incorporar a natureza (e sua exploração) nos postulados teóricos da produção do valor e do mais-valor. De início, o movimento de relativa autonomização do valor de troca sobre o valor de uso marca o período onde a lógica do valor se impõe para todas as dimensões e esferas da vida. Nesse sentido, a natureza passa por ressignificações tendo como referência a racionalidade econômico-mercantil do mundo moderno. Em outro trecho, mas atrelado a isso, a produção do conhecimento - científico e tecnológico, mas também o conhecimento tradicional - ganhou uma importância fundamental nas formas de uso e apropriação capitalista da natureza. Porém, a ciência, a tecnologia e o conhecimento tradicional não são incorporados na produção do valor, o trabalho intelectual não foi sistematizado por Marx como um fator determinante do movimento de reprodução do capital. A teoria do valor-trabalho estrutura-se a partir do trabalho simples e direto, que é a base quantitativa para a produção do valor e do mais-valor. Marx nos deixou a tarefa de pensar uma teoria do valor-trabalho em que se possa incorporar essas novas dinâmicas da produção do valor que envolvem a mercadificação da natureza. Para isso, precisamos dialogar com outros autores, como Leff, que nos traz importantes contribuições. Leff aponta para a necessidade

de desenvolver uma teoria qualitativa do valor, capaz de compor e integrar as dimensões da cultura, da economia e da ecologia através de uma multiplicidade epistemológica, que consiga expressar os novos usos e apropriações capitalistas da natureza para desenvolver as condições de sustentabilidade do processo produtivo (LEFF, 2006). Com isso, talvez possamos abrir os horizontes para iniciar a produção de outros espaços, mais justos e solidários.

6. Referências Bibliográficas

AB'SÁBER, A. **Os Domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. p. 159.

ACSELRAD, H. Internalização de custos ambientais - da eficácia instrumental à legitimidade política. **Cadernos IPPUR/UFRJ**, Ano IX, n. 1/4, vol. 1, p. 13-27. Jan/Dez 1995.

ACSELRAD, H. Discursos da Sustentabilidade urbana. In: ACSELRAD, H. (org.). **A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. 240p. p. 27-55.

ACSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, H. (org.) **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Henrich Boll, 2004. p. 13-35.

ACSELRAD, H. Introdução. In: ACSELRAD, H. (org.). **A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. 256p. p. 37-42.

ACSELRAD, H. S sustentabilidade das cidades e os conflitos ambientais urbanos. In: GOMES, M. de F. C. M. e BARBOSA, M. J. de SOUZA (orgs.). **Cidade e sustentabilidade: mecanismos de controle e resistência**. Rio de Janeiro: Terra Vermelha, 2010. p. 297-306.

BACKHOUSE, M. (2013) A desapropriação sustentável da Amazônia. O caso de investimentos em Dendê no Pará, Fair Fuels? Working paper 6, Berlin. Disponível em: <http://www.fair-fuels.de/data/user/Download/Ver%C3%B6ffentlichungen/FairFuels-Working_Paper_6_Portuguese.pdf>. Acesso em: 29 de novembro de 2014.

BARBOSA, A. G. e COSTA, A. A. da. O solo urbano e a apropriação da natureza na cidade. **Soc. & Nat.**, Uberlândia, ano 24, n. 3, p. 477-488, set/dez de 2012.

BAYLISS-AMITH, T. e OWENS, S. O desafio ambiental. In: GREGORY, D. e MARTIN, R. E SMITH, G. **Geografia Humana. Sociedade, espaço e ciência social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

BRANDÃO, C. A. O Modo Trans-escalar de Análise e de Intervenção Pública: notas para um manifesto anti-localista.. In: **X Encontro Nacional da ANPUR**, 2003, Belo Horizonte/MG. Anais do X Encontro Nacional da ANPUR, 2003. v. 1. p. 1-12.

BRANDÃO, C. Acumulação primitiva permanente e desenvolvimento capitalista no Brasil contemporâneo. In: ALMEIDA, A. W. B. de, *et al.*

Capitalismo globalizado e recursos territoriais. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010. p. 39-70.

CARLOS, A. F. A. O meio ambiente urbano e o discurso ecológico. **RDG**, São Paulo, v.8, p. 75-78. 1994.

CARLOS, A. F. A. **A Condição Espacial.** São Paulo: Editora Contexto, 2011. 157p.

CARLOS, A. F. A. Dinâmica urbana e urbanização: desvendando os processos espaciais. In: FERREIRA, A. *et al* (orgs.). **Metropolização do espaço: gestão territorial e relações urbano-rurais.** Rio de Janeiro: Consequência, 2013. p. 35-51.

Carta circular aberta - **Povos Indígenas, Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares Repudiam Projeto de Lei que Vende e Destrói a Biodiversidade Nacional.** Brasília, 27 de fevereiro de 2015. Disponível em: http://www.sbpnet.com.br/site/arquivos/arquivo_407.pdf. Acesso em: 15 jun. 2015.

CASTORIADIS, C. **As encruzilhadas do labirinto II, o domínio do homem.** Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.

CASTORIADIS, C. **O mundo fragmentado (encruzilhadas do labirinto III).** Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987 – 1992.

CHESNEAUX, J. **Modernidade-mundo.** Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes. 1996.

COELHO, M. C. N. Impactos ambientais em áreas urbanas - teorias, conceitos e métodos de pesquisa. In: GUERRA, A. T. (org.). **Impactos ambientais urbanos no Brasil.** São Paulo: Bertrand Russel, 2001. p. 416.

FAIRHEAD, J. *et al.* Green Grabbing: a new appropriation of nature. **The Journal of Peasant Studies.** Vol. 39, nº 2, April 2012, 237-261.

FERREIRA, A. **A Cidade no Século XXI. Segregação e banalização do espaço.** Rio de Janeiro: Consequência, 2011. 296p.

FERREIRA, A. **Metropolização do espaço, cotidiano e ação: uma contribuição teórico-metodológica.** Rio de Janeiro: II SIMEGER, 2014. Disponível em: <<http://simegerpucio.wix.com/simeger#!contato/c18uh>>. Acesso em: 29 de novembro de 2014.

FONTES, V. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história.** Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ, 2010. 388p.

FOSTER, J. B. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 418.

FRASER, N. Tras la morada oculta de Marx: por una concepción ampliada del capitalismo. **New Left Review**, n.86, p. 57-86. Mayo-junio. 2014.

GONZÁLEZ, S. La geografía escalar del capitalismo actual. In: **Geo Crítica / Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias**

sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, vol. IX, nº. 189, mayo de 2005.

GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço urbano.** São Paulo: EDUSP, 1993. 310p.

GUIMARÃES, R. P. Desenvolvimento sustentável: da retórica a formulação de políticas públicas. In: BECKER, B. e MIRANDA, M. (orgs.) **A Geografia Política do Desenvolvimento Sustentável.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.

HARVEY, D. **A justiça social e a cidade.** São Paulo: Editora Hucitec, 1980. 290p.

HARVEY, D. **Espaços de esperança.** São Paulo: Edições Loyola, 2004a. 382p.

HARVEY, D. **O Novo Imperialismo.** São Paulo: Edições Loyola, 2004b. 196p.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2005. 252p.

HARVEY, D. **Neoliberalismo: história e implicações.** São Paulo: Edições Loyola, 2008. 249p.

HARVEY, D. **O enigma do capital e as crises do capitalismo.** São Paulo: Boitempo, 2011. 235p.

HARVEY, D. O espaço como palavra-chave. **GEOgraphia.** Vol. 14, nº 28. 2012.

HARVEY, D. **Para entender O capital. Livro I .** São Paulo: Boitempo, 2013. 335p.

HARVEY, D. **Diecisiete Contradicciones y el Fin del Capitalismo.** Quito: Editorial IAEN, 2014a. 296p.

HARVEY, D. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana.** São Paulo: Martins Fontes, 2014b. 294p.

HARVEY, D. **Para entender O capital. Livro II e III.** São Paulo: Boitempo, 2014c. 385p.

IANNI, O. **A sociedade global.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1993.

IORIS, A. A. R. Da foz às nascentes: análise histórica e apropriação econômica dos recursos hídricos no Brasil. In: ALMEIDA, A. W. B. de, *et al.* **Capitalismo globalizado e recursos territoriais.** Rio de Janeiro: Lamparina, 2010. p. 211-256.

JAPPE, A. Las sutilezas metafísicas de la mercancía. s.d.

JOHNSTON, R. J. *et al.* **Diccionario de geografia humana.** Madri: Alianza Editorial, 1987. p. 198-200.

KELLY, A. B. Conservation practice as primitive accumulation. **The Journal of Peasant Studies.** Vol. 38, nº 4, October 2011, 683-701.

LANDER, E. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso. 2005.

LATOUCHE, S. **A ocidentalização do mundo: ensaio sobre a significação, o alcance e os limites da uniformização planetária**. Petrópolis: Vozes. 1994.

LEFEBVRE, L. Estrutura social: a reprodução das relações sociais. In: FORACCHI, M. M. e MARTINS, J. S. **Sociologia e Sociedade**. Rio de Janeiro: LTC, 1977. p. 186-212.

LEFEBVRE, L. **La presencia y la ausencia. Contribución a la teoría de las representaciones**. México: FCE, 1981. 277p.

LEFEBVRE, L. Lo urbano. In: LEFEBVRE, L. **Le retour de la dialectique: 12 mots clef pour Le monde moderne**. Paris: Messidor/Éditions Sociales, 1986, p. 159-173. (Tradução livre para o português de Margarida Maria de Andrade).

LEFEBVRE, L. **The production of space**. Oxford, UK: Blackwell, 1991. p. 454.

LEFEBVRE, L. **Lógica formal, lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995. 312p.

LEFEBVRE, L. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999. p. 178.

LEFEBVRE, H. **O Direito a Cidade**. São Paulo: Centauro Editora, 2001. 145p.

LEFEBVRE, L. **Espaço e política**. Belo Horizonte: UFMG, 2008. 190p.

LEFEBVRE, L. e GUTERMAN, N. Introdução. In; LENIN, V. I. **Cadernos sobre a dialética de Hegel**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011. p. 7 - 92.

LEFF, H. **Saber Ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 343.

LEFF, H. **Racionalidade Ambiental: a reapropriação social da natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 555.

LENCIONI, S. Metropolização do espaço: processos e dinâmicas. In: FERREIRA, A. *et al* (orgs.). **Metropolização do espaço: gestão territorial e relações urbano-rurais**. Rio de Janeiro: Consequência, 2013. p. 17-34.

LENCIONI, S. **Metropolização do espaço: homogeneização e fragmentação no desenvolvimento de mega-regiões**. Rio de Janeiro: II SIMEGER, 2014. Disponível em: <<http://simegerpucrio.wix.com/simeger#!contato/c18uh>>. Acesso em: 29 de novembro de 2014.

LOUREIRO, C. F. B. Pensamento crítico, tradição marxista e a questão ambiental: ampliando os debates. In: LOUREIRO, C. F. B. (org.). **A**

questão ambiental no pensamento crítico: natureza, trabalho e educação. Rio de Janeiro: Quartet, 2007. p. 13-68.

LÖWY, M. **Ecologia e socialismo.** São Paulo: Cortez, 2005. p. 94.

LUFTI, E. P. *et al.* As representações e o possível. In: MARTINS, J. de S. (org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética.** São Paulo: Hucitec, 1996, p. 87-97.

MARX, K. e ENGELS, F. **A ideologia alemã.** São Paulo: Martins Fontes, 2002. p. 119.

MARX, K. **O Capital. Crítica da economia política: Livro I.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 571p.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos.** São Paulo: Boitempo, 2004. p. 175.

MARX, K. **O Capital. Crítica da economia política: Livro I.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. 929p.

MARX, K. **Grundrisse.** São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011. p. 788.

MASSEY, D. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 312p.

MENDONÇA, F. Geografia socioambiental. **Terra Livre**, São Paulo, n. 16, p. 113-132, 1º semestre de 2001.

MENDONÇA, F. Geografia, geografia física e meio ambiente: uma reflexão a partir da problemática urbana. **Revista da ANPEGE**, v. 5, 2009.

METZGER, J. P. **O que é ecologia de paisagens?** Acesso: 10/03/2013: <http://www.biotaneotropica.org.br>. 2001.

MOREAUX, M. A ritmanálise e o urbano. Aproximações iniciais. In: FERREIRA, A. *et al* (orgs.). **Metropolização do espaço: gestão territorial e relações urbano-rurais.** Rio de Janeiro: Consequência, 2013. p. 173-192.

MOREIRA, R. J. Economia política da sustentabilidade: uma perspectiva neo-marxista. In: COSTA, L. F. C. *et al* (orgs.). **Mundo rural e tempo presente.** Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

MOREIRA, R. J. Cultura, sustentabilidade e poderes assimétricos: uma narrativa sobre a renda da natureza na contemporaneidade. **28º Encontro Anual da ANPOCS**, outubro de 2004. Caxambu. Minas Gerais. 2004.

MOREIRA, R. Marxismo e Geografia (A Geograficidade e o diálogo das Ontologias). **Geographia**. Ano 6, n. 11. Rio de Janeiro. Dez. 2004.

OLIVEIRA Jr., A. V. de e MAGRI, R. V. R. **Apropriação das áreas de preservação permanente por atividades de utilidade pública.** S.d., p. 01-07.

ORTIGOZA, S. A. G. As possibilidades de aplicação do método regressivo-progressivo de Henri Lefebvre na Geografia Urbana. In:

GODOY, P. R. (org.). **História do pensamento geográfico e epistemologia em geografia**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010, p. 157-184.

PAULA, A. de P. Crise econômica e reiteração do capitalismo dependente no Brasil. In: ALMEIDA, A. W. B. de, *et al.* **Capitalismo globalizado e recursos territoriais**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010. p. 9-38.

POGREBINSCHI, T. **O enigma do político: Marx contra a política moderna**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 391.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Os descaminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2002. p. 148.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. 461p.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Ambiente (Meio Ambiente). In: CALDART, R. S. *et al.* (Orgs.) **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

RODRIGUES, C. G. de O. e GODOY, L. R. da C. Atuação pública e privada na gestão de Unidades de Conservação: aspectos socioeconômicos da prestação de serviços de apoio à visitação em parques nacionais. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 28, p. 75-88. jul./dez. 2013. Editora UFPR.

ROSS, J. Geografia e as transformações da natureza: relação sociedade-natureza. In: LEMOS, A. I. G. *et al.* (org.). **Geografia, tradições e perspectivas**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 119-138.

RUA, J. Paisagem, espaço e sustentabilidades: uma perspectiva multidimensional da geografia. In: RUA, J. (Org.) **Paisagem, espaço e sustentabilidades: uma perspectiva multidimensional da geografia**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2007. 330p. p. 7-32.

RUA, J. Desenvolvimentos e sustentabilidades: uma perspectiva geográfica. In: OLIVEIRA, M. P. de *et al.* (Orgs.) **O Brasil a América Latina e o Mundo: Espacialidades Contemporâneas (I)**. Rio de Janeiro: Lamparina, Anpege, Faperj, 2008.

RUBIN, I. R. **A teoria marxista do valor**. São Paulo: Editora Polis, 1987. 293p.

SACHS, W. Anatomia Política do Desenvolvimento Sustentável. **Democracia Viva**, v. 1, n.1, p. 11-23. Nov. 1997.

SANTANA, P. V. de. A mercadoria verde: a natureza. In: DAMIANI, A. L. *et al.* (orgs.) **Espaço no fim de século: a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 1999. p. 177 - 189.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia**. São Paulo: Editora Hucitec, 1988.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996. 308p.

SMITH, N. Nature as accumulation strategy. In: PANITCH, L; LEYS, C. (eds.). **Socialist Register: coming to terms with nature**. Londres: Merlin, 2007. p. 16-36.

SOJA, E. Uma concepção materialista da espacialidade. In: **Abordagem política da espacialidade**. BECKER, B. K.; COSTA, R. H. da e SILVEIRA, C. B. (orgs.). UFRJ, s/d., p. 22-74.

SOJA, E. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993., 324p.

SOUZA, M. L. **Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-espacial**, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. p. 319.

SWYNGEDOUW, E. A cidade como um híbrido: natureza, sociedade e “urbanização-cyborg”. In: ACSELRAD, H. (org). **A Duração das Cidades**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

VÁZQUEZ, A. S. **Filosofia da práxis**. São Paulo: Expressão Popular. 2007, p. 488.

VAINER, C. B. . As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local?. **Cadernos IPPUR/UFRJ**, Rio de Janeiro: IPPUR, ano XV, n.2, ago/dez, 2001 - ano XVI, n.1, jan-jul 2002, pp. 13-32.

WOOD, E. M. **Democracia contra o capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo. 2011, p. 261.

ZIZEK, S. **Vivendo no fim dos tempos**. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 366.